



**Dominique Amanda
Plugge Girão**

**O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o
Crescimento Económico Português de 1950 a 1973.**



**Dominique Amanda
Plugge Girão**

**O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o
Crescimento Económico Português de 1950 a 1973.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica do Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor associado com agregação do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, e sob coorientação do Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho, Professor associado com agregação do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus Avós Girão que acreditaram em mim e me deram o apoio necessário à concretização de mais uma etapa importante na minha vida.

O júri

Presidente

Prof.^a Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

Vogais

Prof.^a Doutora Maria da Conceição de Castro Sousa Nunes
Professora Adjunta, Instituto Politécnico do Porto

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado C/Agregação, Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Joaquim da Costa Leite e ao Professor Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho pela dedicação, empenho e total disponibilidade durante a elaboração desta dissertação.

Aos Avós Manuel Girão e Maria Clélia Girão pelos princípios transmitidos, pelo apoio incondicional, pelo carinho e pela ajuda nesta jornada. Um muito obrigado por tudo, sem o Vosso exemplo não seria a pessoa que sou hoje.

Ao Diogo, o meu fiel companheiro de todas as horas, por saber sempre aquilo que preciso, sem ser necessário expressar uma única palavra, pela sua devoção, lealdade, pelo seu companheirismo e exemplo de profissionalismo.

Aos sogros, pela amizade e apoio demonstrado.

Aos amigos que estiveram presentes nesta jornada, pelo apoio e palavras de incentivo.

Aos meus Professores, e demais docentes e não docentes da Universidade de Aveiro, aos colegas de curso e de trabalho que partilharam comigo este trajeto e que contribuíram para o meu sucesso.

A todos o meu sincero obrigado.

Palavras-chave

Banco Espírito Santo, Período de ouro da economia portuguesa, sector bancário português, gestão de ativo e passivo

Resumo

Nesta dissertação de Mestrado foi analisada a gestão de ativo/passivo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), no período de crescimento de ouro da economia portuguesa decorrido entre 1950 e 1973, com o objetivo de tirar ilações acerca do comportamento do banco face ao seu enquadramento histórico e legal. A metodologia utilizada consistiu na análise extensiva dos Relatórios e Contas do BESCL, o que permitiu fazer inferências acerca da gestão de ativo/passivo, e do cálculo dos seus rácios económico-financeiros, aliada ao estudo dos seus empreendimentos industriais e da sua Carteira de Títulos, tendo em conta as quotas de mercado de crédito e depósitos dos principais bancos comerciais portugueses.

Os resultados indicam que o BESCL destacou-se essencialmente pela sua expansão geográfica que se tornou uma das suas principais vantagens competitivas e um forte mecanismo de captação de depósitos, comprovado pela sua liderança na quota de mercado de depósitos durante quase todo o período em análise, exceto de 1964 a 1970. A sua concessão de crédito era efetuada via Fundos Próprios, o que lhe permitiu deter a liderança na quota de mercado de crédito apenas entre 1960 e 1966, não obstante foi aquele que apresentou o maior volume de Lucros até 1966. A Carteira de Títulos do BESCL indica que o banco investiu as suas ações principalmente no setor agroindustrial das Províncias Ultramarinas, no *Banco de Fomento Nacional*, e na indústria transformadora, enquanto as suas obrigações eram constituídas maioritariamente por Obrigações do Tesouro.

Concluímos que o BESCL apoiou de forma significativa o desenvolvimento da economia portuguesa através do seu envolvimento no *Banco de Fomento Nacional*, no setor agroindustrial das Províncias Ultramarinas, e através do seu contributo para as indústrias petrolíferas e metalúrgicas, e que os seus investimentos acompanharam as tendências dos Planos de Fomento.

Keywords

Bank Espírito Santo, the Portuguese economy golden period, Portuguese banking sector, asset and liability management

Abstract

In this Master's thesis we analyze the asset and liability management of Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), in the golden growth period of the Portuguese economy elapsed from 1950 to 1973, in order to draw conclusions about the bank's behavior towards its historical and legal framework.

The methodology consisted on an extensive analysis of the annual reports and accounts of BESCL, which allowed us to analyze the asset and liability management and calculate their economic and financial ratios, combined with the study of the industrial enterprises and its securities portfolio, taking into account the credit and deposits market shares of Portugal's leading commercial banks.

The results indicate that BESCL stood out mainly for its geographical expansion that became one of its main competitive advantages and a strong mechanism for attracting deposits, demonstrated by its leadership in the market share of deposits during most of the period, except from 1964 to 1970. The bank's lending was through their own funds, which allowed them to hold the lead in the credit market share only between 1960 and 1966, but they had the highest volume of profits until 1966. The Securities Portfolio of BESCL indicates that the bank invested its stocks mainly in the agro-industrial sector of the Overseas Provinces, in the *Banco de Fomento Nacional*, and in manufacturing, while their bonds were mainly consisted of Treasury Bonds.

We conclude that BESCL supported significantly the development of the Portuguese economy through their involvement in the *Banco de Fomento Nacional*, in the agro-industrial sector of the Overseas Provinces, and through its contribution to the oil and metal industries, following the trends of the Portuguese development plans.

Índice

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução..... | 1 |
| 1.1. Enquadramento Histórico da Economia Portuguesa..... | 3 |
| 1.2. Enquadramento Institucional e Regulação Económica..... | 4 |
| 1.3. O Sector Bancário Português..... | 6 |
| 2. Revisão de literatura..... | 8 |
| 2.1. Caracterização do período de ouro da economia Portuguesa..... | 8 |
| 2.2. Dinâmicas demográficas da população Portuguesa..... | 10 |
| 2.3. Políticas de Desenvolvimento Económico..... | 12 |
| 2.4. Caracterização do sector bancário português..... | 17 |
| 3. O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa..... | 20 |
| 3.1. O BESCL no contexto económico da época..... | 20 |
| 3.2. Relações Internacionais..... | 22 |
| 3.3. Recursos Humanos e Expansão Geográfica..... | 26 |
| 3.4. Inovação e Investimentos Estratégicos..... | 29 |
| 3.5. Relatórios e Contas do BESCL..... | 32 |
| 3.5.1. Relatórios e Contas: 1950-1959..... | 32 |
| 3.5.2. Relatórios e Contas: 1960-1969..... | 36 |
| 3.5.3. Relatórios e Contas: 1970-1973..... | 41 |
| 4. Gestão de Ativo/Passivo do BESCL..... | 46 |
| 4.1. Dados e Metodologia Empírica..... | 46 |
| 4.2. Indicadores Quantitativos..... | 48 |
| 4.3. Indicadores Qualitativos..... | 58 |
| 5. O BESCL e o crescimento económico português..... | 64 |
| 5.1. Desempenho do BESCL face à concorrência..... | 64 |
| 5.2. Empreendimentos industriais do BESCL..... | 71 |
| 5.3. Relação entre a Gestão de Ativo/Passivo e a evolução do PIB Português..... | 80 |
| Conclusão..... | 87 |
| Bibliografia..... | 95 |
| Anexos..... | 99 |
| Índice de tabelas..... | ii |
| Índice de gráficos..... | iii |
| Lista de siglas e acrónimos..... | iv |

Índice de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Evolução do quadro de pessoal do BESCL (1950-1970)..... | 26 |
| Tabela 2: Ativo Líquido..... | 34 |
| Tabela 3: Rácio de Cobertura (CC/DO) BESCL e OIC (1950-1959)..... | 35 |
| Tabela 4: Rácio (Capital e Reservas/Depósitos)..... | 38 |
| Tabela 5: Rácio de Cobertura (CC/DO) BESCL (1970-1973)..... | 44 |
| Tabela 6: Rentabilidade de Exploração..... | 50 |
| Tabela 7: Rotação do Ativo Total..... | 51 |
| Tabela 8: Liquidez Imediata..... | 52 |
| Tabela 9: Solvabilidade Contabilística..... | 53 |
| Tabela 10: Rentabilidade do Capital Próprio..... | 54 |
| Tabela 11: Rentabilidade do Capital Próprio Corrigida..... | 55 |
| Tabela 12: Rentabilidade do Ativo..... | 56 |
| Tabela 13: Rentabilidade do Ativo Corrigida..... | 57 |
| Tabela 14: Matriz de Correlação entre as principais rubricas contabilísticas do BESCL..... | 60 |
| Tabela 15: Matriz de Correlação entre os indicadores qualitativos..... | 61 |
| Tabela 16: Rácio (CC/DO) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1973..... | 101 |
| Tabela 17: Capital e Reservas do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973..... | 102 |
| Tabela 18: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973..... | 103 |
| Tabela 19: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Cauçionados) do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973..... | 103 |
| Tabela 20: Lucros do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973..... | 104 |
| Tabela 21: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959..... | 105 |
| Tabela 22: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Cauçionados) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959..... | 105 |
| Tabela 23: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973..... | 106 |
| Tabela 24: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Cauçionados) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973..... | 106 |

Índice de gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: Nº total de balcões novos abertos por década..... | 27 |
| Gráfico 2: Principais rubricas contabilísticas do BESCL..... | 59 |
| Gráfico 3: Crédito e Depósitos em percentagem do Ativo, e Liquidez Imediata..... | 62 |
| Gráfico 4: Capital e Reservas do BESCL, <i>Fonsecas e Burnay, Pinto e Sotto Mayor</i> e do <i>Português do Atlântico</i> , de 1960 a 1973..... | 65 |
| Gráfico 5: Volume de Depósitos e Crédito do BESCL, <i>Pinto e Sotto Mayor</i> e do <i>Português do Atlântico</i> , de 1960 a 1973..... | 66 |
| Gráfico 6: Lucros do BESCL, <i>Fonsecas e Burnay, Pinto e Sotto Mayor</i> e do <i>Português do Atlântico</i> , de 1960 a 1973..... | 67 |
| Gráfico 7: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1950 a 1959..... | 71 |
| Gráfico 8: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1960 a 1969..... | 72 |
| Gráfico 9: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1970 a 1973..... | 74 |
| Gráfico 10: Carteira Acionista <i>Português do Atlântico</i> , 1950..... | 75 |
| Gráfico 11: Carteira Acionista <i>Português do Atlântico</i> , 1960..... | 76 |
| Gráfico 12: Carteira Acionista <i>Português do Atlântico</i> , 1973..... | 77 |
| Gráfico 13: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, década de 50..... | 107 |
| Gráfico 14: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, década de 60..... | 107 |
| Gráfico 15: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, década de 70..... | 108 |
| Gráfico 16: Carteira Obrigacionista <i>Português do Atlântico</i> , 1950..... | 109 |
| Gráfico 17: Carteira Obrigacionista <i>Português do Atlântico</i> , 1960..... | 109 |
| Gráfico 18: Carteira Obrigacionista <i>Português do Atlântico</i> , 1973..... | 110 |
| Gráfico 19: Taxas de crescimento acumuladas do Crédito, Depósitos e do PIB, e taxa de crescimento da Liquidez Imediata..... | 83 |

Lista de siglas e acrónimos

| | |
|----------|---|
| ALM | Asset and Liability Management |
| ANGOL | Sociedade Portuguesa de Exportação de Petróleos |
| APEC | Associação Portuguesa de Economistas |
| BESCL | Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa |
| CADA | Companhia Angolana de Agricultura |
| CHENOP | Hidroelétrica do Norte de Portugal |
| CIDLA | Combustíveis Industriais e Domésticos |
| CINORTE | Companhia Industrial de Cimentos do Norte |
| CPE | Companhia Portuguesa de Eletricidade |
| CUF | Companhia União Fabril |
| DL | Decreto-lei |
| EFTA | Associação Europeia de Comércio Livre |
| EUA | Estados Unidos da América |
| F&A | Fusões e Aquisições |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio |
| INTAR | Empresa Industrial de Tabacos |
| ISCEF | Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras |
| LEITZ PT | Aparelhos Óticos de Precisão LEITZ Portugal |
| LISNAVE | Estaleiros Navais de Lisboa |
| OT's | Obrigações de Tesouro |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OIC | Outras Instituições de Crédito |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| ROA | Rentabilidade do Ativo |
| ROAc | Rentabilidade do Ativo corrigida |
| ROE | Rentabilidade do Capital Próprio |
| ROEc | Rentabilidade do Capital Próprio corrigida |
| SACOR | Sociedade Anónima Concessionária da Refinação dos Petróleos em Portugal |
| SARL | Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada |
| SETENAVE | Estaleiros Navais de Setúbal |
| SIAF | Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais |
| SIOL | Sociedade Importadora de Óleos |
| SOCCEL | Sociedade Industrial de Celuloses |
| SODIM | Sociedade de Investimentos Imobiliários |
| SONEFE | Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos |

| | |
|-----|--------------------------------|
| TAP | Transportes Aéreos Portugueses |
| UEP | União Elétrica Portuguesa |
| VAB | Valor Acrescentado Bruto |

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar o contributo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) e o crescimento económico português, no período compreendido entre 1950 e 1973, apelidado de “*período de ouro*” da economia portuguesa. Visa complementar o “*estado da arte*” da história do sistema bancário em Portugal, através da análise do conteúdo presente nos Relatórios e Contas, tendo em conta as quotas de mercado dos principais bancos comerciais portugueses. Para compreender o contributo da sua performance na atividade económica portuguesa será feita uma comparação recorrendo à análise da evolução dos indicadores quantitativos económico-financeiros, dos indicadores qualitativos da sua gestão de balanço, e da composição da carteira de títulos.

No que concerne a lacunas de informação e temáticas insuficientemente investigadas, pretende-se analisar de que forma é que as suas relações internacionais, expansão geográfica, a formação de recursos humanos e as suas estratégias de recrutamento, inovação e investimentos estratégicos, tiveram implicações nas suas estratégias de gestão de balanço, e consequentemente, a sua influência na oferta e diversificação de produtos bancários. Do ponto de vista exógeno, existe uma lacuna de informação sobre trabalhos de investigação acerca das relações mútuas entre a banca e outros sectores de atividade, como a agricultura, indústria, distribuição, transportes e comunicações, imobiliário, entre outros. Também, ainda se encontra por fazer um balanço sobre o papel da banca no desenvolvimento, inclusive ao nível regional e local, para se averiguar até que ponto aquela funcionou como estímulo, de forma neutra ou até como fator negativo.

Para atingir o objetivo fulcral do presente estudo, baseamo-nos nas seguintes perguntas de partida: Qual o papel da Banca, nomeadamente do *Espírito Santo*, no período de crescimento de ouro da economia portuguesa? Existe relação entre a sua atuação e os Planos de Fomento? Inicialmente enquadrámos historicamente a economia portuguesa, referindo o comportamento da produtividade industrial, baseado nas suas políticas industrialistas, abertura ao exterior e condições internacionais favoráveis às exportações e emigração. Descrevemos a evolução da regulação económica, em que se verifica que o Estado desempenhava um papel extremamente ativo na orientação e controle sobre preços e salários. Fazemos referência ao sector bancário português, suas fusões e aquisições, quota de mercado e eficiência produtiva.

No segundo capítulo procedemos à caracterização do “*período de ouro*” da economia portuguesa, descrevendo o comportamento da inflação, do emprego, das contas públicas, da balança de pagamentos e das reservas oficiais de ouro e divisas. Analisamos a dinâmica demográfica da

população Portuguesa, suas tendências de crescimento, o aumento da emigração, a diminuição da taxa de natalidade, as taxas de analfabetismo e a institucionalização da ciência económica que ocorre no processo de profissionalização dos economistas, a partir de meados dos anos 50 e, de modo bastante amplo, na década de 70. Fazemos referência quanto à incerteza da eficácia dos processos de planeamento a médio prazo, nomeadamente, os Planos de Fomento, uma vez que os países em vias de desenvolvimento elaboravam planos económicos por influência dos programas de auxílio económico externo. A concessão de crédito do sector bancário português caracteriza-se pelo facto de o crédito comercial ter sido utilizado como crédito agrícola e industrial, através da sua sucessiva renovação, permitindo aos bancos contornar as barreiras institucionais e fomentar o crescimento industrial.

No terceiro capítulo abordamos a forma como o BESCL se insere no contexto económico do País, ao nível do seu enquadramento legal, e como contribuía para o crescimento económico através da concessão de crédito. Exploramos a sua possibilidade de operar nos mercados cambiais e na negociação de fundos com prazos alargados, através do aumento das relações internacionais, e o aumento do quadro de pessoal e de novas agências, dinamizando diversos centros populacionais. Quanto à inovação de produtos e diversificação da oferta, explicamos como o Banco se assume como *first mover*, sendo pioneiro na introdução de novidades. A análise dos Relatórios e Contas foi dividida em três partes, cada uma correspondente a determinada década.

A análise empírica é realizada no capítulo quatro, no qual combinamos a gestão de ativo e passivo do BESCL com os seus indicadores económico-financeiros, demonstrando que a liquidez adequada e a gestão eficaz do balanço são fatores chave na rentabilidade e continuidade do Banco. O objetivo da análise à atividade da instituição é tirar ilações acerca da sustentabilidade do BESCL, durante o “*Período de Ouro*” da economia portuguesa, e da forma como o Banco geriu o risco de acordo com o período de expansão económico. Relacionamos o comportamento dos indicadores qualitativos com os indicadores quantitativos através do conteúdo presente nas informações financeiras, que nos permitiu fazer inferências acerca da gestão do balanço, evidenciando determinados aspetos contabilísticos relevantes para avaliar o desempenho do BESCL, de 1950 a 1973.

No capítulo cinco avaliamos o desempenho do BESCL face a Outras Instituições de Crédito (OIC), com base nas quotas de mercado de depósitos e crédito dos principais bancos comerciais portugueses, comparando, também os seus lucros, Capital e Reservas, e o rácio dado pela divisão da Carteira Comercial pelos Depósitos à Ordem. Analisamos os empreendimentos industriais do BESCL e a sua carteira de títulos para identificar quais as principais áreas de atuação do banco nos setores de

atividade económica, também fazemos uma breve alusão à carteira de títulos do *Português do Atlântico* que nos serviu de termo de comparação. Relacionamos a gestão do balanço do banco e da sua liquidez com o PIB português para perceber como variaram os principais indicadores qualitativos com o crescimento económico. Foi realizado também um breve enquadramento na atividade bancária Mundial através da exploração da regulamentação e análise dos rácios de rentabilidade dos principais bancos comerciais.

Finalmente, na conclusão do trabalho é apresentada uma síntese das principais conclusões obtidas a partir do estudo realizado, sem deixar de referir as insuficiências encontradas e eventuais caminhos a seguir em investigações futuras inseridas nesta problemática.

1.1. Enquadramento Histórico da Economia Portuguesa

Aguiar e Martins (2004) caracterizaram o período de 1951 a 1973 como “*o ciclo mais positivo de crescimento tendencial da produtividade industrial no século XX*”, referindo-se ao período dourado de crescimento global da economia como um modelo de desenvolvimento económico baseado em políticas industrialistas, na abertura ao exterior, e em condições internacionais favoráveis às exportações e à emigração. “*Passados alguns anos do imediato pós-guerra na reorganização institucional e reconstrução económica, a Europa Ocidental viveu um período de crescimento económico sem precedentes, praticamente sem interrupção recessiva até ao choque petrolífero de 1973*” (Leite, 2006). Em Portugal, iniciavam-se políticas de investimento em infraestruturas públicas, promovia-se o investimento em sectores industriais estratégicos intensivos em capital, e políticas fiscais e de crédito que fomentavam a industrialização e a reorganização das indústrias tradicionais.

No que diz respeito às políticas de abertura ao exterior podemos afirmar que o ciclo de ouro da produtividade industrial arrancou em 1960, com a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), e também à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial, em 1961, e ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1962. Do qual resultaram uma maior abertura a mercados externos e liberalização do investimento estrangeiro, as quais estimularam fortemente a produtividade industrial, devido ao facto de muitos mercados nacionais ainda beneficiarem de alguma proteção, os preços e salários eram controlados e as taxas de juro continuavam baixas, de acordo com Confraria (2001), a proteção aduaneira da economia portuguesa começou a baixar significativamente apenas no início da década de 70, e ainda assim não de forma homogénea. Aguiar e Martins (2004) defendem

que a indústria nacional beneficiou do forte dinamismo das economias europeias o que permitiu a expansão das exportações, contudo a emigração massiva terá contribuído para um maior crescimento da produtividade industrial. “*Os movimentos demográficos terão sido cruciais para a evolução da produtividade industrial do País em múltiplos episódios do Século XX*” (Lains, 1994).

Alguns autores diferenciam os anos 50 dos anos 60, como é o caso de Lopes (2002) que classifica a década de 50 como o “*período de prata*” ao qual se seguiu o “*período de ouro*”, da década de 60. Por sua vez, Amaral (1998) também argumenta que os anos 50 são distintos dos 60, defendendo que, nos anos 50 o crescimento assentou essencialmente na acumulação de capital, uma vez que a produtividade total dos fatores revelou-se incipiente, enquanto nos anos 60 a produtividade total dos fatores cresceu fortemente, porque a adesão à EFTA forçou a limitação da intervenção estatal na economia. Aguiar e Martins (2004) consideram que o protecionismo, o condicionamento industrial e os preços administrativos bloqueavam a afetação eficiente de recursos, apesar do Estado Novo ter assegurado um ambiente favorável ao investimento.

1.2. Enquadramento Institucional e Regulação Económica

As dificuldades criadas pela crise económica dos anos 30 e pela II Guerra Mundial levaram a que, durante o período do Estado Novo a intervenção estatal fosse pouco flexível, não obstante o papel fundamental da iniciativa privada na atividade económica, tendo-se verificado uma tendência em sentido inverso, a partir do fim da guerra, devido ao impacto das medidas de liberalização das importações e dos pagamentos internacionais, adotadas no âmbito da OCDE, em que se observou uma evolução positiva decorrente do incremento das relações internacionais do País. Apesar desta evolução, na década de 60 e até à queda da ditadura, o Estado continuava a desempenhar um papel extremamente ativo na orientação e controle da atividade económica, nomeadamente sobre os preços, quer no produtor, quer no consumidor, quer na comercialização. Reprimiu-se a concorrência em muitos mercados através do controlo da evolução de vários sectores-chave da economia, com o condicionamento industrial, os incentivos fiscais e as isenções aduaneiras, atribuídas caso a caso, e do acesso a financiamento em condições preferenciais.

Apesar dos grandes avanços que a liberalização promovia através da OCDE e da EFTA, os movimentos de capitais com o exterior tinham limitações apertadas, mantinha-se um elevado nível de protecionismo contra a concorrência externa e procurava-se fomentar o desenvolvimento económico através dos Planos de Fomento, para além do que os aumentos salariais estavam sujeitos

a aprovação do governo e as taxas de juro e de câmbio eram rigidamente regulamentadas. Durante o período compreendido entre 1960 e 1973, os impostos sobre os rendimentos dos particulares e empresas eram mais baixos e a contribuição das despesas públicas para a política social e para outros serviços prestados pelo Estado era mais baixa, para além disso, o peso do orçamento do sector público na economia era mais reduzido em Portugal do que em quase todos os outros países da OCDE, que controlavam a conjuntura através de políticas orçamentais e monetárias do tipo Keynesiano, políticas essas praticamente inexistentes em Portugal (Lopes em “*A situação Social em Portugal, 1960-1995*” de Barreto *et al.*, 1996, p. 337-345).

No que concerne o funcionamento dos mecanismos de mercado, o autor argumenta que a política económica portuguesa apresentava maiores interferências que os demais países da Europa Ocidental porque, nesses países, havia frequentemente políticas que estimulavam a concorrência, enquanto em Portugal, a doutrina oficial do corporativismo apregoava a necessidade de limitar e condicionar a concorrência. O Estado português estava envolvido num grau substancial de políticas de fomento económico, à semelhança do que acontecia em numerosos países economicamente avançados e em quase todos os países em vias de desenvolvimento, políticas essas que tiveram um maior impacto em Portugal do que nas economias industrializadas. Os autores referem que é inegável que o condicionamento industrial foi um dos instrumentos que mais estimulou o fortalecimento dos grandes grupos económicos, cuja projecção na economia se ampliou consideravelmente durante os anos da rápida industrialização, a repressão da concorrência serviu para manter situações de monopólio ou oligopólio em numerosos sectores, contribuindo dessa forma para as margens de lucro e autofinanciamento dos grupos económicos e para os encaminhar para especializações sectoriais, que não estavam expostos à concorrência de grupos rivais e que garantiam os seus financiamentos em condições privilegiadas através de ligações a bancos que neles se integravam, como por exemplo a *Companhia União Fabril* e o *Champalimaud*, ou que dirigiam, como é o caso do *Português do Atlântico*, *Espírito Santo*, *Borges e Irmão* e *Pinto de Magalhães*.

1.3. O Sector Bancário Português

Ao analisar o tecido empresarial em Portugal pode dizer-se que “*a banca tem sido o sector que mais atenção tem despertado, da parte das próprias organizações e dos investigadores*” (Mendes, 2002, p. 39).

No início do século XX as taxas de natalidade e mortalidade bancárias eram relativamente elevadas, como salientou Reis (1995) ao estudar o sector bancário português, no período compreendido entre as Guerras Mundiais, sendo que no começo da I Guerra Mundial haviam 23 bancos e quando se iniciou a II Guerra Mundial apenas operavam 7 bancos. Através de fusões, falências ou reconstruções, 31 bancos desapareceram e 32 novos surgiram, fundados de raiz ou a partir dos bancos pré-existentes. De um número considerável de empresas bancárias criadas na segunda metade do século XIX e começos do XX, só um pequeno número persistiu e alcançou a segunda metade de Novecentos, demonstrando a sobrevivência das mais fortes (Câmara, 1985). Em meados do século XX a banca vai registar uma nova dinâmica, após a formação e consolidação de alguns grandes grupos económicos, definindo-se como setor estratégico dos principais grupos financeiros. Em 1973, evidenciam-se como principais grupos financeiros existentes em Portugal, os seguintes: *Companhia União Fabril, Banco Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges e Irmão, Banco Nacional Ultramarino e Fonecas e Burnay*. Na maior parte dos casos referidos, os empresários começaram por estabelecer sociedades em nome coletivo, explorando casas bancárias ou de câmbios, muitas das quais, na sequência do sucesso alcançado, vieram a transformar-se em bancos (Sousa, 1984).

Foi no período compreendido entre 1960 e 1970, que a industrialização dos serviços bancários começou a dar passos mais sólidos, recorrendo a meios informáticos entretanto disponibilizados no mercado. Por exemplo, no *Banco Totta-Alliança*, em 1963, introduziu-se o sistema de controlo eletrónico e magnético de posições e começa-se a utilizar o ordenador eletrónico do Centro Mecanográfico. Em 1964 inaugura-se o circuito interno de tubos pneumáticos e o circuito interno de televisão, “*o primeiro do nosso país a ser instalado num banco*” (*Banco Totta-Alliança*, 1968, p.115), contribuindo, desta forma, para a inovação no sector. O *Banco Lisboa e Açores* avançava no mesmo sentido, em 1966, com o teleprocessamento apetrechado de um computador IBM 360/30, sendo que, na zona abrangida pelo teleprocessamento, os clientes poderiam efetuar depósitos e levantamentos, em qualquer agência do banco, sem dependência do local onde tenha sido aberta a conta (Câmara, 1972). Serve o exemplo para sugerir que “*os novos computadores não permitiam apenas fazer os cálculos mais rapidamente, como alteravam as condições de trabalho, permitindo poupanças de*

tempo e dinheiro, e trazendo novas perspectivas” (Leite, 2006, p.23). Estas e outras inovações foram-se vulgarizando pelas diversas empresas bancárias, e a partir do final da década de 60 a informática generaliza-se, aprofundando as estratégias realizadas durante a década de 50, nomeadamente a especialização das tarefas, e contribuído para a substituição do trabalho manual pelo trabalho mecanizado, melhorando a eficiência produtiva.

2. Revisão de literatura

2.1. Caracterização do período de ouro da economia Portuguesa

No período decorrido entre 1950 e 1973, Portugal registou as características dos já apelidados “*anos de ouro da economia*”. Na década de 60 e inícios da década de 70, apesar da guerra colonial, o país viveu um período de desenvolvimento considerável. Segundo alguns autores, só então Portugal terá concretizado, finalmente, a sua Revolução Industrial. Arrancaram os Planos de Fomento nos períodos compreendidos entre: I, 1953-58; II, 1959-64; Plano Intercalar, 1965-67; III, 1968-73. Além de outra legislação (promulgada entre 1957-1959), foi criado, pelo Estado, o Banco de Fomento Nacional, especificamente dedicado a promover o desenvolvimento, a facilitar os investimentos e “*a melhorar as condições de vida de uma população que cresce num ritmo cada vez mais acelerado*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1952).

Devido à crescente abertura do país com o exterior e à ausência de desequilíbrios macroeconómicos o desenvolvimento económico deu-se a um ritmo mais acelerado, segundo Mateus (1998) o crescimento económico registou uma taxa média anual de 5,6% do PIB *per capita*, entre 1953 e 1973, e a produtividade total dos fatores cresceu 1,8% ao ano, na década de 50, e 4,2% ao ano, entre 1961 e 1972, tornando-se o maior período de crescimento económico português, a chamada “*época de ouro*” da economia portuguesa. Apesar de todas estas transformações ao nível económico e social, não haviam problemas significativos ao nível do desequilíbrio económico, a inflação era inferior a 5% tendo subido, no entanto, acima deste nível no final da década de 1960, as contas públicas estavam em equilíbrio e a situação favorável da balança de pagamentos permitiu um aumento das reservas de ouro (Lopes, 1996).

A liberalização das relações externas teve um papel fundamental na definição da estratégia de desenvolvimento da economia portuguesa, o que implicou a adoção de um modelo de industrialização orientado para as exportações e para a abertura do mercado interno à concorrência internacional. “*O comércio externo foi talvez o principal motor da tardia mas rápida industrialização da economia portuguesa que ocorreu entre o pós-segunda guerra mundial e meados dos anos 1970.*” (Afonso e Aguiar em “*História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX*” de Lains *et al.*, 2005, p. 305).

De acordo com Lopes em “*A situação Social em Portugal, 1960-1995*” de Barreto *et al.*, (1996), Portugal, ao renunciar ao protecionismo, escapou a sérias dificuldades económicas por ter sido

levado a participar nos movimentos de liberalização comercial e de integração económica na Europa Ocidental uma vez que a estratégia alternativa de protecionismo e de substituição das importações conduziu a resultados desastrosos em vários países com mercados internos de fraca dimensão. Apesar da rapidez do crescimento e da profundidade das transformações referidas, não houve problemas significativos de desequilíbrio económico, a inflação foi mantida a baixos níveis, o desemprego se não demonstrou relevante e o subemprego nas áreas rurais e nalguns serviços foi eliminado. As contas públicas permaneceram quase sempre equilibradas, a balança de pagamentos apresentou melhorias a partir de 1964 permitindo a subida das reservas oficiais de ouro e das divisas para níveis que, em 1973, eram dos mais altos do mundo. A regular subida da produção não foi afetada por fases cíclicas de expansão e depressão, nem as guerras coloniais, iniciadas em 1961, perturbaram muito a economia. *“O ambiente intervencionista que dominava o mundo depois da grande depressão tinha assim a sua concretização na política nacionalista do Estado Novo, que acreditava que a mão invisível da administração pública era mais eficaz que o mecanismo de mercado”* (Mateus em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains et al. 2005, p. 139).

Lopes (1996) refere que o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços constantes, subiu a uma média anual de 9,2%, entre 1960 e 1973, o emprego cresceu em média 1,8% e a produtividade 7,3%, registando uma das maiores taxas de crescimento dos países da OCDE, fruto da introdução de novos equipamentos, da aplicação de técnicas mais avançadas e também de um maior investimento. O número de empregados na agricultura teve uma redução de 528 mil trabalhadores entre 1957 e 1973, e nos serviços criaram-se 328 mil empregos e na indústria 267 mil empregos (Mateus, 1998).

As relações económicas com África, a partir de 1962 com a designação de espaço económico português (criado pelo DL nº 44 016, de 8 de Novembro de 1961, e regulado pelo DL nº 44 698, de 17 de Novembro de 1962, e o DL nº 44 703, de 17 de Novembro de 1962, consistia na criação de uma zona do escudo como uma unidade monetária comum em todos os territórios sob soberania portuguesa), sempre foram efetuadas com base na importação de matérias-primas agrícolas, vegetais e minerais das colónias, e na exportação de produtos manufaturados para esses mesmos mercados, (consideram-se os mercados de Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia até 1961, Macau, Moçambique, São Tomé e Timor). A estrutura das relações económicas entre Portugal e as suas colónias baseava-se no conceito de que as colónias atuavam como fornecedoras de produtos com baixo valor acrescentado, como matérias-primas agrícolas e minerais, e em troca Portugal facultava produtos manufaturados, nomeadamente produtos agroalimentares, têxteis e vestuário, metais e produtos químicos (Ferreira em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains et al., 2005, p. 347).

Relativamente à distribuição da população ativa por sectores de atividade, as taxas de crescimento dos sectores da indústria e dos serviços foram superior às da agricultura. A maior exposição dos agricultores nacionais à concorrência e à influência de conhecimentos trazidos pela abertura ao exterior, contribuiu para uma melhoria da eficiência no sector (Mata e Valério, 1993). Em 1960, o sector primário representava 25,3% do PIB, o sector secundário representava 37%, e o terciário representava 37,7%. Em 1970, estes valores alteram-se para 17,7%, 41,8% e 40,5% respetivamente. As razões para esta alteração na ordem da importância dos sectores relaciona-se com a diminuição de trabalhadores na agricultura, fruto do êxodo rural para as cidades, e da emigração, consequentemente aumentou a importância dos outros sectores, fruto de uma redistribuição da mão-de-obra e de um aumento do investimento nestes sectores, devido à abertura do país ao exterior. A produtividade foi um fator que aumentou em todos os sectores de atividade, sendo que para os anos compreendidos entre 1960 e 1973 é evidente a distância que separa o sector primário dos sectores secundário e terciário, que têm um peso crescente quase paralelo ao PIB (Romão, 1983).

2.2. Dinâmicas demográficas da população Portuguesa

Rosa em “*A situação Social em Portugal, 1960-1995*” de Barreto *et al.* (1996), demonstra que, de uma forma geral, as populações com ritmos de crescimento mais acelerados correspondem normalmente a estruturas etárias menos envelhecidas, comparativamente às que têm ritmos de crescimento mais lentos, o que não implica que o crescimento e o envelhecimento se manifestem sempre em sentidos contrários. De acordo com a autora, uma população pode simultaneamente apresentar um crescimento produtivo e essa dinâmica não ser suficiente para travar o processo já em curso, para o acentuar dos níveis de envelhecimento demográfico.

De acordo com Mata e Valério (1993) o crescimento da população desacelerou durante o final dos anos 40 e durante a década de 60, devido ao aumento da emigração e à diminuição da taxa de natalidade, sendo que no início da década de 60, o número de habitantes em Portugal atingiu aproximadamente os 9 milhões. No decorrer da década de 60 e princípio da década de 70, o aumento da emigração provocou uma diminuição da população para um valor de aproximadamente 8,6 milhões de habitantes. Durante este período o crescimento urbano deu-se a um ritmo acelerado, e o peso da população urbana na população total aumentou de um quinto para um quarto, e o número de cidades com mais de 10 mil habitantes aumentou 50%.

As taxas de analfabetismo quando comparadas com outros países da Europa têm valores muito elevados. Em 1960, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 38%, em Espanha de 14%, em Itália 9%, em França e na Bélgica era de 2% e no Reino Unido 0%, o que evidencia a grande diferença existente entre Portugal e os outros países da Europa. O número de universidades públicas duplicou, e surgiram novas Universidades, do Minho, de Aveiro, de Évora e a Universidade Nova de Lisboa. A taxa de escolarização no ensino superior subiu de 2,3%, em 1950, para 5% em 1960 e para 13,5%, em 1974 (Mateus, 1998). Registou-se um aumento do ensino privado com a criação de novas escolas privadas de ensino primário e secundário e surgiu também, uma universidade privada, no início dos anos 70, a Universidade Católica Portuguesa (Mata e Valério, 1993). Leite (2006) alude ao grau de literacia da população portuguesa no período compreendido entre 1950 e 1973, referindo que o número de alunos que completaram, anualmente, o ensino primário aumentou de 60 000 para 182 000, no ciclo de ensino liceal e técnico (1º ciclo) subiu de 9 000 alunos para 89 000, e no ensino superior passou de 1300 alunos para 4800, realçando a importância do ensino técnico e superior no desenvolvimento das empresas e na reorganização dos grupos económicos e organismos do Estado.

As exigências estabelecidas pela reorganização industrial e dos organismos do Estado evidenciavam a necessidade de contratação de pessoal qualificado cuja orientação prática permitisse implementar as mudanças organizativas que os tempos modernos exigiam. Neste contexto, Leite (2006) afirma que as viagens dos empresários portugueses e o seu contato direto com empresários estrangeiros permitiram adquirir novos conhecimentos inerentes à reorganização dos setores e implementar modelos de gestão que melhorassem os processos produtivos das empresas. O autor exemplifica com vários casos, de entre eles destacam-se o de Aníbal Henriques Abrantes, sócio da empresa *Aires Roque e Irmão*, que visitando armazéns de empresas europeias, adquiriu conhecimentos que lhes permitiram implementar a indústria de moldes para plástico em Portugal, o de Tony Jongenelen, que ligado a Aníbal Abrantes por um contrato de exportação, facilitou os contatos comerciais com os Estados Unidos da América (EUA) a Henrique Neto, desenhador na empresa de Aníbal Abrantes, e o de José Francisco Leite que, depois de visitar fábricas francesas e italianas de calçado, alterou os seus métodos de produção e construiu uma nova fábrica. Para além dos conhecimentos adquiridos através da interação direta dos empresários portugueses com os de outros países, algumas empresas organizavam viagens para os seus dirigentes ou até funcionários irem para o estrangeiro aprender novas técnicas e métodos de produção e de gestão, como foi o caso da *Companhia de União Fabril Portuguesa*, do qual resultou a renovação do seu processo de produção, e da *Siderurgia Nacional* que enviou um grupo de estagiários para a Alemanha para aprenderem melhores técnicas de produção. Tornava-se evidente a necessidade de contratação de pessoal qualificado, uma vez que os processos de produção e comercialização estavam em constante mudança e exigiam a utilização de

modelos de gestão apropriados, para além disso o volume de negócios era cada vez maior e os padrões de consumo iam se alterando à medida que aumentava o poder de compra dos portugueses e se iam introduzindo novos produtos no mercado.

Perspetivando a evolução da profissão de economista a partir da acumulação histórica do conhecimento económico, formal e prático, conduz consequentemente a compreender como esse mesmo conhecimento foi institucionalizado, pelos próprios economistas nos diferentes espaços organizacionais onde exercem a sua atividade e também ao nível da própria sociedade, e entender como a institucionalização da ciência económica ocorre em cada um dos principais momentos do processo de profissionalização dos economistas. Para Gonçalves (1998), a origem histórica da profissão pode encontrar-se na atividade dos mercadores e dos cambistas medievais, mas é só, no período compreendido entre 1936 e 1939, que a profissionalização dos economistas avança de um modo consolidado.

Em Portugal, a profissão de economista começou como um processo de afirmação profissional marcado pela reforma curricular dos cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), em 1949, que introduziu novos conceitos macroeconómicos, tendo formado os seus primeiros licenciados em 1954. Jacinto Nunes, assistente recém-formado pelo ISCEF, mencionava pela primeira vez o rendimento nacional, em 1950, numa palestra na Associação Académica do ISCEF. Nesse ano a Lei nº 2045 estabelecia que o *Instituto Nacional de Estatística* deveria estimar o rendimento nacional, cuja primeira estimativa foi publicada em 1951 pelo *Diário das Sessões* da Câmara Corporativa. Em 1953 foi criada a Faculdade de Economia do Porto, o que permitiu uma mudança na formação e desempenho profissional do economista, que inicialmente se afirmava como comercialista, depois como técnico economista e por fim, identificou-se como economista (Leite, 2006).

2.3. Políticas de Desenvolvimento Económico

De acordo com Lopes em “*A situação Social em Portugal, 1960-1995*” de Barreto *et al.* (1996), no início da década de 60, era evidente a necessidade de promover a transformação estrutural da economia, intensificar as relações económicas com outros países da Europa e de fomentar o desenvolvimento económico através de incentivos do Estado, pois o aumento da emigração e da migração para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida através do emprego na indústria e nos serviços refletia a visão de uma economia tipicamente rural ultrapassada e obsoleta.

Em 1953, o regime conservador do Estado Novo procurava evitar a rutura das estruturas tradicionais e, por isso, “*encarou o progresso económico com desconfiança*” (Lopes em “*A situação Social em Portugal, 1960-1995*” de Barreto *et al.*, 1996, p. 342). Durante o período do Estado Novo a eficiência económica foi afetada pelas políticas de controlo de preços que eram reguladas através de uma lista de bens e serviços cujos preços eram decididos administrativamente, quer ao nível do consumidor, quer ao nível do produtor. Todavia, apesar das dificuldades provocadas pelas políticas acima referidas, as distorções mantiveram-se em níveis moderados porque, até 1973, a inflação era relativamente baixa. Paradoxalmente às declarações políticas de António de Oliveira Salazar, a política económica do período em estudo, deu maior ênfase ao desenvolvimento industrial deixando de lado o fomento do sector agrícola. Os investimentos realizados pelo Estado foram no domínio da florestação, da irrigação e das ajudas concedidas à mecanização das lavouras, deixando de parte todo o tipo de ações de apoio técnico aos agricultores, de organização de redes de comercialização mais eficientes e de reestruturação fundiária.

Lopes (2002) defende que, nos anos 60, os planos de desenvolvimento económico de médio prazo estavam em voga por todo o mundo. Os países capitalistas mais avançados tinham frequentemente planos económicos, sendo de destacar, na Europa, os planos de desenvolvimento da França, Espanha e Itália, enquanto os países em vias de desenvolvimento elaboravam planos económicos por influência dos programas de auxílio económico externo, como os do Banco Mundial e os dos EUA. Portugal não escapou à tendência do planeamento e em 1950, foram submetidos um conjunto de projetos para financiamentos ao abrigo do Plano Marshall.

As influências Europeias, nomeadamente o papel do Estado na economia, que passara de Estado Liberal, antes da I Guerra Mundial, com intervenção limitada a funções administrativas, de justiça e segurança, para Estado-providência, fortemente intervencionista nas esferas económicas e sociais, levaram o Estado Português a considerar o investimento em obras públicas, apesar dos atrasos consideráveis nos gastos sociais face aos parceiros Europeus. Iniciaram-se os investimentos em infraestruturas públicas através da Lei de Reconstituição Económica de 1935, no entanto os gastos não excediam 1% do PIB. Foi através dos empreendimentos públicos de eletrificação e da criação de indústrias base, no fim da década de 40, e posteriormente com os Planos de Fomento, que Portugal se aproximou da média de despesas públicas Europeias, em 1973 (Lopes em “*História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX*” de Lains *et al.*, 2005).

O modelo de substituição de importações que prevaleceu até à década de 60, no qual os níveis de proteção não eram uniformes e que beneficiava tanto as indústrias novas como as já estabelecidas,

teve como resultado um maior nível de proteção para as principais indústrias transformadoras. A política aduaneira portuguesa foi fundamentalmente uma política de proteção às indústrias nascentes, cujo objetivo era fomentar a importação de tecnologia, e de proteção às indústrias ou empresas que não tinham capacidade para enfrentar a concorrência das importações. Em 1931, estabeleceu-se a regulação de investimentos na indústria transformadora, vulgarmente conhecida como condicionamento industrial, em que nesses mercados, qualquer investimento que resultasse da variação da capacidade instalada dependia de autorização prévia do governo, contudo essas autorizações eram concedidas consoante a satisfação de determinados critérios tecnológicos. Na década de 30, o condicionamento industrial abrangia todas as indústrias transformadoras, situação que se foi reduzindo ao longo do tempo. Entre 1960 e inícios da década de 70, a indústria transformadora foi responsável por 60% do emprego na indústria (Confraria em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005).

Na indústria têxtil os objetivos foram semelhantes às restantes indústrias sendo que na década de 40 promovia-se a modernização tecnológica e a obtenção de economias de escala, e a partir de 1965 definiram-se regras em função da dimensão das unidades produtivas. Às fábricas de dimensão mais reduzida eram impostas restrições adicionais enquanto os investimentos em fábricas de dimensão superior eram sempre autorizados, penalizando o crescimento de empresas de dimensão reduzida. De acordo com Confraria (2001) o condicionamento industrial foi utilizado para fazer face ao problema de excesso de entrada e terá contribuído para aumentar a eficiência produtiva através da otimização da capacidade instalada da empresa e do aproveitamento de economias de escala, não excluindo o desenvolvimento de algumas atividades exportadoras.

Estas políticas industrialistas terão contribuído para algumas distorções na estrutura de mercado, devido ao problema de coordenação das empresas nas suas decisões de produção e de preços, uma vez que o quadro regulamentar não estava orientado para a concorrência. A Lei da eletrificação (Lei nº 2002, de Dezembro de 1944) e a Lei do fomento e reorganização industrial (Lei nº 2005, de Março de 1954) foram a base de uma política económica orientada para a substituição de importações, para o fomento de novas indústrias e de aumento da capacidade fabril das empresas já instaladas. De uma forma geral, a proteção aduaneira, o condicionalismo industrial e as políticas de baixos salários e as dos baixos preços dos cereais, resultado da política agrícola, serviram de mecanismos para transferir os excedentes agrícolas, de trabalho e de consumo final para a indústria (Confraria em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005).

A partir da década de 60 as políticas industrialistas passaram a dar mais importância às exportações, tendo sido a Lei do fomento industrial (Lei nº 3/72 de Maio de 1970) um referência fundamental.

Devido aos efeitos negativos nas indústrias exportadoras, resultados da insistência em processos de substituição de importações nas indústrias fornecedoras de equipamentos e bens de consumo intermédio, foram aceites os pedidos de isenção de direitos de importação de equipamentos, nomeadamente na indústria têxtil, e rejeitadas aquelas que dizem respeito ao fabrico de fibras acrílicas e de *polyester* (Confraria em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005).

O I Plano de Fomento cobriu o período compreendido entre 1953 e 1958, e estava dividido em duas partes, distinguindo Portugal Metropolitano das suas colónias. Era constituído, essencialmente, por um plano de investimentos públicos em infraestruturas e indústrias, mas não continha objetivos globais para a economia nem a ambição de promover a coordenação entre programas sectoriais, era considerado *“uma continuação, ainda que com substanciais melhorias e aprofundamentos, do programa estabelecido na Lei de Reconstituição Económica de 1935”* (Lopes em *“A situação Social em Portugal, 1960-1995”* de Barreto *et al.*, 1996, p. 344). O II Plano de Fomento que abrangeu o período de 1959 a 1964 foi o primeiro plano que procurou apresentar um diagnóstico da economia portuguesa e a identificação dos principais fatores que impediam o seu desenvolvimento. Os anos de 1965 a 1967 foram caracterizados pelo Plano Intercalar de Fomento, que marcou importantes avanços em relação aos planos anteriores devido à sua conceção técnica, em que tentou um planeamento global estabelecendo coerência entre as projeções macroeconómicas e os programas sectoriais. De 1968 a 1973, através do III Plano de Fomento, foram dados importantes avanços nas técnicas de projeção económicas utilizadas, na variedade dos aspetos analisados, tanto globais como sectoriais, e deu-se maior relevo aos problemas dos desequilíbrios regionais. Passou a dar-se mais relevo a aspetos ligados ao financiamento, ao comércio externo, ao emprego e à produtividade, embora o objetivo fundamental do plano tenha sido investimentos sectoriais ligados às áreas produtivas, às infraestruturas, ao ensino, à habitação e à saúde.

De acordo com Aguiar e Martins (2004), o crescimento da indústria portuguesa durante o século XX, com base na evolução da respetiva produtividade medida pelo rácio valor acrescentado por ativo, o período compreendido entre 1951 e 1973 é uma das fases mais dinâmicas do crescimento da produtividade industrial, caracterizada com grande dinamismo e modernização industrial, com destaque para as indústrias transformadoras, por ser o setor industrial dominante e onde se concentravam os bens transacionáveis internacionalmente. Os autores referem que as políticas industrialistas consagradas nos Planos de Fomento estavam orientadas, numa primeira instância, para a substituição de importações no mercado interno e, numa fase posterior, para a exportação. *“A regulação da concorrência interna no quadro de uma economia protegida da concorrência externa*

foi, embora com oscilações segundo as indústrias e com alterações na década de 1960, a principal tendência de política económica do Estado Novo dirigida às indústrias transformadoras” (Confraria em “História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX” de Lains et al., 2005, p. 399).

Os autores ao analisarem a produtividade e a mudança estrutural na economia portuguesa de 1950 a 1973, concluíram que a taxa de crescimento média anual da produtividade foi de cerca de 5.4%, tendo sido o setor da indústria aquele que desempenhou um papel preponderante contribuindo cerca de 60.83% para o crescimento da produtividade, no qual o contributo sectorial da indústria transformadora foi de 80.84%. A importância da indústria transformadora reside no facto de ser um sector em que os bens são internacionalmente transacionáveis, que coincidiu com a época em que ocorreu uma forte abertura ao exterior e a integração europeia da economia portuguesa, que beneficiou da exposição à concorrência internacional e do acesso a bens de investimento tecnologicamente avançados. Quando analisaram a diversidade intrasectorial da indústria transformadora verificaram que as indústrias que perderam peso, no período em análise, são as da alimentação, bebidas e tabaco, do têxtil, vestuário e calçado, e em menor medida a da madeira e cortiça tendo sido, no entanto, foram aquelas que dominaram a indústria transformadora, no início do século XX. Estas indústrias transformadoras foram perdendo ativos para o setor dos produtos metálicos, máquinas e material de transporte, e para o setor das químicas e petróleos, o que lhes permitiu concluir que as indústrias intensivas em trabalho (alimentação, bebidas e tabaco, têxtil, vestuário e calçado, e madeira e cortiça), produtoras sobretudo de bens de consumo cujas vantagens comparativas assentam no reduzido custo do trabalho ou no aproveitamento de recursos naturais, apesar de terem ganhos de produtividade, foram perdendo ativos para as indústrias intensivas em capital (produtos metálicos, máquinas e material de transporte, e químicas e petróleos), com um elevado peso de bens intermédios e de equipamento na sua produção.

Os países em vias de desenvolvimento, com o acumular de experiências com a execução dos planos a médio prazo, foram aumentando o seu ceticismo em relação à sua eficácia na promoção do desenvolvimento económico porque, na maioria dos casos, o crescimento económico não estava relacionado com os planos e evoluiu em direções opostas às que tinham sido previstas. A experiência portuguesa não constituiu exceção quanto à incerteza da eficácia do processo de planeamento a médio prazo (Lopes, 2002).

2.4. Caracterização do sector bancário português

De acordo com Briguglio *et al.* (2006), pequenos países, como é o caso de Portugal, apresentam um amplo grau de abertura económica, no entanto os produtos exportados são pouco diversificados o que restringe a cadeia de exportações, não conseguem influenciar os preços internacionais, têm poucas capacidades para explorar economias de escala, possuem poucos ou até nenhuns recursos naturais e os níveis de importações são elevados.

Briguglio *et al.*, (2006) e Jayaraman (1998) defendem que países de dimensão reduzida devem ter um processo de liberalização financeira e uma supervisão do Banco Central de acordo com as suas imperfeições de mercado. Estes autores argumentam que o sector financeiro, de uma pequena economia, é caracterizado por mercados financeiros sensíveis, na grande maioria dominados por obrigações do Estado. Caracterizam-se pelas elevadas taxas de juro, apesar de o Estado poder intervir no seu controlo, e uma tendência para que o diferencial entre *spreads* seja relativamente alto, comparando a taxa do empréstimo à do depósito, o que reflete a imperfeição do mercado.

Raadschelders (1992) sustenta que pequenos países devem ter um sistema bancário sólido e estável, e que o Estado deve-se comprometer em fazer reformas significativas no sector financeiro, a longo prazo, de forma a fomentar a implementação de políticas macroeconómicas fiáveis através da criação de ferramentas eficientes de regulação e supervisão. A estruturação do sistema financeiro deve permitir que as instituições e os mercados não sejam muito sensíveis aos acontecimentos económicos adversos, como a recessão e/ou a inflação, e que sejam adaptáveis à continua necessidade de mudanças na economia.

Ao analisarmos o ambiente institucional do sistema bancário português no “*período de crescimento de Ouro*” da economia portuguesa constatamos que existem várias críticas na literatura, nomeadamente Wallich (1951), Pereira (1953), Sérgio (1990) e Valério (2010), em relação à proteção excessiva, cujas rendas elevadas impediam a concorrência e a inovação, e a concentração excessiva de papel comercial de curto prazo, o que não contribuiu para um crescimento financeiro eficaz. Tais características parecem estar em contradição com as taxas de crescimento económico apresentadas em Portugal, no período compreendido entre 1950 e 1973, no entanto a contradição não se limita a Portugal pois houve várias economias que obtiveram taxas de crescimento consideráveis, dentro de sistemas financeiros fortemente regulados. Monnet (2012), ao estudar o “*período de crescimento de Ouro*” da economia francesa, caracterizou esta contradição como um “*paradoxo*”

financeiro” que só existe se acreditarmos que um ambiente de competição é o que assegura resultados mais eficientes em termos de investimento e acumulação de capital.

Alguns autores questionam esta ideia baseados em características específicas do sector bancário, como é o caso de Petersen e Rajan (1995), que defendem que os bancos com mais poder de mercado podem emprestar dinheiro aqueles com menos poder de mercado, levando a uma maior concessão de crédito para as empresas, uma vez que as empresas, em fase inicial de crescimento, apresentam um maior risco, e ao invés de aumentar a taxa de juro ativa, os bancos compensariam o risco mais elevado através de “*empréstimos de relacionamento*” entre si, o que permitiria manter a taxa de juro mais baixa e aumentar a quantidade de crédito disponível na economia. Cetorelli e Peretto (2000) facultam outro exemplo que se baseia na concorrência imperfeita do sector bancário que assenta na ideia de que um menor número de bancos consegue monitorar melhor os seus clientes, e estes por sua vez são mais capazes de distinguir os melhores mutuários, o que leva a uma maior distribuição de crédito, aumentando assim a acumulação de capital.

A ideia subjacente à estratégia bancária, no período em estudo, implica que os bancos de alguma forma apresentavam rentabilidades excessivamente elevadas porque, apenas sob tais condições poderiam auferir de rendimentos provenientes de instrumentos de crédito, mantendo grande parte de seus ativos em reservas de dinheiro estáveis. “*Lucros excessivos*” por um longo período, só podem existir se a receita marginal for consistentemente superior ao custo marginal, e isso só é possível se, de alguma forma, existir um oligopólio protegido. Sob tais condições, os agentes são capazes de determinar o preço ou a quantidade do produto no mercado, e isso só pode acontecer se houver fortes barreiras à entrada. O sector bancário, em si, não é uma atividade com grandes barreiras naturais ou custos iniciais, consequentemente, todas as barreiras devem ser institucionais. Essas barreiras existiam no setor bancário Português, sob duas formas: requisitos de Capital e Reservas iniciais altos e autorização discricionária por parte do Governo (Amaral, 2013).

Amaral (2013) refere que a avaliação da quantidade de reservas de caixa detido pelos bancos portugueses no período em estudo, não é simples, devido a um problema de natureza contabilística. Até 1960, a Lei permitia que os bancos registassem, nos seus livros como reservas de caixa, três tipos de ativos: dinheiro (papel moeda) detido nos seus cofres, depósitos no Banco de Portugal, e depósitos em outros bancos comerciais. Em meados dos anos 60, devido á concorrência interbancária numa economia em crescimento, nomeadamente na procura de fundos disponíveis, verificava-se alguma desorientação no mercado, o que levou o Estado a intervir, reorganizando e regulamentando algumas das operações bancárias, de entre a legislação promulgada de 1965 a 1967, destaca-se o DL n.º 46

492, de 18 de Agosto de 1965, em que através deste diploma foram definidos e caracterizados os diversos tipos de depósitos, bem como os limites máximos das respetivas taxas de juro, mencionado por Tejero (1978). Em 1960, a Inspeção-geral de Crédito e Seguros impôs um novo sistema padronizado de contabilidade sobre os bancos em que depósitos no Banco de Portugal e em outros bancos foram separados um do outro. A questão é relevante porque o Banco de Portugal vinha, desde os anos 30, a retirar-se progressivamente do mercado comercial, mas infelizmente, o conhecimento acerca do seu funcionamento no período do pós-guerra é praticamente inexistente, sabe-se que, entre 1930 e 1940, ainda detinha uma posição importante no mercado de crédito (Reis, 1999).

Martins (1955) e Santos (1994) referem nos seus estudos acerca dos grupos empresariais do Estado Novo, que a família *Espírito Santo* apresenta-se como um dos maiores grupos empresariais em Portugal, no entanto, ao analisar a estrutura do banco observa-se uma componente acionista muito reduzida em termos de propriedade. Duas realidades bem distintas devem ser levadas em consideração quando se trata do universo empresarial *Espírito Santo*, durante o Estado Novo, o banco, que foi gerido como um banco comercial regular, sem componente acionista expressiva de outras empresas, mas com uma expressão de empréstimo significativa, e os interesses da família, cuja posse de várias empresas, diversificadas por vários sectores da economia, tiveram grande relevância. Quando separados os dois domínios de atividade do universo empresarial *Espírito Santo*, os autores definem o banco como sendo uma das maiores instituições bancárias do país.

Durante o “*período de ouro*” da economia portuguesa, o *Espírito Santo*, como qualquer outro banco comercial, estava sujeito às severas restrições impostas por Lei, à banca. Os bancos tinham que manter 20% dos seus depósitos sob forma de reservas de caixa (15%, em 1957) e os restantes 80% (85%, em 1957) tinham de ser aplicados em ativos de maturidade inferior a 3 meses. Isso impediu que os bancos comerciais contraíssem crédito industrial, numa época em que não havia Banca de Investimentos em Portugal. No entanto, era do conhecimento público que o crédito comercial fora usado como crédito agrícola e industrial, para empreendimentos de retorno superior a três meses, foi uma prática comum dos bancos renovar crédito comercial, automaticamente a cada três meses, no caso de certos clientes. Para além disso, o *Espírito Santo* possuía outros tipos de reservas para além dos depósitos, que representavam uma parcela substancial de recursos nos seus balanços, nomeadamente, garantias, crédito standby, contas correntes, fianças, entre outros. Quando medido apenas pelos depósitos e capitais, o *Espírito Santo* apresenta uma alavancagem reduzida, mas quando incluídos os seus compromissos extrapatrimoniais era um banco consideravelmente alavancado dando, assim, um importante contributo para o crédito de longo prazo e para o crescimento económico (Amaral, 2013).

3. O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

3.1. O BESCL no contexto económico da época

O *Banco Espírito Santo* fundiu-se, em 1937, com o *Banco Comercial de Lisboa*, instituição criada em 1875, dando origem ao *Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa* (BESCL), considerado por Damas e Ataíde (2004) como aquele que, através da concessão de crédito, contribuía para o desenvolvimento económico do País, “*por meio de operações bancárias correntes e dentro dos sãos princípios de prudência*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1955).

Após o fim da II Guerra Mundial, as atividades empresariais ampliaram-se e desenvolveram-se sob a influência de diversos fatores positivos uma vez que a recomposição das economias europeias afetadas pelo conflito sentiram os efeitos no crescimento da intervenção financeira, devido ao aumento da procura por crédito bancário, nomeadamente por parte das empresas do setor industrial que tentavam corresponder às exigências de mercado. “*O ano de 1949 parece ter marcado o fim da primeira fase do reajustamento que a transição da economia de guerra para a economia de paz, necessariamente impunha*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1949). Os apoios do Plano Marshall bem como os incentivos que o I Plano de Fomento (1953-1958) mobilizavam, impulsionavam o progresso económico, bem como a alteração das regras de condicionamento industrial que, ao aliviar restrições à iniciativa privada, incentivava novos projetos industriais contribuindo para o surto expansionista. A intensa contribuição da Banca comercial no financiamento de projetos inscritos no Plano de Fomento e a receptividade do mercado à emissão de obrigações de Bilhetes do Tesouro encorajavam o recurso à intervenção financeira, sendo que no final de 1959, 82% da carteira de valores flutuantes do BESCL era constituída por estes títulos. “*Cabe aqui salientar uma orientação já definida de aproveitar o dinamismo do sector bancário para mobilizar capitais que em parte são convertidos em promissórias ou obrigações para depois apoiarem iniciativas válidas*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1969).

A relação da Banca com a economia situou-se no contexto do desequilíbrio entre o constante aumento das oportunidades de expansão de crédito e o volume daquele que as instituições privadas concediam. Por um lado havia o problema das taxas de juro, que fixadas em níveis baixos, originavam margens operacionais relativamente pequenas. As taxas de desconto para o papel comercial oscilavam entre 3% e 4%, enquanto, por sua vez, a remuneração dos depósitos à ordem iam até 1% e a dos depósitos a prazo variava entre 1% e 2%. As margens eram consideradas pelos Bancos como insuficientes para operar devido ao risco correspondente. As instituições que atuavam no estrito cumprimento da lei

confrontavam-se com alguma concorrência que, ansiosa por captar clientes e negócios, operavam com taxas superiores às estabelecidas para os depósitos e cobravam valores abaixo dos legais nas operações de crédito. Como as remunerações dos depósitos a prazo eram pouco atrativas, os fundos captados eram sobretudo provenientes de depósitos à vista, a chamada poupança preguiçosa, cuja natureza impunha cuidados especiais no que respeitava à sua aplicação, já que a defesa da liquidez constituía outra condicionante à expansão do crédito, daí que os Bancos fossem obrigados a enveredar pela contração da carteira comercial, por forma a melhorar a sua liquidez, ao mesmo tempo que procuravam diversificar as atividades, especializando-se no domínio das operações características dos mercados cambiais, da procura e oferta de fundos a curto e médio prazo (Damas e Ataíde, 2004).

Para contornar os problemas do enquadramento legal do crédito ao investimento, sendo o principal a proibição dos Bancos comerciais realizarem operações com um prazo superior a dois anos, as instituições optavam por uma das seguintes alternativas, ou faziam-nas a partir dos seus fundos próprios (Capital e Reservas), ou optavam pelo refinanciamento de operações de curto prazo, sucessivamente renovadas, sendo a última a mais frequentemente utilizada. A época era propícia ao incremento de relações entre a Banca e a indústria pois o sistema de convertibilidade externa facilitou as exportações e as importações, e promoveu um maior movimento cambial, gerando um maior proveito para ambos sectores, *“se a primeira fornece à segunda meios de pagamento, crédito e por vezes financiamento, a segunda ao atrair para si capitais e ao mobilizar meios de pagamento diversos, constitui simultaneamente um estímulo e reforço para as instituições bancárias”* (Mendes, 1984, p. 374).

De acordo com Amaral (2013) as deficiências da estrutura de mercado, o quadro jurídico e as escassas garantias oferecidas pelos credores originavam um desfasamento entre as necessidades do País e a insuficiente redistribuição do crédito. Para ajustar o regime que regulava a atividade bancária à conjuntura de expansão foi introduzido o DL nº 41 403 de 27 de Novembro de 1957, que estabelecia as regras tendentes a promover e a orientar a distribuição de crédito para o desenvolvimento, e que consagrava as normas sobre o funcionamento do mercado financeiro, para além disso criou-se o Conselho Nacional de Crédito, órgão consultivo do Governo para a política de crédito, e dividiram os Bancos em várias categorias, de Estado, emissores, comerciais e de investimento, ignorando o problema do crédito ao investimento que, pela sua natureza, exigia vencimentos a médio e longo prazo. Os Bancos comerciais continuavam apenas a poder levar a cabo operações até 180 dias, limite que apenas em circunstâncias excecionais podia ser ultrapassado, restringindo significativamente a maximização das suas potencialidades, e como forma de garantir a contínua política de depreciação

da moeda, foi decidido que as intuições não poderiam exceder em 1,5% a taxa de redesconto do *Banco de Portugal*, para as operações de desconto e empréstimos a curto prazo.

No fim da década de 50, o sistema bancário português tinha finalmente um enquadramento legal regulador do exercício da sua atividade contudo, a ausência de diretrizes para a questão das taxas de juro a atribuir aos depósitos, contribuía para aumentar o problema da concorrência descontrolada. Nos anos seguintes, e até ao final da década de 60, este seria um dos principais desafios para a Banca, em matéria de imposições legais, de entre os quais, alguns continuavam a tirar partido e proveito das deficiências da lei, “*por nós, não acompanhámos a concorrência com condições que chegam a não deixar margem para a sua aplicação à taxa legal*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1963).

3.2. Relações Internacionais

No contexto da abertura da economia portuguesa ao exterior, a banca vai poder explorar a possibilidade de operar noutros sectores, como é o caso dos mercados cambiais e na negociação de fundos com prazos mais alargados. Para atrair investimento estrangeiro e, uma vez que o *Grupo Espírito Santo* mantinha relações privilegiadas com o *Chase Manhattan International Bank Corporation* (banco americano que resulta da fusão do *Chase National Bank* com o *Bank of the Manhattan Company*, em 1955), participou no projeto de instalação de uma fábrica de pneus em Alcochete, em 1957, tendo sido inaugurada em 1960. O *Grupo Espírito Santo* subscreveu cerca de 1/3 do valor remanescente do capital social da *Firestone Portuguesa*, e em 1961, o BESCL prestou uma fiança de cinquenta mil contos à *Siderurgia Nacional*, destinada à aquisição de material diverso (Damas e Ataíde, 2004).

A participação da família *Espírito Santo* no desenvolvimento económico do País estende-se a vários empreendimentos industriais sendo que, no início da década de 50, por iniciativa do Governo, foi alienado em hasta pública um terreno para a construção de uma unidade hoteleira, comprado pela SODIM, SARL (Sociedade de Investimentos Imobiliários), uma sociedade constituída por alguns elementos da família *Espírito Santo* em parceria com empresários portugueses, com o objetivo da criação do *Hotel Ritz*. Para além do investimento no sector imobiliário na cidade de Lisboa, Ricardo Ribeiro do Espírito Santo e Silva, Presidente do Conselho de Administração do BESCL até 1953, e sucessor do seu irmão mais velho, José Ribeiro do Espírito Santo e Silva, defendia que os empresários portugueses deveriam investir no estrangeiro para que pudessem promover a sua expansão internacional, aproveitando o clima económico de transição de uma economia fechada para a abertura

ao exterior, aliada ao desenvolvimento regional que os Planos de Fomento viriam a proporcionar, afirmando que, “*tanto como as tendências gerais, as próprias necessidades de uma mudança de estrutura, que deverá originar capacidades de produção, cujo aproveitamento, para poder ser económico, excederá, em alguns casos, a capacidade de absorção do mercado interno*” (Damas e Ataíde, 2004, p. 217).

Manuel Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração do BESCL desde 1955, sucessor do seu irmão Ricardo Ribeiro Espírito Santo e Silva, defendia a existência de um Mercado Único Português, onde a circulação de mercadorias e a livre circulação do escudo facilitassem o investimento nacional e estrangeiro nos territórios africanos, nomeadamente em Angola e Moçambique, aproveitou o início da execução do II Plano de Fomento, em 1959, para apelar ao reforço do investimento privado que possibilitasse uma melhor produção, em termos de preço e qualidade, fomentando a exportação dos produtos tradicionais e dos produtos fabricados para competir com o mercado mundial. A internacionalização da economia portuguesa tornava-se assim um importante fator para o desenvolvimento através da cooperação com capital estrangeiro (Damas e Ataíde, 2004).

Do total de títulos em carteira do BESCL, cerca de 10% representavam investimentos em África, como tal o banco detinha um elevado interesse nas Províncias Ultramarinas, pois acreditava que as Colónias Portuguesas tinham um enorme potencial de desenvolvimento e representavam uma fonte de matérias-primas que poderiam ser utilizadas também em Portugal Continental. Vejamos alguns exemplos presentes nos Relatórios e Contas do BESCL, como é o caso da *Sociedade Agrícola do Cassequel* que, no final da década de 50, era uma das principais açucareiras do mundo, presidida por Manuel Espírito Santo a partir de 1955. O DL nº 38 701, de 28 de Março de 1952, que visava a atração de investimento privado nos territórios ultramarinos, facilitou a constituição da *Sociedade Agrícola do Incomati*, com sede em Moçambique e administração em Lisboa. A CADA (Companhia Angolana de Agricultura) foi constituída em 1944, e era destinada à produção de café, óleo de palma e coconote, cujas plantações estendiam-se por mais de 22 000 hectares e a mão-de-obra representava 11 000 pessoas, em 1967. Em 1961, iniciava-se a luta armada pelo movimento independentista em África, pelo que o banco decidiu reforçar a sua participação acionista nas companhias agroindustriais africanas, aumentando a quantidade acionista que detinha na *Sociedade Agrícola do Cassequel* e na *Companhia do Buzi*. A falta de documentação, ou mesmo a sua inexistência, acerca destas companhias africanas impossibilita um estudo aprofundado e uma melhor avaliação dos investimentos do BESCL, neste mercado.

José Ribeiro do Espírito Santo e Silva, Presidente do Conselho de Administração do *Banco Espírito Santo* antes da fusão com o *Banco Comercial de Lisboa*, destacou-se no exercício de presidência da Assembleia Geral de várias empresas de relevo, como é caso da *Companhia de Seguros Tranquilidade Moçambique* e da *Sociedade Agrícola do Ganda*, entre outras acima enunciadas. Para além do que, ao nível da área metropolitana, presidiu órgãos sociais da *Companhia Elétrica das Beiras*, da CIDLA, SARL e da SODIM (Damas e Ataíde, 2004).

O *Kredietbank Luxembourgeoise* lançou, em 1961, o primeiro empréstimo de cinco milhões de dólares através da SACOR, e nos anos seguintes, o *Grupo Espírito Santo*, em parceria com o *Chase Manhattan International Bank Corporation*, participou regularmente em transações do mercado internacional, no sistema de unidades de conta europeias. A empresa *Manufacturers Hanover Trust Company* concedeu crédito de cinco milhões de dólares à *Hidroelétrica do Cávado*, empresa na qual o Estado português detinha uma participação importante no capital, sendo que esta operação realizou-se por intermédio do BESCL, resultando na entrada de empresas portuguesas no mercado de financiamentos internacionais (Damas e Ataíde, 2004).

Foi dirigido um convite do Ministério das Finanças a Manuel Espírito Santo, o único banqueiro português a ser convidado a acompanhar a delegação portuguesa às reuniões do Banco Mundial. Em 1972 orientou e participou na instituição *Libra Bank*, sediado em Londres, e direcionou-se para a atividade de crédito, a médio prazo na América Latina, destino tradicional de muitas operações do BESCL, como expressa na seguinte citação, “o primeiro ano completo de atividade do *Libra Bank*, de que somos associados foi assinalado por uma notável expansão, exprimindo claramente o volume dos financiamentos procurados pelos países da América Latina, tanto no sector privado como no público” (Relatórios e Contas do BESCL, 1973). Os fundadores desta instituição foram, para além do BESCL, os Bancos *Chase Manhattan* (EUA), *Credito Italiano* (Itália), *Mitsubishi Ltd* (Japão), *National Westminster Ltd* (Reino Unido), *Royal Bank of Canada* (Canadá), *Swiss Bank Corporation* (Suíça), e *Westdeutsche Landsbank Girozentrale* (Alemanha). “Dada a reputação de que todos estes disfrutam no mundo financeiro, e que é das mais altas, não podemos deixar de nos sentir distinguidos por havermos sido convidados a participar” (Relatórios e Contas do BESCL, 1972).

O notável envolvimento de Manuel Espírito Santo com banqueiros, empresários e políticos, levou ao fortalecimento da posição internacional do Banco e à promoção do País, como podemos constatar nas suas expressões, “promovemos a realização e avalizámos empréstimos de vulto a médio prazo, concedidos por bancos estrangeiros a empresas portuguesas” (Relatórios e Contas do BESCL, 1970), e “devidamente autorizados, continuámos no plano externo a participar em sindicatos

bancários para a tomada firme de obrigações colocadas nos mercados internacionais” (Relatórios e Contas do BESCL, 1972). Fazendo com que o Primeiro-ministro Marcelo Caetano o convidasse por duas vezes para assumir o cargo de embaixador de Portugal em Washington, cargo esse que recusou sempre afirmando que desempenharia melhores funções diplomáticas em Portugal, preferindo desenvolver as relações internacionais do País através do BESCL (Damas e Ataíde, 2004). Serve o seguinte exemplo para demonstrar a importância atribuída ao desenvolvimento das relações internacionais, nomeadamente à captação de investimento estrangeiro, *“A nossa missão prolonga-se, também, para além fronteiras, para os mercados internacionais onde o vosso banco tem, reconhecidamente, uma reputação destacada que pomos ao serviço, não só das relações financeiras e comerciais normais, mas também de uma colaboração efetiva ao interesse crescente por investimentos no nosso País, por se lhe reconhecerem grandes possibilidades de desenvolvimento”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1969).

Como o BESCL estava impedido de expandir a sua atividade na Europa e no continente Americano, devido a razões políticas, procurou em África parceiros para o desenvolvimento de projetos industriais nos territórios ultramarinos e na África francófona. Surgiu a oportunidade de constituir um banco comercial em Angola, em 1953, associando-se ao *Banque Belge d’Afrique* para contornar algumas das dificuldades colocadas à atividade bancária Angolana, porém o projeto não se concretizou devido a restrições impostas à atividade bancária nas Províncias Ultramarinas que apenas permitia o comércio de câmbios no Ultramar sob a forma de compra e venda de moeda estrangeira, mediante autorização especial, limitação essa bastante desfavorável e restritiva na perspetiva de uma parceria internacional. Foi apenas em 1973, através de uma joint-venture com o *First National City Bank of New York*, que foi possível a entrada direta no mercado Angolano através da constituição do *Banco Inter Unido*, com sede em Luanda, subscrevendo, cada uma das partes, 45% do capital social de 170 milhares de contos. A *City Bank* era *“não só um dos maiores bancos americanos como, sem dúvida, um dos que disfrutam de maior projeção mundial”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1972). Através desta parceria o BESCL tinha a oportunidade de entrar num mercado promissor conseguindo assim ultrapassar as barreiras colocadas ao investimento estrangeiro nas Províncias Ultramarinas, em que a *City Bank* beneficiava do amplo conhecimento do BESCL na prática bancária, relativamente à legislação e mercados portugueses. Por outro lado, esta associação trouxe igualmente vantagens para o BESCL, não apenas pela entrada no negócio bancário Angolano, onde três concorrentes nacionais já se tinham estabelecido, mas também no acesso à vasta rede do *City Bank* que permitia beneficiar de sistemas informáticos e de técnicas bancárias mais evoluídas (Damas e Ataíde, 2004).

A estratégia traçada para a atuação no mercado Angolano tinha em vista o desenvolvimento imediato da atividade na área da banca de retalho, cujo objetivo era alcançar uma quota de mercado local de 10%, em 5 anos, por intermédio da extensão da rede de agências, e planeava-se também o alargamento das atividades a outros mercados africanos, como o de Moçambique, onde o *Grupo Espírito Santo* detinha investimentos nas áreas da agroindústria, comércio, distribuição de combustíveis e seguros. Em 1973, inauguraram a primeira agência de Lobito que possuía uma excelente localização devido à sua proximidade à açucareira *Sociedade Agrícola do Cassequel* (Damas e Ataíde, 2004).

3.3. Recursos Humanos e Expansão Geográfica

Manuel Espírito Santo respondeu aos desafios futuros dando um novo impulso à renovação do quadro de pessoal, empreendida a partir de 1953, num período de transição que exigia a adoção de novas estratégias e de competências especializadas. Com a renovação do quadro de pessoal, que se aproximava da idade da reforma, com a expansão dos serviços centrais e do número de balcões, o quadro de pessoal foi se alargando com o decorrer do tempo, passando de 645 funcionários, em 1950, para 3071, em 1970, conforme podemos verificar na tabela 1, que se segue. Os custos com o pessoal, que no final dos anos 40 representavam cerca de 30% das receitas, subiu para 39% nos anos 50, consequência do aumento geral de ordenados, vindo a estabilizar entre os 25% e os 31%, nos anos 60 (Damas e Ataíde, 2004).

Tabela 1: Evolução do quadro de pessoal do BESCL (1950-1970).

| | Nº total de empregados |
|-------------|------------------------|
| 1950 | 645 |
| 1960 | 1543 |
| 1965 | 1713 |
| 1970 | 3071 |

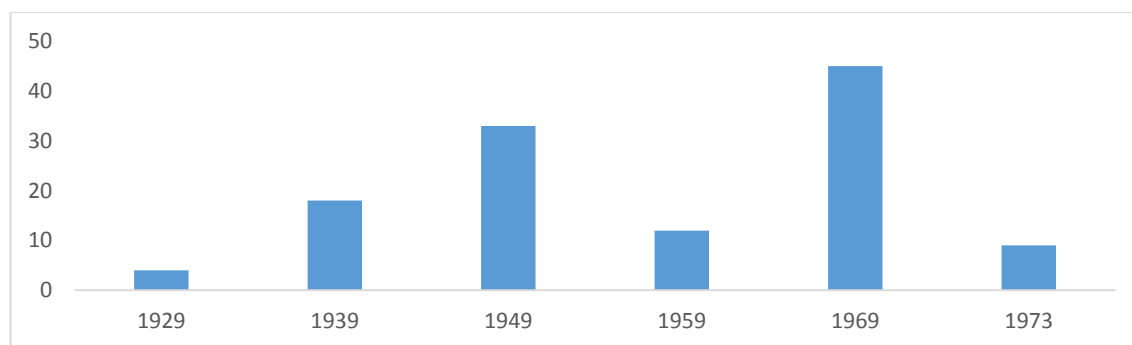
Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 234.

Durante o horizonte temporal em análise os funcionários bancários e dos serviços centrais foram adquirindo uma vasta experiência com base no seu trabalho quotidiano, uma vez que a elevada rotatividade por todos os sectores lhes permitiu conhecer o funcionamento das tarefas mais básicas até as mais complexas, de onde eram recrutados os chefes de secção ou, no caso dos balcões, futuros gerentes, para além da formação profissional que lhes fora facultada. A formação prática

desenvolvida pelos seus Diretores, Gerentes e empregados, exigia aptidões especializadas no que concerne a avaliação dos riscos inerentes à aprovação de crédito relativamente à capacidade dos clientes, particulares ou empresas, em cumprir os seus compromissos. Os decisores nesta matéria possuíam uma perspicácia apurada e conhecimentos detalhados acerca das operações inerentes, que os habilitava a distinguir o valor das empresas, em termos quantitativos e qualitativos. O aumento do quadro de pessoal que, na década de 60 mais do que duplicou, estava relacionado com a contratação de quadros universitários, do recrutamento e da promoção dos mais aptos para exercerem funções com maiores responsabilidades, com vista à preparação para um ambiente mais competitivo. No testamento do banqueiro José Ribeiro do Espírito Santo e Silva, em 1964, constava uma herança, em dinheiro, dirigida aos funcionários do BESCL, que variava em função dos anos de serviço, como manifestação do seu apreço por aqueles que se dedicavam ao desenvolvimento do banco (Damas e Ataíde, 2004).

O alargamento da rede de balcões foi decisivo para o sucesso do BESCL e tornou-se uma das principais vantagens competitivas da empresa, *“a orientação muito mais larga agora seguida em matéria de autorizações de instalação de agências de Bancos veio contribuir eficazmente para o saneamento da atividade bancária na província, dando, simultaneamente, maiores possibilidades de desenvolvimento às atividades económicas locais”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1966). Depois da estabilização financeira do País, a abertura de novos balcões acelerou nos anos 30 e continuou nas décadas seguintes, sendo 4 o número total de balcões novos, em 1930, 18 em 1940, e 33 em 1950, como podemos verificar no gráfico 1. Através de uma organização interna eficiente, provida de instrumentos de trabalho tecnologicamente avançados e acompanhados pelos serviços centrais, foi possível constituir um forte mecanismo de captação de depósitos e facultar uma prestação de serviços ao cliente rápida e de qualidade (Damas e Ataíde, 2004).

Gráfico 1: N° total de balcões novos abertos por década.



Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 237.

Na década de 50 o BESCL fez uma pausa na abertura de novos balcões enquanto os seus rivais continuavam a apostar no desenvolvimento geográfico até meados de 1955. O *Lisboa e Açores* só começou a sua expansão geográfica em 1955, no mesmo ano o *Fonsecas, Santos e Vianna* adotara a estratégia de não abrir filiais ou sucursais, enquanto os Bancos, *Português do Atlântico*, *Pinto e Sotto Mayor* e *Borges e Irmão* despertaram para a oportunidade de ampliação geográfica, alargando as suas redes, neste período. No final de 1959, o BESCL tinha procedido a abertura de 44 balcões novos, 11 dos quais foram criados na década anterior, enquanto o *Banco Português do Atlântico* já tinha 37 estabelecimentos em funcionamento, 29 dos quais surgidos nos anos 50, conseguido sem grandes esforços financeiros resultando da fusão operada com o *Banco Português do Continente e Ilhas* contudo, apesar da expansão do *Português do Atlântico* ter sido mais intensa neste período, o BESCL continuava a ter uma posição pioneira no que concerne a expansão geográfica da sua rede de balcões, uma vez que iniciou a sua expansão geográfica décadas antes dos seus rivais (Damas e Ataíde, 2004).

O DL nº 46 492, de 18 de Agosto de 1965, estabelecia os critérios a levar em consideração na abertura de novos balcões, facilitando a expansão da rede bancária nacional na qual se fazia sentir uma feroz concorrência e crescente competitividade. Para Manuel Espírito Santo este DL favorecia o enraizamento da atividade bancária na província, criando melhores condições para que os bancos promovessem a dinamização das atividades económicas nos diversos centros populacionais do País, marcando esta década como aquela em que as instituições de crédito mais investiram no alargamento das suas redes, com o objetivo da captação de depósitos a prazo, necessários para satisfazer a procura de crédito, utilizados para corresponder às progressivas necessidades de formação de capital fixo das empresas, numa economia em expansão. A concorrência respondeu através da ampliação rápida das suas redes, nomeadamente o *Banco Português do Atlântico* e o *Banco Pinto e Sotto Mayor*, abrindo mais de 50 novas agências no período em análise. Outras instituições optaram por fusões, como forma de resistir a progressiva erosão das suas quotas de mercado. Em 1961 fundiram-se os Bancos *Aliança* e *José Henriques Totta*, dando origem ao *Totta-Aliança*, em 1967 o *Fonsecas, Santos e Vianna* fundiu-se com o *Burnay* e, em 1970, o *Totta-Aliança* com o *Lisboa e Açores*, de que resultou o *Banco Totta Açores*. Neste contexto, o BESCL retomou o alargamento da sua rede, inaugurando 51 balcões no período compreendido entre 1966 e 1973 (Damas e Ataíde, 2004).

A crescente relação entre bancos, com clientes particulares e empresas geograficamente disseminadas, era considerado, por Manuel Espírito Santo, um fator de progresso, não só de desenvolvimento das regiões locais, mas também como forma de conter a corrente emigratória da época, referindo-se ao resultado da expansão e desenvolvimento como, “o grande surto de pequenas

indústrias, comércio e construção, que sem dúvida o turismo, o aumento do nível de vida e a prosperidade geral da nação têm impulsionado” (Damas e Ataíde, 2004, p. 267).

3.4. Inovação e Investimentos Estratégicos

Dada a estabilidade da conjuntura e num clima de intensa concorrência nos mercados financeiros, o BESCL lançou diversas modalidades de crédito especialmente dirigidos a segmentos que pouco ou nenhum contacto tinham com a Banca, procurando conceder-lhes facilidades para a resolução de problemas específicos, como é o caso da saúde, educação e habitação, no contexto da satisfação do aumento do consumo e de salários, lançando produtos inovadores, como o *Cheque de Viagem*, que era um meio de pagamento fácil e seguro para viajar numa época em que o turismo começava a ter alguma expressão, o *Cheque Bilhete-postal*, que facilitava o envio de dinheiro para qualquer ponto do País, e a modalidade de *Crédito Individual* cujo objetivo era “*servir um grande número de pessoas para quem estes créditos podem representar um benefício eficaz para a resolução dos seus problemas particulares*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1965). Ao diversificar a oferta com o objetivo de angariação de novos clientes, o BESCL assume-se então como “*first mover, buscando ser o primeiro na introdução de novidades no sector, por forma a dar-lhe maior aptidão para conservar a liderança*” (Damas e Ataíde, 2004, p. 261).

A modernização tecnológica dos instrumentos de trabalho começava a ser fomentada, recorrendo ao processamento de dados através de equipamentos eletrónicos sendo que, em 1967, foi inaugurado um sistema de pagamento de cheques, criado internamente, que proporcionava uma redução no tempo de trabalho, quer para os serviços, quer para os clientes, eliminando muitos dos procedimentos até então utilizados, merecendo “*os mais rasgados elogios da parte dos clientes*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1968). Com a introdução de um processador UNIVAC 1004 de programação externa, baseado no cruzamento dos saldos das contas e a conferência das assinaturas microfilmadas, o BESCL promovia a utilização do cheque como meio principal de pagamento permitindo aos clientes o levantamento do cheque fora dos balcões de domicílio das contas, inovação em que foi pioneiro (Damas e Ataíde, 2004). “*Dentro destas linhas de rumo continuou a merecer a maior atenção o equipamento do Banco com os mais modernos meios de gestão, nomeadamente no que se refere ao aumento de capacidade dos ordenadores já instalados, e à sua extensão a vários domínios da sua atividade*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1969).

À semelhança do que ocorria noutros países, a diversificação da oferta de produtos e serviços bancários eram sustentados por campanhas publicitárias. Estas ações eram totalmente inéditas na empresa, embora desde a década de 30 a instituição fizesse publicidade aos seus serviços de modo disperso e avulso contudo, face às modificações na atividade bancária e à necessidade de promover a oferta desses novos produtos, o Banco tinha de se adaptar às exigências de mercado. Em 1965, Manuel Espírito Santo, submeteu ao Conselho a revisão da política de comunicação da empresa, que até aí se baseava no princípio de que *“a melhor propaganda era o facto de não a fazer”* (Damas e Ataíde, 2004, p. 263). A publicidade passaria então a ser utilizada com o objetivo de captar clientes, e não de angariação de depósitos, devia assentar em princípios aprovados pela Administração e processar-se dentro dos melhores princípios da ética.

Manuel Espírito Santo afirmava que *“a concorrência sem regras era um fator de desordem que o Governo não podia tolerar”* (Damas e Ataíde, 2004, p. 270), devido às suas repercussões nos mercados monetário e financeiro, fazendo referência às taxas de juro pagas aos depositantes que reduziam as margens das operações de crédito, levando os bancos a fazer aplicações não creditícias para obter taxas compensadoras, e alertava também para o facto das distorções decorrentes da abertura de balcões por quase todo País, sob o título de correspondentes privados, sem autorização oficial para operar. Este tipo de atuação desleal contradizia a missão principal dos Bancos comerciais cuja função era redistribuir o crédito que os seus depositantes lhe confiavam, deste modo, os Bancos cumpridores dos normativos do sector foram prejudicados, não só em relação às suas margens operacionais, mas também relativamente às suas quotas de mercado. Em 1965, o Presidente do Grémio atribuía o insucesso do DL nº 46 492, de 18 de Agosto de 1965, à *“subida das taxas de juro no mercado internacional, ao combate à inflação, à escassez conjuntural de capitais e aos fatores externos que afetavam a evolução da economia nacional”* (Damas e Ataíde, 2004, p. 271).

O BESCL, que sofria da progressão lenta dos depósitos, mas concedia mais crédito que a concorrência, não via afetada a sua solidez nem a sua rendibilidade, mas sim a preocupante descida da sua quota de mercado desde 1960. Confrontado com a perda da sua posição relativa no mercado, ultrapassado, em 1965 pelo *Banco Português do Atlântico* e, em 1967 pelo *Banco Pinto e Sotto Mayor*, deliberou desvincular a instituição desse acordo em 1968, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, dando conhecimento ao Ministério das Finanças das razões que assim o determinavam, optando por acompanhar a concorrência, concedendo crédito via dinheiro dos depósitos, tal como as OIC vinham fazendo ao longo dos anos (Damas e Ataíde, 2004).

Com o objetivo de reduzir o desajustamento entre o controlo centralizado das operações, nomeadamente os estrangulamentos burocráticos relativos ao crédito, que restringiam o normal funcionamento de aprovação do desconto de letras comerciais e operações de financiamento, foi implantado, em 1969, um projeto inovador denominado por Gerências de Zona, que serviam de intermediárias entre a Direção e as gerências dos balcões. O projeto baseava-se na divisão por área geográfica e foi atribuído às Gerências de Zona poder de decisão para autorizar operações até determinado montante pré-estabelecido, competindo-lhes a tarefa de visitar os clientes, e acompanhar e avaliar o progresso dos negócios. Para Manuel Espírito Santo esta reestruturação orgânica teve como finalidade melhorar os serviços bancários, referindo que *“as conjunturas mudam e com elas têm que mudar a orgânica e processos de trabalhar se se quer acompanhar a evolução”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1969). Foram também adotadas outras inovações como a criação de serviços de prospeção externa, para captação de depósitos de particulares, através do contacto direto com os clientes (Damas e Ataíde, 2004).

Na década de 60 e até vésperas da revolução de 1974, a história do BESCL ficou marcada sobretudo pela intensa competitividade e pela forma como respondeu, com sucesso, aos desafios, sem nunca deixar de ser essencialmente um Banco comercial, apostando em profundas transformações empreendidas na sua estrutura orgânica e na criatividade colocada na criação de novos produtos bancários e na diversificação da oferta que permitia, em 1973, reconquistar o primeiro lugar no ranking da quota de mercado de depósitos e crédito dos bancos comerciais portugueses. A concorrência era elevada em quase todas as áreas da atividade bancária mas principalmente na da captação de poupanças uma vez que as OIC ofereciam taxas mais elevadas para poderem obter uma maior captação de volume de negócio (Damas e Ataíde, 2004).

3.5. Relatórios e Contas do BESCL

3.5.1. Relatórios e Contas: 1950-1959

Os Relatórios e Contas da década de 50 apresentam-se com uma estrutura e linguagem simples, fazendo referência às necessidades da economia nacional e à necessidade em movimentar recursos que os Planos de Fomento exigiam. Fazem referência às condições favoráveis na aquisição de material e máquinas necessárias para levar a cabo as obras de Fomento, e o fato de várias indústrias terem beneficiado do reapetrechamento das suas fábricas, é mencionado também que *“foram utilizados os vastos recursos próprios e, ultimamente, as possibilidades, generosamente oferecidas pelo Plano Marshall”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1950).

Existem várias menções à situação de desgaste dos países afetados pela Guerra que demonstram patriotismo, e de certa forma algum alinhamento político, como podemos observar na expressão que se segue, *“o constante engrandecimento e a prosperidade deste banco, não teriam sido possíveis, sem a tranquilidade de que, há muito, o nosso País vem disfrutando, como um raro exemplo, no meio da agitação e inquietação gerais, graças ao alto critério que vem presidindo à nossa administração pública”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1951). Para além disso referem que a tensão internacional com a Coreia e a incerteza da situação Mundial criaram alguma instabilidade económica como a diminuição da oferta de produtos, o encarecimento dos preços de venda e de matérias-primas, e a diminuição da procura de crédito por parte das empresas.

Aludem à abertura de novas agências como um fator de desenvolvimento local e regional com o objetivo de melhorar o serviço ao cliente facultando-lhe uma maior comodidade. Em relação ao I Plano de Fomento podemos afirmar que o BESCL participou na emissão de títulos por forma a fomentar a indústria portuguesa, ao qual referem que houve uma aceitação favorável por parte dos clientes, cujo mérito é atribuído aos funcionários do BESCL e à estabilidade política, económica e financeira do País.

No Relatório e Contas de 1955 observa-se a primeira constatação que faz referência à captação de investimento estrangeiro por parte do Estado Português, reconhecendo a importância *“do prestígio de Portugal no campo internacional, obtida com os êxitos das visitas do Chefe de Estado a Inglaterra e do Ministro dos Negócios Estrangeiros aos Estados Unidos da América”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1955). No que diz respeito à Economia Nacional, o início do II Plano de Fomento e o *“reajustamento de vencimentos estabelecido pelo Estado”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1958)

são encarados como fatores de progresso económico, sendo o primeiro de longo prazo e o segundo com efeitos mais imediatos. A solidez económico-financeira do País, nomeadamente a balança internacional de pagamentos, as reservas existentes em ouro e divisas, e a situação privilegiada de Portugal no contexto Europeu que se ia adaptando às exigências da integração na EFTA, são fatores que se encontram mencionados nos Relatórios de Contas do BESCL de 1958 e 1959. Neles também se observam referências ao *Banco de Fomento Nacional* no qual o BESCL participou como acionista fundador, cujo principal objetivo era facilitar a concessão de crédito, em Portugal e nas Províncias Ultramarinas, de médio e longo prazo.

Relativamente à Carteira de Títulos do BESCL podemos afirmar que as Obrigações apresentam algumas oscilações nos anos 50, sendo de realçar o seu aumento nos anos de 1954, 1955 e 1959. O aumento em 1954 deve-se à exclusão das Obrigações da *Companhia Nacional de Eletricidade* ficando apenas com as da *Hidroelétrica do Zêzere* e da *Hidro Elétrica do Alto Alentejo*, já em 1955 as Obrigações são apenas constituídas pela *Sociedade Anónima Concessionária da Refinação dos Petróleos em Portugal* (SACOR), e em 1959, o Estado emitiu OT's de 3 ½% que permitiu ao BESCL aumentar a sua carteira de títulos Estatais. A Carteira Acionista do Banco cresce a partir de 1954 e até ao fim da década de 50, mantendo-se constante em 1953 e 1958. Em 1954 o BESCL introduz as ações dos *Transportes Aéreos Portugueses*, em 1956 aumentou a sua exposição acionista relativamente à *Sociedade Agrícola do Cassequel*, e em 1957 e 1959 comprou ações da *Companhia Portuguesa de Celulose*. Salientamos o crescimento da estrutura acionista em 1959, que também se deveu à compra de ações do *Banco de Fomento Nacional*, na expectativa de ultrapassar os constrangimentos da concessão de crédito a médio e longo prazo.

Em 1950, o BESCL tinha uma quota de mercado de depósitos¹ de cerca de 25%, e o seu principal rival nesta década, o *Fonsecas, Santos e Vianna*, apresentava uma quota de mercado de 17%. Apesar de a quota de mercado de depósitos do BESCL ter vindo a decrescer ao longo desta década, apresentou um máximo de 26%, em 1952, e de 22%, em 1959, tendo sido aquele que liderou nesta década, resultado obtido em parte pela sua expansão geográfica, enquanto o *Fonsecas, Santos e Vianna* atingiu uma quota de mercado de depósitos máxima de 19%, em 1951, e termina a década com 8% de quota de mercado. De acordo com Damas e Ataíde (2004) os bancos BESCL, *Ultramarino, Lisboa e Açores* e o *Fonsecas, Santos e Vianna*, representavam uma quota média conjunta de 17% no mercado de depósitos, caindo para 13%, em 1959. A registar uma subida média, estavam o *Português do Atlântico* (5%), o *Borges e Irmão* (2%) e o *Pinto e Sotto Mayor* (1%).

¹ Tabela 21 do anexo C: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

O líder da quota de mercado de crédito², nesta década, era o *Nacional Ultramarino* com cerca de 25%, em 1950, atingindo um máximo de 26%, em 1951, e em 1959, 20%, sendo este o principal rival do BESCL no mercado de crédito. O BESCL apresentou uma quota de mercado de 18%, em 1950, alcançando um máximo de 23%, em 1952, e em 1959, apresentou uma quota de mercado de 18%, ficando atrás de *Outros Bancos* que revelaram uma quota de mercado de 19%. Os autores Damas e Ataíde (2004) defendem que se verificou uma redução da média conjunta relativamente à maioria dos bancos, no período em análise, sendo o *Banco Nacional Ultramarino* líder na distribuição de crédito, com médias de 24%, na primeira metade da década de 50, e 22% na segunda metade da década, seguiam-se o *Fonsecas* com 13% e 9%, e o *Lisboa e Açores* com 9% e 8%, respetivamente. Os mesmos argumentam que o BESCL atingiu uma quota de 23%, a mais elevada de sempre, em 1952, devido à descida de liquidez para 21%, como podemos observar na tabela 2, resultado de um exercício em termos de letras descontadas e empréstimos caucionados contudo, no ano seguinte, “*o aumento sensível dos depósitos e uma atenuada solicitação de crédito*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1953), em cerca de 13%, anulou aquele efeito, retornando a liquidez do ativo a valores semelhantes á generalidade da concorrência. O Ativo Líquido, presente na tabela 2, é apresentado sob forma de percentagem e é dado pela divisão da rubrica Caixa pelo Ativo Total.

Tabela 2: Ativo Líquido.

| | BESCL | OIC |
|-------------|--------------|------------|
| 1950 | 31% | 27% |
| 1951 | 28% | 28% |
| 1952 | 21% | 25% |
| 1953 | 30% | 29% |
| 1954 | 28% | 26% |
| 1955 | 22% | 23% |
| 1956 | 25% | 22% |
| 1957 | 21% | 20% |
| 1958 | 23% | 19% |
| 1959 | 19% | 17% |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 244.

A prudência na gestão do crédito pode ser observada na evolução do indicador de liquidez do ativo do BESCL e das OIC que, face à incerteza do enquadramento legal da época, adotaram medidas cautelosas na afetação de recursos. No final da década de 50, a redução da liquidez acompanhou a

² Tabela 22 do anexo C: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

expansão do crédito e “a emissão de ações e obrigações, realizadas de acordo com Plano de Fomento” (Relatórios e Contas do BESCL, 1959), criando, assim, condições mais favoráveis para a operacionalidade, refletindo-se o aumento da procura por serviços bancários.

Tabela 3: Rácio de Cobertura (CC/DO) BESCL e OIC (1950-1959).

| | BESCL | BPA | BPSM | BFSV | BLA |
|-------------|--------------|------------|-------------|-------------|------------|
| 1950 | 38% | 58% | 66% | 21% | 58% |
| 1951 | 42% | 64% | 79% | 26% | 61% |
| 1952 | 57% | 59% | 86% | 29% | 71% |
| 1953 | 44% | 62% | 70% | 35% | 70% |
| 1954 | 47% | 64% | 71% | 36% | 78% |
| 1955 | 57% | 69% | 71% | 33% | 85% |
| 1956 | 56% | 76% | 69% | 35% | 82% |
| 1957 | 56% | 79% | 74% | 53% | 84% |
| 1958 | 60% | 81% | 78% | 70% | 80% |
| 1959 | 63% | 83% | 82% | 64% | 83% |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 245, (BPA: Banco *Português do Atlântico*, BPSM: Banco *Pinto e Sotto Mayor*, BFSV: Banco *Fonsecas Santos e Viana*, BLA: Banco *Lisboa e Açores*).

A observação do Rácio dado pela divisão da rubrica Carteira Comercial pela rubrica Depósitos à Ordem (CC/DO), na tabela 3, sugere-nos que até ao final da década de 50, o crédito concedido, de curto prazo, aumentou em relação aos depósitos à ordem, com efeito o rácio (CC/DO), em 1950, era de 38%, aumentando para 63% em 1959, no entanto, não era suficiente para competir com a diferença entre Bancos como o *Português do Atlântico* (58% em 1950, e 83% em 1959), o *Pinto e Sotto Mayor* (66% em 1950, e 82% em 1959), e o *Lisboa e Açores* (58% em 1950, e 83% em 1959). Apesar de ter registado um crescimento inferior ao de outras instituições devido à existência de um quadro legal desatualizado, no que respeita às principais rubricas da atividade bancária, a distância que separava o BESCL das OIC, era cada vez mais reduzida devido à intensa distribuição de crédito, sendo que só na década de 60 é que se aproximaria dos valores pretendidos.

O DL nº 41 403, de 27 de Novembro de 1957, favoreceu o aumento da procura por serviços bancários no entanto ignorava o problema do crédito ao investimento que exigia vencimentos com prazos mais alargados restringindo, assim, a maximização das potencialidades das instituições que atuavam dentro das normas legais, traduzindo-se num “manifesto prejuízo para a economia em geral” (Relatórios e Contas do BESCL, 1964).

Durante a década de 50, o BESCL financiou os empreendimentos de fomento e o desenvolvimento industrial através de *“capitais e créditos internos, trazendo, como consequência, uma larga aplicação das disponibilidades bancárias”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1960). Surgiu então uma *“feroz concorrência interbancária”* (Damas e Ataíde, 2004, p. 246) uma vez que alguns bancos permaneciam no estrito cumprimento da ética bancária tradicional, enquanto outros bancos entendiam que a satisfação das necessidades de crédito não se enquadravam nesse âmbito legal. *“A cadência dos acontecimentos é tal que, se não fora a experiencia recente de situações semelhantes, difícil seria acompanhá-los com as medidas adequadas que a prudência impõe”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1950).

3.5.2. Relatórios e Contas: 1960-1969

Os Relatórios e Contas do BESCL, na década de 60, apresentam uma linguagem mais cuidada e específica no que diz respeito à terminologia económica, para além disso abordam problemas específicos acerca do desenvolvimento da economia portuguesa e são ligeiramente mais extensos do que os relatórios da década anterior. A título de exemplo, salientamos que os Relatórios e Contas de 1960 abordam o fato de que a compra de equipamento do estrangeiro não podia ser efetuado através de crédito bancário, devido aos prazos concedidos pelos fornecedores, o que dificultava o acesso a maquinaria sofisticada por parte das empresas de menor dimensão, desprovidos de capital para efetuar tais investimentos.

Em relação à economia nacional foram mencionados o aumento da procura de crédito, como consequência do desenvolvimento industrial do País, o ajustamento da tributação, em 1962, através da publicação dos códigos do Imposto Profissional e do Imposto de Capitais, os efeitos restritivos do regime legal regulador das relações com as Províncias Ultramarinas, em que, mesmo após a unificação do mercado português com as Províncias Ultramarinas, ficaram *“inibidos de continuar a prestar (...) colaboração nomeadamente no que respeita a operações de comércio externo”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1963). Para além disso referem a proibição de emitir obrigações, mesmo para empreendimentos inscritos no Plano de Fomento e a concorrência bancária extremamente difícil dentro da conduta da legalidade, *“nomeadamente pela alta de taxas de juro abonados aos depósitos à ordem e a prazo, outros benefícios concedidos e abertura de agências por todo o País, sem autorização oficial, sob o título de correspondentes privativos”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1965), fazendo referência a uma *“construção económica e financeira mal alicerçada”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1967).

Em 1965, foi realizada uma subscrição pública de obrigações do *Banco de Fomento Nacional*, com uma remuneração de 4%, livres de impostos que, de acordo com os Relatórios e Contas do BESCL, tiveram uma boa aceitação do público em geral, e no ano seguinte, o BESCL adquiriu a *Casa Bancária Blandy Brothers Ltd^a*, que “fazia parte da organização Blandy Brothers que há mais de 155 anos exerce a sua principal atividade na Madeira e cujo nome e alta reputação são bem conhecidos não só naquela praça, mas também em todo o País e estrangeiro, nomeadamente em Londres” (Relatórios e Contas do BESCL, 1966). Para evitar a saída de capitais do País, o Governo subiu a taxa de juro e atribuiu isenções fiscais às novas obrigações emitidas, de forma a aumentar o interesse dos subscritores. Em 1968 constatou-se que houve uma ligeira recessão na produção industrial que foi compensada por dois bons anos agrícolas, apesar de ter havido uma retoma no ritmo de crescimento da indústria existe uma alusão a vários setores da economia que se encontravam em crise, no entanto, o crédito individual, a modernização das instalações e a evolução dos serviços de contabilidade são mencionados como fatores que contribuíram “para beneficiar a economia em geral e os clientes do Banco” (Relatórios e Contas do BESCL, 1965).

Relativamente ao mercado internacional as afirmações dizem respeito às diferenças nas taxas de juro entre os mercados nacionais e internacionais, menciona-se também a desvalorização da libra esterlina com repercussões nas exportações efetuadas naquela moeda, a especulação sobre a valorização do marco e a desvalorização de outras moedas, no entanto o escudo manteve-se forte e estável quando medido pelas reservas de ouro e divisas portuguesas. Existe também uma referência à progressão dos salários que superou o aumento do nível de preços melhorando assim o nível de vida da população portuguesa, ficando ainda aquém do nível de vida dos países industrializados.

Na primeira metade da década de 60, a Carteira de Títulos do BESCL aumentou progressivamente no que concerne às obrigações e ações, exceto no ano de 1961, em que houve uma ligeira redução na quantidade de OT's 3 ½%, nas obrigações da SACOR, da *Companhia do Papel do Prado*, da *Siderurgia Nacional* e da *Sociedade Hidro Elétrica do Revuê*. A Carteira de Títulos do banco apresenta um maior volume nesta década, em parte devido à alteração introduzida pelo DL n° 39525, de 2 de Fevereiro de 1954, e o DL n° 42641, de 12 de Novembro de 1959, que estabeleciam a apresentação de todos os títulos que à data do balanço pertenciam ao banco mesmo quando resultassem da atividade diária de compra e venda, enquanto nos balanços anteriores apenas se incluíam os títulos constitutivos da sua Carteira Própria. A partir da segunda metade da década de 60, as obrigações do BESCL assumem uma trajetória descendente e a carteira acionista aumenta ao longo do tempo, um dos fatores que poderá estar na origem da descida da carteira obrigacionista é a inibição de emitir obrigações para entidades privadas que é encarada como uma “deficiência do

mercado de capitais para o financiamento a prazos mais largos” (Relatórios e Contas do BESCL, 1963).

Damas e Ataíde (2004) argumentam que, ao longo da década de 60, as contas do BESCL apresentaram uma evolução regular mas prejudicada por alguns recuos, no qual demonstraram um crescimento percentual de 48% na rubrica depósitos e 42% no crédito, no entanto esta evolução demonstrar-se-ia incipiente relativamente aos seus rivais que obtiveram um crescimento mais rápido. No BESCL, nomeadamente em 1961, a sua progressão foi prejudicada pelos depósitos à ordem que desceram 4% face ao ano anterior, consequência da saída de poupanças e capitais privados transferidos para OIC que ofereciam melhores remunerações.

Tabela 4: Rácio (Capital e Reservas/Depósitos).

| | CR/Dep |
|-------------|---------------|
| 1960 | 8.32% |
| 1961 | 8.78% |
| 1962 | 7.82% |
| 1963 | 8.17% |
| 1964 | 6.75% |
| 1965 | 6.34% |
| 1966 | 5.69% |
| 1967 | 5.31% |
| 1968 | 6.57% |
| 1969 | 4.84% |

Elaboração Própria.

Ao observarmos a tabela 4 verificamos que o rácio dado pela divisão da rubrica Capital e Reservas pelo total de Depósitos tem uma tendência decrescente. Apesar de se ter observado um ligeiro aumento nos anos de 1961, 1963 e 1968, que se explica pela taxa de crescimento abrupta da rubrica Capital e Reservas (13.27%, em 1963, e de 43.20%, em 1968), face ao ano anterior, o rácio diminui ao longo da década devido ao aumento dos depósitos, mais especificamente dos Depósitos a Prazo que, em 1964, apresentaram um crescimento de 66.24%, e em 1967, de 63.58%, face ao ano anterior. Relativamente aos Depósitos à Ordem constatamos que os mesmos aumentaram, no período em análise, exceto nos anos de 1961 e 1967 em que houve um decréscimo de 9.46% e 2.09%, face ao período homólogo, respetivamente, no entanto atingiram uma taxa de crescimento de 48.47%, a mais elevada de sempre, quando analisados de 1950 até 1973.

No fim da primeira metade da década de 60, as variações percentuais nos ritmos de crescimento da rubrica depósitos à ordem foram as seguintes: *Pinto e Sotto Mayor* 211%, *Português do Atlântico* 126%, *Totta-Aliança* 97%, *Borges e Irmão* 82%, *Lisboa e Açores* e BESCL 48%, diminuindo 17% no *Fonsecas Santos e Vianna*, face a 1960. Com ligeiras alterações, a situação foi semelhante na rubrica de crédito, o crescimento no BESCL foi de 42%, *Pinto e Sotto Mayor* 221%, *Português do Atlântico* 123%, *Totta-Aliança* 98%, *Borges e Irmão* 85%, descendo 12% no *Fonsecas Santos e Vianna*. Não obstante a evolução das principais rubricas bancárias, o BESCL apresentou o maior volume de depósitos até 1964 contudo, havia cedido quota de mercado em 5% na rubrica Depósitos e 6% na rubrica de Crédito, transferida quase na mesma proporção para o *Pinto e Sotto Mayor* e o *Português do Atlântico*, ao longo desses cinco anos (Damas e Ataíde, 2004).

Em relação ao rácio (CC/DO)³ podemos constatar que o BESCL apresentava um dos menores rácios relativamente aos seus rivais o que significa que financiava apenas 69% das suas operações de crédito por intermédio do dinheiro dos depósitos, em 1960, atingindo um máximo de 83% em 1965, e 72%, em 1969, enquanto os seus rivais financiavam na totalidade as operações creditícias via dinheiro dos depósitos, como é o caso do *Pinto e Sotto Mayor* (90%, 140% em 1962 e 104%, respetivamente), do *Português do Atlântico* (79%, 89% em 1962 e 83%, respetivamente), e do *Lisboa e Açores* (74%, 103% em 1966 e 84%, respetivamente). No que diz respeito aos lucros⁴, o BESCL, no início da década de 60, é aquele que detém o maior volume de lucro com 51 milhares de contos, tendo sido ultrapassado apenas em 1966, pelo *Português do Atlântico* que apresentou lucros na ordem dos 59 milhares de contos, por uma ligeira diferença, uma vez que o BESCL apresentou nesse ano lucros de 57 milhares de contos. Em 1969 o *Português do Atlântico* foi aquele que demonstrou ter o maior lucro de 91 milhares de contos, deixando para segundo lugar o BESCL com 75 milhares de contos.

De acordo com Damas e Ataíde (2004) a média do dividendo atribuído aos acionistas foi inferior a 10%, e a Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) situou-se entre 9,88%, em 1960, e 5,62%, em 1965. Quanto a Capital e Reservas, em 1960, o BESCL com 426 milhares de contos, situava-se depois do *Fonsecas* com 550 milhares de contos, seguindo-se os *Outros Bancos* com Capitais e Reservas que oscilavam entre os 200 e os 110 mil contos. As mudanças operacionais introduzidas na segunda metade da década de 60, nomeadamente, a inauguração de 22 agências novas, em 1966, as campanhas publicitárias e a inovação de produtos, contribuíram para fomentar o crescimento dos

³ Tabela 16 do anexo A: Rácio (CC/DO) (Carteira Comercial sobre Depósitos à Ordem) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 308.

⁴ Tabela 20 do anexo B: Lucros do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

depósitos e do crédito comercial, no entanto eram insuficientes para competir com os números apresentados pelo *Português do Atlântico* e pelo *Pinto e Sotto Mayor*.

O BESCL mantém a sua posição de liderança em relação à quota de mercado de depósitos⁵ no início da década de 60, detendo uma quota de 28%, deixando em segundo lugar o *Português do Atlântico* com 19%. Em 1964, tanto o BESCL como o *Português do Atlântico* apresentaram a quota de mercado mais elevada de 23%, cada um, tendo este último ultrapassado o BESCL em 1969, com uma quota de mercado de 22% face aos 21% apresentados pelo BESCL, posição essa que apenas recupera em 1973.

No início da década de 60 o BESCL assume a posição de líder de mercado relativamente à distribuição de crédito, liderando com 28% da quota de mercado de crédito⁶, seguindo-se o *Português do Atlântico* com 18%, e em 1964, o *Português do Atlântico* e o BESCL apresentaram uma quota de mercado de 22%, cada um. No final da década de 60 a situação altera-se, passando o *Português do Atlântico* a liderar o mercado de crédito com 22% de quota de mercado, seguindo-se o *Pinto e Sotto Mayor* com 21% e, em terceiro lugar o BESCL com 20%, no entanto recuperaria a liderança em 1973.

Damas e Ataíde (2004) referem que, entre 1965 e 1969, a percentagem de variação de crescimento total dos depósitos e do crédito no BESCL foi de 114% e de 91%, respetivamente, com um rácio (CC/DO) de 77%, os outros bancos considerados na análise apresentam valores aproximados com exceção do *Pinto e Sotto Mayor* (151% e 145%, respetivamente), do *Totta-Aliança* (125% e 137%, respetivamente), e do *Fonsecas* (190% de crescimento em ambas rubricas). Os autores salientam também que, no fim da década de 60, os bancos com políticas de crédito menos restritivas apresentavam elevados prejuízos devido ao incumprimento dos seus clientes na solvência dos seus compromissos, situação que pouco afetava o BESCL que mantinha critérios rigorosos na aprovação de crédito comercial. “*Os prejuízos da Banca foram bastante elevados, como alias já no ano transato, nós conseguimos não ser atingidos por essas perdas senão numa base extremamente moderada, permitindo-nos dizer-lhes que, na generalidade, o nosso Banco é dos mais fracamente representados nas listas de credores de firmas em más circunstâncias*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1968). Em termos absolutos, o BESCL foi aquele que demonstrou uma evolução consistente

⁵ Tabela 23 do anexo D: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

⁶ Tabela 24 do anexo D: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

e sólida, ao longo da década de 60, sendo que a diferença que o distanciava dos seus concorrentes era cada vez mais diminuta.

Os Relatórios e Contas do BESCL, a partir de 1965, refletem o crescimento da instituição e a expansão das atividades comerciais, esgotadas as possibilidades de atuar cumprindo as normas legais, e a já referida decisão do Conselho Geral em acompanhar a concorrência sacrificando a liquidez, em 1968, que veio alterar por completo o quadro competitivo. O sucesso resultante das mudanças estratégicas empreendidas repercutiram-se nos resultados que a empresa apresentou no exercício de 1968, em que os depósitos cresceram 16% face a 1967, assim como a carteira de crédito que cresceu 17%, reduzindo a diferença entre os concorrentes que haviam deixado o BESCL em terceiro lugar. De acordo com Damas e Ataíde (2004), em 1969, os números das principais empresas bancárias (*Português do Atlântico*, *Pinto e Sotto Mayor* e o BESCL) eram próximos, partilhando entre si cerca de 60% da quota de mercado dos depósitos e do crédito.

3.5.3. Relatórios e Contas: 1970-1973

Os Relatórios e Contas do BESCL, no período compreendido entre 1970 e 1973, apresentam uma evolução face aos anos anteriores, devido à sua componente visual mais atrativa que contém ilustrações, nomeadamente logótipo, publicidades e o mapa de expansão geográfica, gráficos da evolução das principais rubricas de balanço (Disponibilidades de Caixa, Crédito Concedido, Depósitos e Capital e Reservas), e imagens das obras que o banco apoiou, nos diversos sectores da economia nacional, através da concessão de crédito. Apresentam-se com uma linguagem mais cuidada e precisa no que diz respeito aos conceitos económicos que são amplamente utilizados como é o caso de “*mercado monetário*”, “*tendências inflacionistas*”, “*mais-valia*”, (Relatórios e Contas do BESCL, 1970), “*estabilidade monetária e financeira*”, “*política conjuntural de crédito*”, “*crise monetária internacional*”, “*mercado de capitais*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1971), “*paridades*”, “*balança de pagamentos*”, “*deficit da nossa balança comercial*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1972), “*instabilidade cambial*”, “*movimentos especulativos*”, “*limitações da oferta*”, “*custos de produção e distribuição*”, “*produtividade*”, entre outras (Relatórios e Contas do BESCL, 1973).

No que diz respeito à economia portuguesa abordaram o DL nº 180/70, de 25 de Abril de 1970, e a Portaria 217/70, que pôs termo à desordenada concorrência e aproximaram as taxas de juro passivas e ativas da dos mercados internacionais; a grande ampliação na concessão de crédito e a abertura a

operações de crédito a médio prazo com regime especial; a crescente abertura ao exterior patente no comércio externo, turismo e transferências privadas; novas formas de mobilização de fundos, através da promulgação de legislação que tornou possível a emissão de obrigações convertíveis em ações; o aumento de divisas estrangeiras que permitiu aumentar as reservas do Banco Central e contribuir para a emissão de escudos; a forma como se procurou conter a inflação através do estímulo à oferta de bens, políticas de contenção de preços e absorvendo o excesso de liquidez; e a necessidade de impulsionar o crescimento agroindustrial nacional para satisfazer o mercado interno e fomentar a exportação. Verificou-se um aumento da eficiência do banco, no tratamento de operações devido a uma maior automatização dos serviços e à descentralização das operações, foram autorizados a abrir novas agências contribuindo para o progresso económico dessas respetivas áreas, e a concessão de crédito é vista como elemento de desenvolvimento regional e consequente fixador populacional, reduzindo o índice de emigração, para além do que, constituiu-se uma Sociedade especificamente dedicada a operações de *Leasing*, em território nacional.

Os Relatórios e Contas mencionam também as pressões inflacionistas pela dupla via da limitação da oferta e dos custos mais elevados de produção e distribuição, pelo que o Banco de Portugal aumentou a sua taxa de desconto mas dentro de uma política de seletividade, mantendo a taxa de redesconto para o crédito que, visava estimular a exportação, facilitar o acesso a equipamento industrial, matérias-primas e bens de consumo essenciais, o que originou uma contração na liquidez da banca, causada também pelo encaminhamento para o mercado interno de operações passíveis de colocação nos mercados internacionais, pelo apoio a projetos do Governo e a obrigatoriedade em manter junto do Banco Central elevados montantes cativos.

A crise monetária internacional é mencionada diversas vezes, nomeadamente o marco alemão que, em 1971, flutuou desligado dos compromissos de Bretton Woods, e a crise do dólar em que se estabeleceram margens de flutuação mais largas para causar o realinhamento das paridades e das taxas de câmbio, e a inflação que era vista como um “*mal generalizado em outros países*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1971). A crise do petróleo levou a um crescimento sem precedentes do preço das matérias-primas e a alguns sinais de escassez, apesar de, em 1973, se ter sentido um clima de expansão, foi acompanhado por inflação, instabilidade cambial (queda do dólar e oscilações no preço do ouro) e elevadas taxas de juro que levaram a uma menor atratividade na emissão de obrigações internacionais e a uma maior atratividade no setor da emissão de ações.

No que diz respeito à Carteira Obrigacionista do BESCL podemos afirmar que aumentou ao longo do período em análise à exceção do ano de 1971, em que houve uma redução ligeira nas quantidades.

Em 1970 adicionaram mais OT's 5% e obrigações da *Siderurgia Nacional* 5%, e em 1972, introduziram novas obrigações respeitantes ao *Empréstimo 4% 1971 Províncias de Angola e Moçambique*, e no ano seguinte expandiram as OT's 5% e o *Empréstimo 4% 1971 Províncias de Angola e Moçambique*, para além da incorporação das obrigações da *Companhia Portuguesa de Eletricidade* 6%. A carteira acionista do banco apresentou a mesma tendência sendo que, em 1970, inseriram as ações da *Sociedade Financeira Portuguesa*, da *Companhia das Águas de Lisboa*, da *Companhia Portuguesa de Eletricidade* e da *Sociedade Hidroelétrica do Revuê*. No ano seguinte diminuíram as ações da SACOR e expandiram as da *Companhia das Águas de Lisboa* e da *Hidroelétrica Alto Alentejo*, para além disso acrescentaram à sua carteira ações de *F. Ramada, Aços e Indústrias*, e das *Indústrias Metálicas Previdente*. Em 1972 incorporaram novas ações, nomeadamente as da *Casa Hipólito SARL*, da *Companhia Industrial de Cimentos do Norte* (CINORTE), da *Companhia Portuguesa de Rádio Marconi*, dos *Estaleiros Navais de Lisboa* (LISNAVE), dos *Estaleiros Navais de Setúbal* (SETENAVE), e da *Sena Sugar Estates*. Relativamente a 1973, observou-se um aumento da quantidade de ações dos *Combustíveis Industriais e Domésticos* (CIDLA), da *Companhia Portuguesa de Rádio Marconi*, da SACOR, da *Sena Sugar Estates*, da SETENAVE, e da *Sociedade Agrícola do Cassequel*, e incorporaram ações novas como as da *Companhia Portuguesa de Eletricidade* (CPE), dos *Aparelhos Óticos de Precisão* (LEITZ PT), da *Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais* (SIAF), da *Sociedade Central de Cervejas*, da *Sociedade Industrial de Celuloses* (SOCEL), e dos *Transportes Aéreos Portugueses* (TAP).

Os Relatórios e Contas do BESCL neste período demonstram o sucesso das tomadas de decisão nos exercícios anteriores, em todos os sectores de atividade do Banco, recuperando o primeiro lugar no ranking bancário nacional, em 1973, relativamente as quotas de mercado Depósitos e de Crédito. O crédito concedido pelo BESCL passaria de 9292 mil contos, em 1969, para 12 318 mil contos, em 1970. O ano anterior ficou marcado por se ter posto termo à concorrência feroz na aplicação de juros passivos por parte dos bancos, devido ao DL nº 180/70, de 25 de Abril de 1970, e consequente Portaria 217/70, das taxas ativas e passivas, que se aproximaram das praticadas nos mercados internacionais, dado o abrandamento destas últimas. Por outro lado, havia a preocupação de mobilizar recursos colocados temporariamente no estrangeiro, para os colocar ao serviço direto da economia interna, patente na diminuição do saldo de Correspondentes Estrangeiros de 1281 mil contos, em 1969, para 434 mil contos, em 1970. O ano de 1970 fica, também, marcado pelo “*aumento do capital e o êxito da subscrição junto do grande público e dos empregados, ambos pela primeira vez convidados adquirir ações, que constituíram os acontecimentos mais notáveis na vida da Instituição*” (Relatórios e Contas do BESCL, 1970).

De acordo com Damas e Ataíde (2004) viveu-se um clima de expansão acompanhada por uma inflação incontrolada e instabilidade cambial. A crise petrolífera terá desencadeado graves repercussões no que respeita a matérias-primas tendo se verificando, em 1973, um crescimento exacerbado dos seus preços e, nalguns casos, sérios sinais de escassez, gerando inevitavelmente maiores pressões inflacionistas quer pela via das limitações da oferta, quer pelos elevados custos de produção e distribuição. Os importadores portugueses, receosos da escassez e das tendências altistas dos preços das matérias-primas e outros produtos, aprovizionaram-se por forma a aumentar o seu *stock*, criando assim novas e maiores necessidades de crédito, para além disso, a instabilidade cambial acelerou fortemente as compras de moeda estrangeira, originando uma maior pressão sobre a procura de crédito e uma contração na liquidez da banca comercial portuguesa.

O aumento da concessão de crédito no BESCL coincidiu com um ligeiro abrandamento no crescimento dos Depósitos de 7% face ao período compreendido entre 1965 e 1969, o que deu origem a uma diminuição nas disponibilidades de Caixa de 26% e nos Fundos Flutuantes de 25%. No crédito, a subida média, entre 1970 e 1973, foi de 98%, ao contrário de OIC que diminuíram substancialmente o crédito, nomeadamente: o *Fonsecas* (-54%), o *Borges e Irmão* (-45%), o *Pinto e Sotto Mayor* (-42%), *Português do Atlântico* (-24%) e *Totta-Alliança* (-23%), (Damas e Ataíde, 2004). Estas alterações geraram consequências nos valores da quota de mercado, e em 1973, o BESCL voltou a ter a maior quota de mercado⁷ de 23% no crédito, e 22% nos depósitos, seguido pelo *Pinto e Sotto Mayor* com 21% em ambas rubricas, e o *Português do Atlântico* com 20% e 21%, respetivamente.

Tabela 5: Rácio de Cobertura (CC/DO) BESCL (1970-1973).

| | CC/DO |
|-------------|--------------|
| 1970 | 91% |
| 1971 | 95% |
| 1972 | 99% |
| 1973 | 124% |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 300.

A subida média do rácio (CC/DO) presente na tabela 5, reflete que o banco, pela primeira vez, ultrapassou a fasquia de segurança atingindo, em 1973, os 124% excedendo o limite de segurança, que relaciona os prazos do crédito com os prazos dos depósitos. Uma vez que o rácio (CC/DO) e os Depósitos à Ordem aumentaram ao longo da década de 70, podemos afirmar que a Carteira Comercial

⁷ Tabelas 23 e 24 do anexo D: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) e Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

teve um crescimento expressivo neste período, em que a sua taxa de crescimento foi de 32.56%, em 1970, e de 36.95%, em 1973, face aos anos anteriores.

Ao apreciar-se a conta de Lucros e Perdas do Exercício de 1972, há que referir o agravamento crescente das Despesas com o Pessoal que aumentaram com a entrada em funcionamento da Caixa de Previdência, tendo sido afetada a rentabilidade da banca, no entanto foi compensada pelo encarecimento das condições de crédito e de outros serviços, por outro lado, o crédito até então concedido através de investimento de capitais próprios e alheios atingiu números elevados, o que obrigou o BESCL a constituir reservas e provisões adequadas.

No período em análise, o BESCL efetuou dois aumentos de capital, um em 1970, para 800 000 contos, representado por um valor nominal de 1 000\$00, e o segundo no final de 1973, para 1 200 000 contos (Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 281). A Rentabilidade do Ativo (ROA), que vinha decrescendo desde 1957, atingiu em 1973 o valor mais baixo de 0,22%, tendo ocorrido o mesmo nos valores do ROE. De acordo com Damas e Ataíde (2004) as instituições bancárias foram fortemente penalizadas pelos surtos inflacionistas, pelo que o BESCL apresentou valores da Rentabilidade do Ativo corrigida (ROAc) e da Rentabilidade do Capital Próprio corrigido (ROEc), expurgados do efeito da inflação, negativos de (-6,94%) para a ROAc, e (-2,14%) no ROEc, em 1973, face ao ano anterior. *“Tem sido preocupação dominante de todos os responsáveis conter a inflação que, alias, é também um mal generalizado em outros países, e de cujas repercussões não poderíamos ficar isentos. Entre nós, neste particular, assistimos a uma aberta luta contra a subida anormal dos preços, e a uma consciencialização dos perigos que acarretaria um clima altista”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1971).

Podemos concluir que, em relação ao período compreendido entre 1970 e 1973, o BESCL era afetado sobretudo na sua rentabilidade, medida pela redução gradual das taxas de intermediação, pelo agravamento de despesas em tecnologia, pessoal e carga fiscal, e pela necessidade de constituir reservas e provisões adequadas ao risco envolvido na concessão de crédito que se mantinha em expansão. Apesar da influência de fatores exógenos como a crise monetária internacional, a contração na liquidez dos mercados, o agravamento da balança comercial, as pressões inflacionistas, a especulação bolsista e as distorções do mercado financeiro, o BESCL recuperou o primeiro lugar no ranking bancário nacional, relativamente a ambas as rubricas de depósitos e de crédito, em 1973.

4. Gestão de Ativo/Passivo do BESCL

4.1. Dados e Metodologia Empírica

O presente capítulo visa complementar a informação anteriormente apresentada com o objetivo de apurar de que forma a diversificação da oferta bancária, a concessão de crédito, e a automatização dos serviços contribuíram para o crescimento sustentável do BESCL, no horizonte temporal definido. Para tal, procedemos à análise financeira do BESCL e exploramos a sua gestão de ativo/passivo, complementarmente recorremos ao uso de matrizes de correlação para entender em que medida é que as principais rubricas do balanço se relacionaram entre si. Inicialmente abordamos os conceitos teóricos subjacentes ao cálculo financeiro, apresentamos os seus respetivos rácios, e procedemos à avaliação da sua gestão de balanço de forma a sustentar a aplicação empírica que é realizada neste trabalho.

Definimos que o objetivo fulcral da investigação seria perceber qual o contributo do sistema bancário português para o seu crescimento económico. Contudo, dada a complexidade que subjaz a um trabalho de investigação deste tipo, quer pelo horizonte temporal definido e pela gestão de recursos que seriam necessários ao desenvolvimento do mesmo, reconhecemos que seria um objetivo demasiado ambicioso, pelo que encaramos os resultados obtidos, como fatores que anteciparam determinado acontecimento, e não admitimos a hipótese de que existe uma relação estreita entre o PIB português e o ativo/passivo do BESCL. Assim, o objetivo específico da nossa investigação reside em perceber se, se torna possível validar uma relação entre a gestão do BESCL, nomeadamente pela concessão de crédito e pela sua Carteira de Títulos, e o crescimento económico português, no “*período de crescimento de ouro*” da economia portuguesa.

As fontes dos dados foram obtidas nos Relatórios e Contas do *Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa*, e no apêndice estatístico da obra de Damas e Ataíde (2004); em relação aos dados referentes ao PIB, a preços correntes (milhares de contos), foram obtidos através do apêndice estatístico da obra de Mateus (1988). A análise empírica irá incidir sobre o período compreendido entre 1950 e 1973, utilizando como moeda o escudo, e como unidades de conta, contos ou milhares de contos. A Gestão de Ativo/Passivo, vulgarmente conhecida como *Asset and Liability Management* (ALM), será analisada utilizando as principais rubricas do balanço do banco, de acordo com a disponibilidade dos dados e a sua exatidão, ao longo de um horizonte temporal de 23 anos, incluindo a pesquisa de indicadores correlacionados, através de matrizes de correlação, para identificar os fenómenos mais importantes.

As principais funções da Gestão de Ativo/Passivo são determinar o risco da taxa de juro, as diferenças estruturais entre ativo e passivo e simultaneamente a gestão de liquidez. Os desequilíbrios estruturais na gestão do balanço são uma das principais funções da ALM, fundamentada pelo facto de que a gestão da liquidez concentra-se principalmente no curto prazo. A ALM é um termo genérico utilizado para nos referirmos a um conjunto de variáveis, comuns a diferentes participantes no mercado, relativos à gestão do balanço. Define políticas de risco de gestão de crédito, porém, tecnicamente, as políticas de crédito são estabelecidas em níveis ligeiramente inferiores, por imposições legais. Na gestão do balanço deve-se levar em conta a gestão do risco da taxa de juro e o risco de liquidez, e deve contemplar todas as operações do banco. É um processo abrangente que envolve a determinação de políticas de liquidez, planos de contingência e de resolução, de detenção de ativo líquido, assegurando o nível de risco e de liquidez desejado (Novickyte e Petraityte, 2013).

Choudhry (2007) afirma que as definições de ativo/passivo, e os riscos são específicos para cada instituição mas, geralmente, os ativos devem ser encarados como fluxos de caixa esperados, e o passivo deve ser analisado como saídas de caixa esperadas. Apesar do aumento do risco, no curto prazo, devido à possibilidade de as instituições não conseguirem fazer face a obrigações imediatas, torna-se importante avaliar e quantificar o risco, porém a ALM é igualmente utilizada numa perspetiva de longo prazo, que serve para balancear o ativo/passivo em termos de cash-flow, como tal, a metodologia é considerada uma estratégia tática.

Mitra e Schwaiger (2011) explicam que o método é uma ferramenta financeira/analítica para a tomada de decisão, que estabelece a maximização do valor dos stakeholders. O seu objetivo geral é fazer investimentos criteriosos que aumentam o valor do capital, levando em consideração o valor do passivo, protegendo, assim a instituição de eventos financeiros desastrosos. Um modelo de gestão de ativo/passivo integrado define a estratégia de investimento ideal, considerando simultaneamente as rubricas, cuja finalidade da abordagem é reduzir o risco e aumentar a rentabilidade.

De acordo com Brick (2012) é um processo orientado para o futuro, envolvendo simultaneamente o ativo e o passivo para medir, monitorizar e controlar o impacto de variações das taxas de juros sobre os lucros do banco, valor do ativo, liquidez e requisitos de capital. Combina várias carteiras de ativos, passivos e a diferença entre os juros recebidos e os juros pagos, coordenadamente, num único processo de gestão, por outras palavras, a principal característica da ALM é coordenar a gestão do balanço total do banco.

A sua função principal é conectar diferentes atividades bancárias numa única unidade, facilitando a gestão da liquidez e o equilíbrio da gestão patrimonial, que é crucial para assegurar o normal funcionamento do banco, a prestação de serviços e um crescimento sustentável. Fornece a identificação de potenciais problemas e riscos operacionais no balanço e na rentabilidade da instituição. O problema mais comum ocorre quando os custos do passivo do banco estão a aumentar mais rápido do que as receitas do ativo, ou quando as taxas de juro dos ativos rentáveis estão a cair mais rápido do que as do lado do passivo. Os resultados da investigação de Birge e Judice (2013) permitem a simulação dos balanços dos bancos ao longo do tempo, dada a estratégia de crédito, e fornece uma base para um modelo de otimização para determinar a estratégia do banco endogenamente.

A seleção dos indicadores qualitativos foi baseada na comparabilidade dos dados, e com base nas relações das variáveis, entre si, nomeadamente as rubricas: Caixa, Depósitos, Crédito, Ativo Total, Passivo Total e Capital Próprio. Com base no comportamento das variáveis, e no seu grau de correlação, escolhemos três indicadores qualitativos, cujas suas variações são analisadas em detalhe.

Os dois primeiros indicadores são a percentagem de crédito concedido e depósitos, no total do ativo, que refletem a tendência do nível de risco que o BESCL tendeu a tomar, uma vez que envolve as principais rubricas de ativos e passivos, e o nível de risco refletido em valores relativos, que se deve ao fato de que parte do financiamento dos ativos era composto por depósitos, e da forma como os recursos financeiros foram alocados. A análise da liquidez foi escolhida porque representa a quantidade de património líquido que o BESCL possuía. A liquidez de um banco é um dos indicadores mais importantes para a atividade porque, tal como o risco, são indicadores fundamentais para a gestão do balanço, uma vez que traduzem a capacidade do banco em satisfazer todos os seus compromissos, de curto prazo, a um custo aceitável e compensador.

4.2. Indicadores Quantitativos

Nesta secção iremos quantificar e avaliar os rácios económico-financeiros do BESCL, rácios esses que constituem uma das técnicas mais utilizadas na análise de informações financeiras, dado que fornecem informações-chave acerca dos dados contidos nos Relatórios e Contas, e permitem tirar ilações acerca da gestão do banco. Irei-nos basear na análise de alguns rácios de Caiado e Caiado (2006), e exploramos os que constam do apêndice estatístico da obra de Damas e Ataíde (2004). A

utilização destes rácios visa evidenciar determinados aspetos contabilísticos relevantes para avaliar o desempenho do BESCL, de 1950 a 1973.

De acordo Horrigan (1968), durante a I Guerra Mundial arrancaram os primeiros estudos relativos às relações entre rubricas dos balanços que se tornaram imprescindíveis na análise das demonstrações financeiras, uma vez que as consequências da guerra contribuíram para o arranque do desenvolvimento de rácios de análise económico-financeira. Os rácios começaram a ser utilizados nos anos 20 e tornaram-se uma ferramenta indispensável para a análise financeira no entanto, foi apenas na década de 30 que surgiu a preocupação em determinar qual grupo rácios mais eficazes, tendo sido aprofundada a sua classificação, bem como a sua aplicação eficaz em vários modelos, tais como os modelos de previsão de falência. Na década seguinte começaram a explorar quais as técnicas estatísticas a serem aplicadas, incluindo quais os dados que poderiam ser utilizados na formulação de hipóteses. Os rácios serviam para filtrar as análises subjetivas, através da sua normalização, para evitar que as decisões ficassem dependentes dos critérios dos analistas, mas foi principalmente a partir dos anos 60, que apareceram os primeiros modelos baseados em rácios, tais como, os Sistemas de *Scoring* ou de Pontuação e os Sistemas de *Rating* ou Notação de Crédito, modelos que são atualmente utilizados com alguma regularidade.

Ao observar os Relatórios e Contas do BESCL, é evidente a diferença dos valores apresentados do Ativo e Passivo, entre a década de 50 e a década de 60, que se explica pelo DL n° 39 525, de 2 de Fevereiro de 1954, e o DL n° 42 641, de 12 de Novembro de 1959, que estabeleciam a uniformização dos Balanços e Contas de Lucros e Perdas dos bancos, nomeadamente:

- As mais-valias passam a ser contabilizadas na rubrica Provisões,
- Na rubrica Imóveis, do Ativo, passam a vigorar o valor real das propriedades do banco,
- No Passivo Não Exigível as Contas Diversas e Provisões incluem os saldos credores,
- No Ativo, sob a rubrica Outras Contas do Ativo estão os saldos devedores,
- Introduziu-se pela primeira vez as Contas de Ordem no Ativo,
- E os encargos com os funcionários, em vez de serem contabilizados na Conta de Ganhos e Perdas, são englobados em Despesas com o Pessoal.

Pelo que se torna evidente a necessidade de manter a estrutura adotada no capítulo 3, em que se analisou cada década separadamente.

Rentabilidade de Exploração

Na década de 50 os Resultados do Exercício assumem a denominação de Ganhos e Perdas e os Resultados de Exploração estão representados na Conta de Ganhos e Perdas com a denominação de Receitas, enquanto no restante período em análise, os Resultados de Exploração são dados pela diferença entre o saldo total a débito e o saldo do exercício anterior a crédito, que se apresentam na Conta de Lucros e Perdas. A fórmula da Rentabilidade de Exploração (RE) é dada por: $RE = \frac{LU}{REx}$ sendo (LU) os Lucros, e (REx) os Resultados de Exploração.

Tabela 6: Rentabilidade de Exploração.

| | RE | | RE | | RE |
|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 1950 | 24.86% | 1960 | 19.56% | 1970 | 8.57% |
| 1951 | 23.80% | 1961 | 18.70% | 1971 | 6.41% |
| 1952 | 22.45% | 1962 | 17.17% | 1972 | 5.68% |
| 1953 | 23.99% | 1963 | 16.14% | 1973 | 4.73% |
| 1954 | 24.65% | 1964 | 14.85% | | |
| 1955 | 23.53% | 1965 | 11.70% | | |
| 1956 | 24.00% | 1966 | 9.83% | | |
| 1957 | 23.63% | 1967 | 8.74% | | |
| 1958 | 23.44% | 1968 | 9.27% | | |
| 1959 | 21.90% | 1969 | 9.38% | | |

Elaboração Própria.

A relação que se estabeleceu entre os Lucros do BESCL e os seus Resultados de Exploração, na década de 50, foi decrescente, à exceção dos anos de 1953, 1954 e 1956. Em 1953, houve uma quebra nos Resultados de Exploração e um aumento dos Lucros, face ao ano anterior, que se explica pela redução nos Empréstimos Caucionados e Letras Descontadas, observável na diminuição do rácio de cobertura CC/DO em 13% (tabela 3), e no aumento significativo da Liquidez do Ativo (tabela 2), pelo que o aumento ligeiro do nível de depósitos não foi suficiente para colmatar essa diminuição. Relativamente a 1954 e 1956, o aumento em ambas as rubricas deve-se ao aumento dos Depósitos à Ordem, consequentemente verificou-se o crescimento do rácio de cobertura CC/DO e a diminuição da Liquidez do Ativo, face a 1953, o que evidencia um ligeiro aumento na concessão de crédito.

De 1960 a 1973 mantém-se a mesma tendência decrescente em relação à RE, o que revela que o lucro gerado pelo BESCL não acompanhava na mesma proporção o valor líquido do banco. Os anos de 1968 e 1969 apresentam um ligeiro aumento, face ao ano anterior, uma vez que a proporção de crescimento do Resultado do Exercício foi superior ao dos Resultados de Exploração, contudo é de

salientar que a rubrica Juros e Comissões a nosso Favor teve um acréscimo significativo passando de 573 519 contos, em 1967, para 644 360 contos, em 1968, e em 1969, apresenta-se com 706 072 contos.

Rotação do Ativo Total

A Rotação do Ativo Total (RAT), com base nos Resultados de Exploração, reflete o dinamismo económico da instituição, pelo que quanto maior o seu valor, melhor é a sua dinâmica. A sua fórmula é dada por: $RAT = \frac{REx}{AT}$ sendo (REx) os Resultados de Exploração e (AT) o Ativo Total.

Tabela 7: Rotação do Ativo Total

| | RAT | | RAT | | RAT |
|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| 1950 | 3.39% | 1960 | 1.95% | 1970 | 1.72% |
| 1951 | 3.40% | 1961 | 2.05% | 1971 | 1.92% |
| 1952 | 3.93% | 1962 | 2.09% | 1972 | 1.83% |
| 1953 | 3.51% | 1963 | 2.23% | 1973 | 1.82% |
| 1954 | 3.51% | 1964 | 2.06% | | |
| 1955 | 3.93% | 1965 | 2.13% | | |
| 1956 | 3.95% | 1966 | 2.33% | | |
| 1957 | 4.20% | 1967 | 2.34% | | |
| 1958 | 3.87% | 1968 | 1.97% | | |
| 1959 | 3.97% | 1969 | 1.66% | | |

Elaboração Própria.

A RAT revela que os seus valores se mantiveram constantes ao longo da década de 50, sendo de realçar o ano de 1957, em que o BESCL apresenta uma maior eficácia na utilização do seu Ativo, uma vez que o crescimento dos Resultados de Exploração ocorram em proporções superiores ao do Ativo. É evidente que o aumento do rácio fora provocado pela diminuição da rubrica Caixa, nomeadamente, Depósitos em Bancos, por exemplo, em 1956, havia em Caixa 1 198 122 contos, passando para 1 051 628 contos, em 1957, o que poderá estar na origem do crescimento menos acentuado do Ativo.

A década de 60 apresenta uma tendência crescente até 1967, em que apresenta uma maior dinâmica na RAT. Para além do aumento da rubrica Juros e Comissões a nosso Favor, o facto que mais se evidencia é o crescimento dos Empréstimos e Contas Correntes Caucionados, que passa de 837 041 contos, em 1966, para 1 092 937 contos, em 1967. Daí em diante, o rácio vai diminuindo gradualmente com algumas oscilações. No que respeita ao aumento da Rotação do Ativo em 1970,

aludimos à diminuição substancial das rubricas Correspondentes no Estrangeiro, e Empréstimos e Contas Correntes Caucionados, face ao ano anterior, que prejudicaram a expansão do Ativo. Em relação ao rácio apresentado em 1971, o aumento dos Resultados de Exploração deve-se ao crescimento dos resultados das rubricas Juros e Comissões a nosso Favor, e Rendimento de Títulos de Crédito, de cerca de 67.11% e 78.72%, respetivamente.

Liquidez Imediata

A Liquidez Imediata (LI) traduz a percentagem de fundos existentes em Caixa face aos principais recursos financeiros da instituição. A LI é dada por: $LI = \frac{\text{Caixa}}{\text{Depósitos}}$ sendo que Caixa representa as rubricas Caixa e Depósitos no Banco de Portugal e em OIC, e os Depósitos englobam os Depósitos à Ordem, com Pré-Aviso e a Prazo, em moeda nacional e estrangeira.

Tabela 8: Liquidez Imediata

| | LI | | LI | | LI |
|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 1950 | 38.13% | 1960 | 21.12% | 1970 | 23.48% |
| 1951 | 33.77% | 1961 | 18.44% | 1971 | 20.65% |
| 1952 | 25.36% | 1962 | 19.64% | 1972 | 22.20% |
| 1953 | 36.31% | 1963 | 18.64% | 1973 | 15.99% |
| 1954 | 32.93% | 1964 | 17.51% | | |
| 1955 | 25.77% | 1965 | 14.21% | | |
| 1956 | 29.46% | 1966 | 17.30% | | |
| 1957 | 24.59% | 1967 | 20.72% | | |
| 1958 | 26.49% | 1968 | 20.09% | | |
| 1959 | 22.23% | 1969 | 21.43% | | |

Elaboração Própria.

Na década de 50, a LI indica que o BESCL possuía uma elevada capacidade para satisfazer os seus compromissos, salienta se também que, na década de 50, o BESCL era aquele que detinha o maior volume de depósitos⁸, face a OIC. Apesar do rácio ter diminuído, ao longo do tempo, exceto nos anos de 1953, 1956 e 1958, devido ao aumento dos valores da rubrica Caixa, que coincidem com o aumento do Ativo Líquido (tabela 2).

A partir da década de 60 observa-se que a LI diminuiu ao longo do tempo, o que indica que a sua exposição ao risco foi aumentando, salvo nos anos de 1962, 1966, 1967 e 1969, que apresentaram

⁸ Tabela 21 do anexo C: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

um ligeiro crescimento tanto na rubrica Caixa, como nos Depósitos, sendo que em 1966 e 1969, a rubrica Depósitos em OIC quase duplicou e, em 1967, houve um aumento expressivo dos valores em Caixa de cerca de 75.56%, face ao ano anterior. Em relação ao período compreendido entre 1970 e 1973, é de salientar a redução da liquidez de 1972 para 1973, em que se verificou um decréscimo dos valores em Caixa, passando de 7 476 611 contos para 6 527 097 contos, respetivamente.

Solvabilidade Contabilística

A Solvabilidade Contabilística (SC) permite verificar qual o grau de financiamento do Ativo com Capitais Próprios, o que representa o grau de risco efetivo dos acionistas. A SC é tanto melhor quanto menor o seu valor, uma vez que indica a capacidade do banco em movimentar recursos dos seus clientes sem a necessidade de aumentar o Capital Próprio. Para calcular a SC utilizámos a fórmula:

$SC = \frac{CP}{AT}$ sendo (CP) o Capital Próprio e (AT) o Ativo Total.

Tabela 9: Solvabilidade Contabilística

| | SC | | SC | | SC |
|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| 1950 | 8.10% | 1960 | 3.55% | 1970 | 2.13% |
| 1951 | 7.64% | 1961 | 3.64% | 1971 | 1.72% |
| 1952 | 8.05% | 1962 | 3.51% | 1972 | 1.53% |
| 1953 | 7.72% | 1963 | 3.73% | 1973 | 1.74% |
| 1954 | 7.18% | 1964 | 3.22% | | |
| 1955 | 7.41% | 1965 | 3.06% | | |
| 1956 | 7.29% | 1966 | 2.81% | | |
| 1957 | 7.38% | 1967 | 2.59% | | |
| 1958 | 7.77% | 1968 | 2.43% | | |
| 1959 | 7.81% | 1969 | 1.95% | | |

Elaboração Própria.

A década de 50 apresenta uma certa instabilidade relativamente a este rácio, devido à diminuição de certas rubricas do Ativo, que estão na origem do aumento da SC, como é o caso da Carteira de Títulos que caiu em 1952, 1957 e 1958, e da diminuição das rubricas Banqueiros no Estrangeiro (1955 e 1959) e Devedores Diversos (1955 e 1958), face ao seu período homólogo, e em 1958, verificou-se uma ligeira redução das Cauções dos artigos n.ºs 10 e 13 dos Estatutos.

No período compreendido entre 1960 e 1969 podemos afirmar que a SC decresceu, exceto no ano de 1961, que se explica pela redução dos valores em Caixa, do Ouro, Moedas e Notas Diversas, da Carteira de Títulos e Cupões, da Carteira Comercial, das Letras sobre o Estrangeiro, dos

Correspondentes no País e dos Empréstimos, face ao ano anterior, e no ano de 1963, em que houve uma diminuição das rubricas Correspondentes no Estrangeiro e no País. O mesmo podemos afirmar acerca do período compreendido entre 1970 e 1972, em que se verificou um decréscimo gradual da SC, e em 1973, houve um ligeiro aumento da Solvabilidade devido à diminuição dos valores em Caixa, Correspondentes no Estrangeiro, Carteira de Títulos e Cupões e Letras sobre o Estrangeiro, acompanhados por um aumento de Capital por incorporação de Reservas, de aproximadamente 66.67%, face ao ano anterior. Apesar de se ter verificado um crescimento gradual tanto do Ativo (exceto em 1961) como do Capital Próprio, a SC do BESCL ficou marcada pela volatilidade de determinadas rubricas do Ativo.

Rentabilidade do Capital Próprio

A Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) representa o nível de retorno do mesmo, em que o valor obtido em cada ano representa a taxa máxima de remuneração obtida pelos capitais investidos por sócios e acionistas, por via dos resultados líquidos apurados. Quanto mais elevada for a ROE, maior a atratividade da empresa para os investidores e a sua capacidade de se auto financiar. A ROE é dada por: $ROE = \frac{LU}{CR}$ onde (LU) representa os Lucros, e (CR) o Capital e Reservas, tendo por base os cálculos de Damas e Ataíde (2004).

Tabela 10: Rentabilidade do Capital Próprio

| | ROE | | ROE | | ROE |
|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 1950 | 11.62% | 1960 | 12.31% | 1970 | 7.51% |
| 1951 | 12.04% | 1961 | 12.23% | 1971 | 7.82% |
| 1952 | 12.30% | 1962 | 11.55% | 1972 | 7.33% |
| 1953 | 12.25% | 1963 | 10.78% | 1973 | 5.38% |
| 1954 | 13.68% | 1964 | 10.79% | | |
| 1955 | 14.28% | 1965 | 10.48% | | |
| 1956 | 14.95% | 1966 | 10.41% | | |
| 1957 | 15.52% | 1967 | 9.94% | | |
| 1958 | 13.24% | 1968 | 8.26% | | |
| 1959 | 12.53% | 1969 | 8.85% | | |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 296.

A ROE tem uma tendência crescente, durante a década de 50, salvo nos anos de 1953, 1958 e 1959, devido ao abrandamento da taxa de crescimento dos Lucros, que passou de 12,24% para 3,26%, em 1953, de 8.55% para 1.23%, em 1958, e para 0.86%, em 1959, face ao ano anterior.

Ao contrário da década anteriormente analisada, de 1960 a 1973 a ROE apresentou uma tendência decrescente, em que apenas se verificou um aumento da rentabilidade em 1964 e 1969, uma vez que a taxa de crescimento do Capital e Reservas abrandou 9.63% e 38.75%, respetivamente, face ao período homólogo. Em 1971 verificou-se uma queda na taxa de crescimento do Capital e Reservas, que passou de 35.21%, em 1970, para 2.98% em 1971, esta desaceleração acentuada do Capital e Reservas deve-se ao facto de que, em 1970, houve um aumento de Capital Social por incorporação de Reservas.

Rentabilidade do Capital Próprio Corrigida

Em seguida analisamos a Rentabilidade do Capital Próprio Corrigida (ROEc), isto é, deduzida da inflação tendo por base o ano de 1914. A ROEc é dada por: **ROEc = ROE – IGP** em que (ROE) representa a Rentabilidade do Capital Próprio e (IGP) o Índice Geral de Preços (inflação), de acordo com apêndice estatístico da obra de Damas e Ataíde (2004).

Tabela 11: Rentabilidade do Capital Próprio Corrigida

| | ROEc | | ROEc | | ROEc |
|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 1950 | 14.57% | 1960 | 9.88% | 1970 | 2.36% |
| 1951 | 10.50% | 1961 | 12.51% | 1971 | 0.39% |
| 1952 | 12.13% | 1962 | 11.60% | 1972 | -0.98% |
| 1953 | 11.24% | 1963 | 7.97% | 1973 | -2.14% |
| 1954 | 12.79% | 1964 | 5.62% | | |
| 1955 | 10.56% | 1965 | 7.01% | | |
| 1956 | 10.12% | 1966 | 7.68% | | |
| 1957 | 15.50% | 1967 | 5.54% | | |
| 1958 | 11.64% | 1968 | 6.15% | | |
| 1959 | 11.06% | 1969 | 6.01% | | |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 296.

O nível de retorno do capital próprio do BESCL mantém uma tendência estável ao longo da década de 50, sendo de realçar o ano de 1957, em que se verificou que o crescimento dos Lucros foi superior à variação do Capital e Reservas. A diminuição da rentabilidade verificada em 1960 deve-se à robustez da rubrica Capital e Reservas, constituída por 426 milhares de contos. Em 1962 verificou-se uma quebra nos Lucros de cerca de 4.02%, face ao ano anterior, explicado pelo aumento dos custos relacionados com a expansão da rede de balcões e de serviços centrais, e pelo aumento do quadro de pessoal.

Entre 1968 e 1970, o BESCL teve o seu maior período de crescimento de Lucros, no entanto a ROEc diminui de 6.15% para 2.36%, respetivamente. Apesar dos dois aumentos de capital, em 1970 e 1973, a variação da queda dos Lucros foi superior á variação do aumento do Capital e Reservas, para além do aumento da inflação, fazendo com a ROEc registasse resultados negativos em 1972 e 1973, do qual resultaram uma menor atratividade para os investidores e uma menor capacidade do banco para se auto financiar.

Rentabilidade do Ativo

A Rentabilidade do Ativo (ROA) mede a rentabilidade, através dos resultados produzidos e dos ativos investidos numa empresa, e tem como função analisar a percentagem de rentabilidade económica, proporcionada pelo total do ativo investido. A ROA é dada por: $ROA = \frac{LU}{AT}$ em que (LU) representa os Lucros e (AT) representa o Ativo Total, tendo por base os cálculos de Damas e Ataíde (2004).

Tabela 12: Rentabilidade do Ativo

| | ROA | | ROA | | ROA |
|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| 1950 | 0.84% | 1960 | 0.77% | 1970 | 0.33% |
| 1951 | 0.81% | 1961 | 0.80% | 1971 | 0.27% |
| 1952 | 0.88% | 1962 | 0.70% | 1972 | 0.23% |
| 1953 | 0.84% | 1963 | 0.69% | 1973 | 0.22% |
| 1954 | 0.86% | 1964 | 0.59% | | |
| 1955 | 0.93% | 1965 | 0.51% | | |
| 1956 | 0.95% | 1966 | 0.46% | | |
| 1957 | 0.99% | 1967 | 0.41% | | |
| 1958 | 0.91% | 1968 | 0.42% | | |
| 1959 | 0.87% | 1969 | 0.34% | | |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 296.

A ROA aumentou gradualmente ao longo da década de 50, salvo nos anos de 1951, 1953, 1958 e 1959, em que se verificou um ligeiro abrandamento da taxa de crescimento dos Lucros do BESCL, acompanhado por aumentos do Ativo Total.

De 1961 a 1973 a ROA apresenta uma tendência decrescente. Em 1961, a ROA aumentou devido à diminuição do Ativo Total em cerca de 1.39%, face ao ano anterior, que se explica pela redução dos valores em Caixa, do Ouro, Moedas e Notas Diversas, da Carteira de Títulos e Cupões, da Carteira Comercial, das Letras sobre o Estrangeiro, dos Correspondentes no País e dos Empréstimos, face ao

ano anterior. O ligeiro aumento verificado em 1968 deve-se ao facto de a taxa de crescimento dos Lucros ter passado de 0,67% para 18.98%, em 1968, face ao ano anterior, superando o aumento do Ativo Total.

Rentabilidade do Ativo Corrigida

Tal como na Rentabilidade do Capital Próprio calculado anteriormente, demonstramos a Rentabilidade do Ativo Corrigida (ROAc), ou seja, deduzida da inflação, tendo por base o ano de 1914. A ROAc é dada por: $ROAc = ROA - IGP$ em que (ROA) representa a Rentabilidade do Ativo e (IGP) o Índice Geral de Preços (inflação), de acordo com apêndice estatístico da obra de Damas e Ataíde (2004).

Tabela 13: Rentabilidade do Ativo Corrigida

| | ROAc | | ROAc | | ROAc |
|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 1950 | 3.51% | 1960 | -1.41% | 1970 | -4.48% |
| 1951 | -0.57% | 1961 | 1.05% | 1971 | -6.64% |
| 1952 | 0.73% | 1962 | 0.75% | 1972 | -7.53% |
| 1953 | -0.06% | 1963 | -1.86% | 1973 | -6.94% |
| 1954 | 0.07% | 1964 | -4.10% | | |
| 1955 | -2.37% | 1965 | -2.65% | | |
| 1956 | -3.30% | 1966 | -2.03% | | |
| 1957 | 0.97% | 1967 | -3.61% | | |
| 1958 | -0.52% | 1968 | -1.53% | | |
| 1959 | -0.44% | 1969 | -2.28% | | |

Fonte: Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 296.

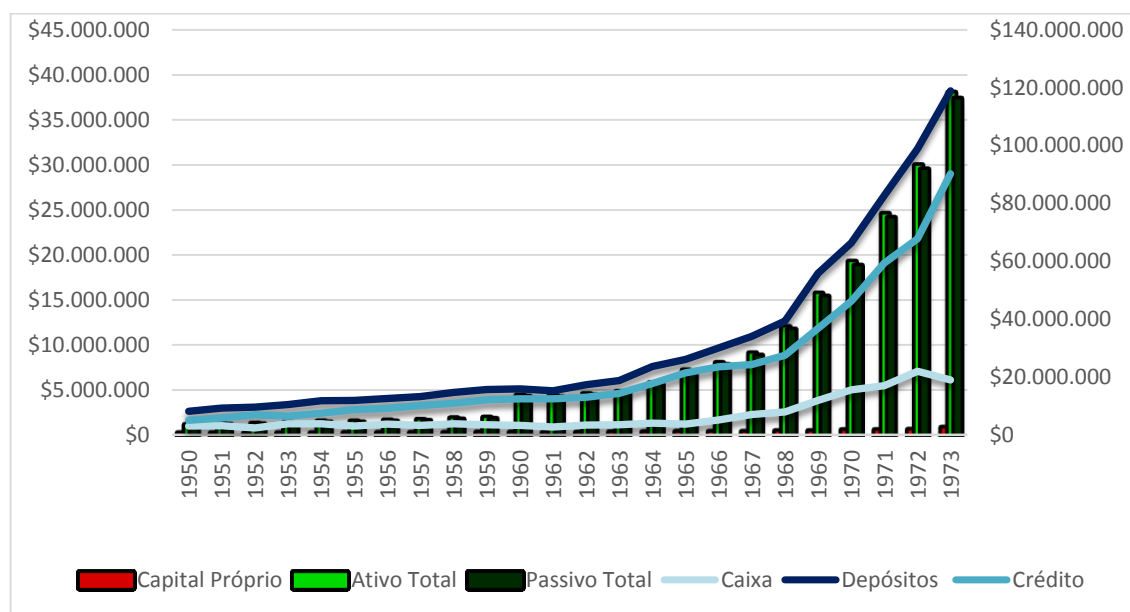
A ROAc apenas apresenta valores positivos nos anos de 1950, 1952, 1954, 1957, 1961 e 1962. Relativamente aos valores positivos apresentados na década de 50, podemos observar que o aumento da ROA foi superior ao ligeiro aumento da inflação, face aos anos anteriores. Em relação a 1961 o aumento da ROA foi acompanhado por uma ligeira diminuição da inflação, para além do que houve uma diminuição de 1.73% no ativo líquido, face ao ano anterior. Em 1962, apesar de a ROAc ter diminuído devido à redução da ROA, verificou-se um aumento do ativo líquido de cerca de 1.5%, acompanhado por uma diminuição de 4.02% na taxa de crescimento dos Lucros, face a 1961. Nos anos seguintes existe uma ligeira melhoria do indicador, consequência das elevadas taxas de crescimento dos Lucros entre 1968 e 1970, impulsionados pela taxa de crescimento do Ativo Líquido de 16.89% para 19.73%, respetivamente.

A partir da década de 70 a ROAc caiu acentuadamente porque a taxa de crescimento dos Lucros diminuiu drasticamente para metade, chegando a ROAc a atingir (-7.53%), em 1972, devido ao abrandamento do crescimento da rubrica de Depósitos.

4.3. Indicadores Qualitativos

Para podermos extrair informações acerca da Gestão de Ativo/Passivo do BESCL torna-se necessário analisar o desempenho das principais rubricas do balanço, no qual optámos por seleccionar, como principais indicadores, o Capital Próprio, que engloba as rubricas Capital e Reservas e Resultados, o Ativo Total que diz respeito ao Ativo Disponível e Realizável, ao Imobilizado, às Outras Contas do Ativo e as Contas de Ordem, o Passivo Total que se refere ao Passivo Exigível, ao Não Exigível e às Contas de Ordem. Também incluímos indicadores como Caixa, que inclui as rubricas Caixa e Depósitos no Banco Portugal, Depósitos em OIC e as Promissórias de Fomento Nacional. As Promissórias de Fomento Nacional são mencionadas nos Relatórios e Contas pela primeira vez em 1960, em que, pelo DL nº 42 946, de 27 de Abril de 1960, ficou definido que *“têm um carácter de extrema mobilidade através do Banco emissor e, por isso, são, legalmente e na prática, consideradas como disponibilidades de Caixa”* (Relatórios e Contas do BESCL, 1960). Os Depósitos incorporam as rubricas Depósitos à Ordem, com Pré-Aviso e a Prazo, em moeda nacional e estrangeira, e por fim, o Crédito que reúne a Carteira Comercial (Carteira de Letras Descontadas, denominação na década de 50), os Empréstimos e Contas Correntes Caucionados, os Empréstimos a mais de um ano e Devedores e Credores (Devedores Diversos, denominação na década de 50). Estes indicadores têm por base os Balanços dos Relatórios e Contas do BESCL, cujo seu desempenho é apresentado no gráfico 2, que se segue, em contos, ao longo do horizonte temporal definido.

Gráfico 2: Principais rubricas contabilísticas do BESCL.



Elaboração própria. Eixo principal: Caixa, Depósitos e Crédito. Eixo secundário: Capital Próprio, Ativo Total e Passivo Total.

Ao analisarmos o gráfico 2 podemos verificar que, no período compreendido entre 1950 e 1959, o facto que mais se evidencia é a oscilação dos valores em Caixa, chegando a diminuir substancialmente em 1952, 1954, 1957 e 1959. Os Depósitos apresentam uma tendência crescente, apesar de terem diminuído (0.71%), em 1955. A concessão de crédito cresceu ao longo da década de 50, salvo no ano de 1953, em que diminuiu 7.06%, face ao ano anterior, devido à diminuição da Carteira de Letras Descontadas. Relativamente às rubricas do eixo secundário podemos observar que apresentam com alguma volatilidade, no entanto existe um acréscimo significativo no ano de 1958, face a 1957, em que o Capital Próprio cresceu 16.34%, o Ativo Total 10.49%, e o Passivo Total 10.03%. O ano de 1958 ficou marcado pelo aumento substancial de todos os indicadores em análise, sendo de realçar as taxas de crescimento das rubricas Caixa, que passou de (-12.23%), para 19.15%, e Depósitos que passaram de 5.15%, para 10.63%, face ao ano anterior.

No período decorrido entre 1960 e 1973 as rubricas apresentaram tendências crescentes, salvo algumas exceções. Em relação ao eixo principal podemos afirmar que os valores em Caixa caíram em 1961, 1965 e 1973, face ao seu período homólogo, enquanto os Depósitos e o Crédito aumentaram significativamente, em 1969, em que a taxa de crescimento dos Depósitos passou de 15.63%, para 41.82%, e a taxa de crescimento do Crédito passou de 13.05%, para 33.98%. As oscilações do Capital Próprio são justificadas pelo aumento do Capital Social por incorporação de Reservas em 1968, 1970 e 1973. O Ativo Total diminuiu 1.39%, em 1961, face ao ano anterior, devido à redução dos valores

em Caixa, do Ouro, Moedas e Notas Diversas, da Carteira de Títulos e Cupões, da Carteira Comercial, das Letras sobre o Estrangeiro, dos Correspondentes no País e dos Empréstimos. O Passivo Total apresenta uma quebra de 1.47% em 1961, face a 1960, explicado pelo abrandamento dos Depósitos, Cheques e Ordens a Pagar, Correspondentes no Estrangeiro e Contas Diversas e Provisões. O ano de 1969 ficou assinalado como o de maior crescimento das rubricas Caixa, Depósitos e Crédito, apresentando-se com taxas de crescimento, de 51.31%, 41.82% e 33.98%, face a 1968, respetivamente.

Para identificar as diferentes dinâmicas de balanço do BESCL e seleccionar os principais indicadores relativos a utilizar numa análise mais detalhada, recorreremos à matriz de correlação entre os indicadores acima mencionados. A seguinte tabela indica-nos quais as variáveis que têm uma relação estreita e direta, pelo que, para um coeficiente de correlação próximo de 1, a relação entre os indicadores analisados é muito forte.

Tabela 14: Matriz de Correlação entre as principais rubricas contabilísticas do BESCL.

| | Caixa | Depósitos | Crédito | Ativo Total | Passivo Total | Capital Próprio |
|------------------------|--------------|------------------|-----------------|--------------------|----------------------|------------------------|
| Caixa | 1 | | | | | |
| Depósitos | 0.972672 | 1 | | | | |
| Crédito | 0.953554 | 0.997009 | 1 | | | |
| Ativo Total | 0.961147 | 0.997459 | 0.996932 | 1 | | |
| Passivo Total | 0.961422 | 0.997477 | 0.996855 | 0.999998 | 1 | |
| Capital Próprio | 0.930754 | 0.98438 | 0.990376 | 0.988306 | 0.987967 | 1 |

Elaboração própria.

A matriz de correlação entre os principais indicadores revelou que existe uma relação direta entre as principais rubricas do balanço. É de realçar a relação entre o Crédito e os Depósitos, os Depósitos e o Ativo, o Crédito e o Ativo, o Crédito e o Capital Próprio e o Ativo e Passivo, que indicam que se movem de forma idêntica, durante o período em análise, porque estão altamente correlacionados. O facto de a rubrica de Crédito estar positivamente correlacionado com o Capital Próprio indicia que a concessão de crédito ter-se-á realizado sobretudo via Fundos Próprios (Capital e Reservas).

Com base na correlação e na análise gráfica é demonstrado que uma análise mais aprofundada terá que incluir rubricas de Crédito e Depósitos, em percentagem do Ativo Total, uma vez que refletem

o nível de risco relativo que o banco tendeu a tomar, e incluir também o rácio de Liquidez Imediata para medir a eficácia da gestão do banco. A combinação dos dois instrumentos de investigação foram utilizados para fazer suposições acerca dos recursos financeiros do BESCL, que são compostos principalmente pela acumulação de depósitos e capital, sendo este último maioritariamente utilizado para financiar a carteira de crédito.

A percentagem de crédito concedido e depósitos, no total do ativo, refletem o nível de risco, em valores relativos, evidenciam de que forma foi feito o financiamento dos ativos, e demonstram como foi efetuada a alocação dos recursos financeiros. A utilização do rácio de Liquidez Imediata permite-nos perceber qual a quantidade de património líquido e relacioná-la com o nível de risco que o BESCL tomou, durante o horizonte temporal em análise. O crédito concedido engloba as rubricas Carteira Comercial, Empréstimos e Contas Correntes Cauçionados, Empréstimos a mais de um ano e Devedores e Credores, no total do Ativo, e os Depósitos incluem os Depósitos à Ordem, a Prazo, com Pré-aviso, em moeda nacional e estrangeira, em percentagem do total do Ativo. A Liquidez estabelece em que percentagem os valores em Caixa, nomeadamente, as rubricas Caixa e Depósitos no Banco de Portugal e em OIC, conseguem fazer face aos compromissos financeiros do BESCL.

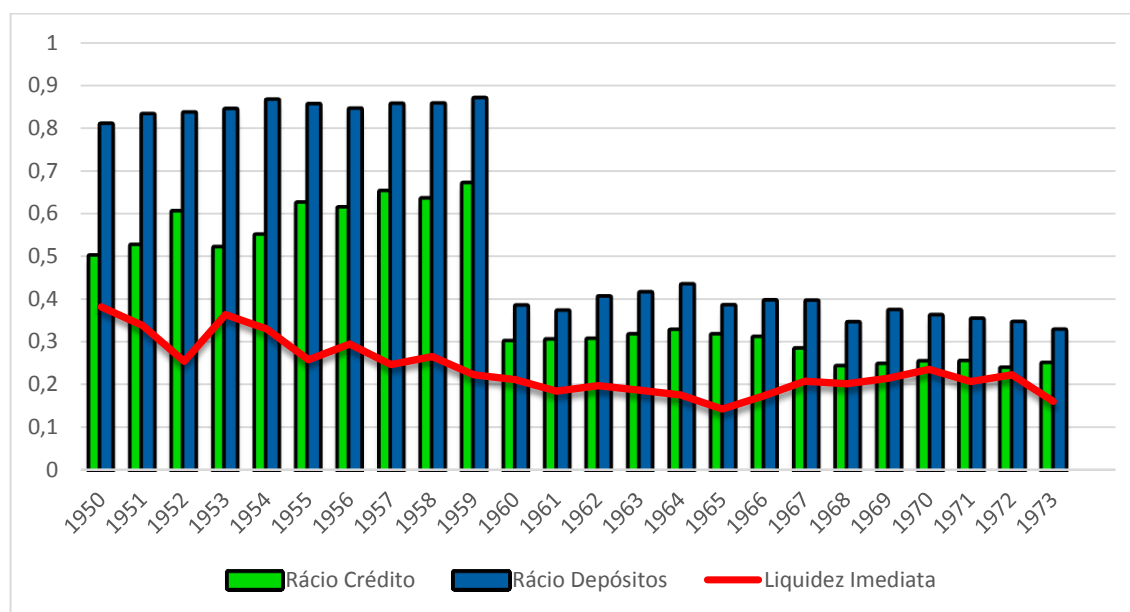
Tabela 15: Matriz de Correlação entre os indicadores qualitativos.

| | Crédito% | Depósitos% | Liquidez |
|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| Crédito% | 1 | | |
| Depósitos% | 0.9746 | 1 | |
| Liquidez | 0.6164 | 0.7668 | 1 |

Elaboração própria.

Ao analisarmos a matriz de correlação dos indicadores, presentes na tabela 15, podemos verificar que a rubrica de crédito e depósitos, em percentagem do ativo, estão altamente e positivamente correlacionados o que indica que se movem de forma idêntica. Relativamente à Liquidez observamos que, apesar de estar positivamente correlacionada com o nível de depósitos, é inferior a 0.8, pelo que nada podemos afirmar acerca da sua relação. Para tal, procedemos a análise gráfica que se segue.

Gráfico 3: Crédito e Depósitos em percentagem do Ativo, e Liquidez Imediata.



Elaboração própria. Eixo principal: Rácio Crédito em percentagem do Ativo, Rácio Depósitos em percentagem do Ativo, e Liquidez Imediata.

Ao analisarmos o gráfico 3 podemos observar que a Liquidez apresentou várias oscilações na década de 50, e uma trajetória decrescente de 1958 até 1965, salvo o ano de 1962, voltando a aumentar ligeiramente, de 1965 a 1973, com algumas oscilações. Apesar de na década de 50, o BESCL ter apresentado uma maior capacidade em satisfazer os seus compromissos, conseguido pelo aumento dos valores em Caixa (1953, 1956 e 1958), este revelar-se-ia reduzido face ao avanço dos seus principais rivais, que possuíam maiores rácios de cobertura (CC/DO) (tabela 3), demonstrando que eram operacionalmente mais eficientes. De 1959 a 1965, o BESCL aumentou a sua exposição ao risco, devido a redução da liquidez sendo que, em 1966, a liquidez retomou um rumo ascendente maioritariamente devido ao crescimento das rubricas de Caixa e Depósitos.

Relacionando a Liquidez Imediata com a Rotação do Ativo verificámos que ambas tinham uma relação inversa quando se observaram oscilações nos valores em Caixa (excluindo Promissórias de Fomento Nacional), exceto no ano de 1973, o que nos indica que a rubrica Caixa teve um peso preponderante no Ativo, e que o Ativo era muito sensível a variações de Caixa. Tomemos como exemplo o ano de 1969, em que a rubrica Caixa apresentou a sua maior variação, crescendo 51.31%, face ao ano anterior, observou-se que a Liquidez aumentou 1.34%, a Rotação do Ativo diminuiu 0.31%, e a distância que separava o crédito concedido e os depósitos, no total de ativos diminuiu. O único ano que se constituiu como exceção foi o ano de 1973, em que a redução da Liquidez acompanhou a redução da Rotação do Ativo, pois o crédito concedido passou para quase o dobro

face ao ano anterior (de 14.12% para 33.10%), os Depósitos cresceram ligeiramente contudo, a rubrica Caixa diminuiu 13.44%, face a 1972.

Em relação ao crédito concedido e depósitos, em percentagem do Ativo, é visível que a distância que separa ambos indicadores era maior na década de 50 do que no restante período em análise, o que se deve ao facto de o crédito concedido ter crescido a uma taxa superior ao crescimento dos depósitos. Quando a distância que separa ambos indicadores diminui, significa que as suas taxas de crescimento foram semelhantes, situação que ocorre, quase na mesma proporção, na década de 70. Outra relação que podemos retirar acerca da distância entre o crédito concedido e os depósitos, em percentagem do ativo, diz respeito à Solvabilidade Contabilística, pois quanto maior a distância, maior a solvabilidade, logo a capacidade do BESCL em movimentar os recursos dos seus clientes era menor na década de 50, enquanto no período compreendido entre 1960 e 1973, facilmente observamos que as distâncias entre ambos indicadores era inferior, logo a solvabilidade contabilística era menor, e a sua capacidade para movimentar recursos era maior.

Salientamos algumas alterações relevantes nas rubricas do balanço que explicam o comportamento dos rácios analisados como, a diminuição do rácio de cobertura (CC/DO) em 13%, e um aumento significativo da Liquidez do Ativo, resultado da redução nos Empréstimos Cauccionados e Letras Descontadas, em 1953; O abrandamento da taxa de crescimento dos Lucros, passando de 12,24%, para 3,26%, em 1953, de 8.55%, para 1.23%, em 1958, e para 0.86% em 1959, face ao ano anterior; As variações no Ativo Total devido às oscilações das rubricas Caixa, do Ouro, Moedas e Notas Diversas, da Carteira de Títulos e Cupões, da Carteira Comercial, das Letras sobre o Estrangeiro, dos Correspondentes no País e dos Empréstimos, chegando mesmo a diminuir, em 1961, cerca de 1.39%, face ao ano anterior; A taxa de crescimento do Capital e Reservas que abrandou 9.63% em 1964, face ao período homólogo; O crescimento da rubrica Juros e Comissões a nosso Favor que passou de 573 519 contos, em 1967, para 644 360 contos, em 1968, e em 1969, apresentou-se com 706 072 contos; E a maior taxa de crescimento dos Lucros, observada em 1968, ano em que atingiu os 18.98%.

5. O BESCL e o crescimento económico português

5.1. Desempenho do BESCL face à concorrência

Em seguida analisamos alguns indicadores do sistema bancário português, nomeadamente o Rácio (CC/DO), o Capital e Reservas, o volume de Crédito e Depósitos, os Lucros, e as quotas de mercado de Crédito e Depósitos, para comparar o desempenho do BESCL face ao dos seus rivais.

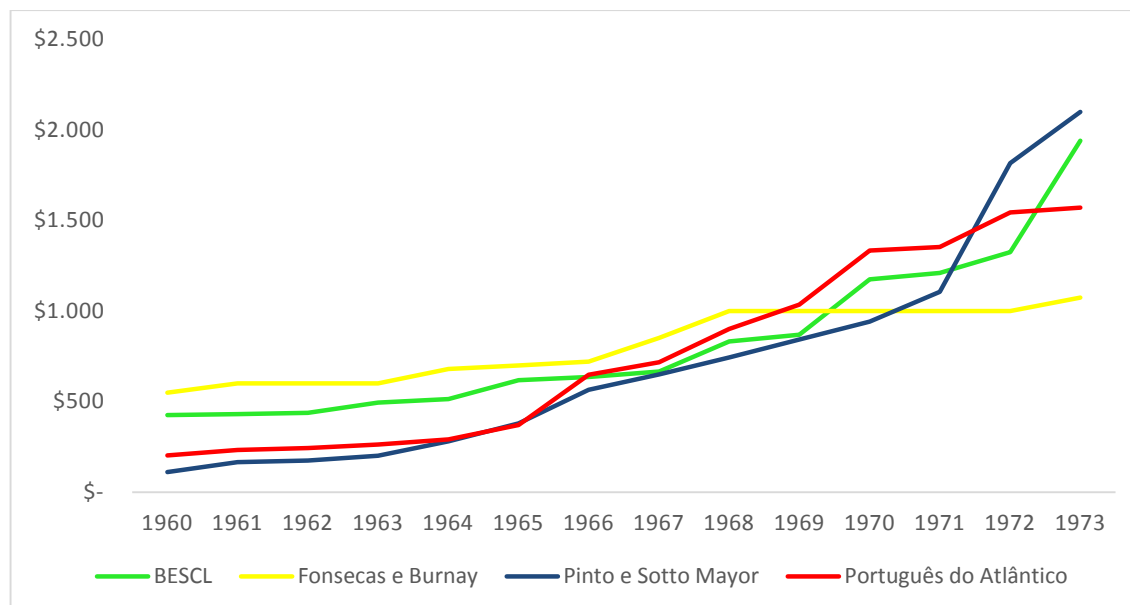
O rácio (CC/DO)⁹ permite nos perceber em que percentagem é que a concessão de crédito foi financiada pelos depósitos, e de que forma operavam os bancos, no período compreendido entre 1950 e 1973, relativamente à opção entre conceder crédito via fundos próprios (Capital e Reservas) ou sacrificando a sua liquidez. Quando analisado o sistema bancário português no seu todo, podemos afirmar que o rácio (CC/DO) apresentado pelo BESCL assume valores reduzidos comparativamente aos seus rivais, ao longo de todo o período em análise. O único rival que assume valores semelhantes é o *Fonsecas e Burnay*, na década de 50, chegando mesmo a ultrapassar o BESCL nos anos compreendidos entre 1961 e 1969. Os bancos que apresentaram rácios mais elevados foram o *Português do Atlântico* e o *Pinto e Sotto Mayor*, que atingiram um rácio de 58% e 66%, em 1950, de 79% e 90%, em 1960, e de 126% e 131%, em 1973, respetivamente. Quando comparados ao BESCL, que apresentou um rácio de 38%, em 1950, de 69%, em 1960, e 124%, em 1973, observa-se que existia uma grande discrepância entre os valores apresentados, indicando que a sua concessão de crédito terá sido efetuada via Fundos Próprios, exceto na década de 70, em que apesar do rácio do BESCL ser inferior, estava mais próximo dos valores apresentados pelos seus rivais. Um dos fatores que explica esta diferença entre o rácio (CC/DO) dos bancos do sistema bancário português diz respeito a proporção de empréstimos financiados por depósitos, o que está relacionado com o mecanismo legal da época, em que determinados bancos atuavam seguindo as normas legais em vigor e outros não. Tal situação originou uma concorrência feroz em relação as taxas ativas/passivas praticadas pelos bancos, no qual alguns praticavam taxas de juro de depósitos mais altas que as estabelecidas por lei e taxas de juro de crédito mais baixas que as estabelecidas por lei.

A evolução do Capital e Reservas¹⁰ do BESCL, do *Fonsecas e Burnay*, do *Português do Atlântico* e do *Pinto e Sotto Mayor*, que foram os seus principais concorrentes nesta rubrica, entre 1960 e 1973, podem ser observados no gráfico 4 que se segue.

⁹ Tabela 16 do anexo A: Rácio (CC/DO) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 308.

¹⁰ Tabela 17 do anexo B: Capital e Reservas do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Gráfico 4: Capital e Reservas do BESCL, *Fonsecas e Burnay*, *Pinto e Sotto Mayor* e do *Português do Atlântico*, de 1960 a 1973.



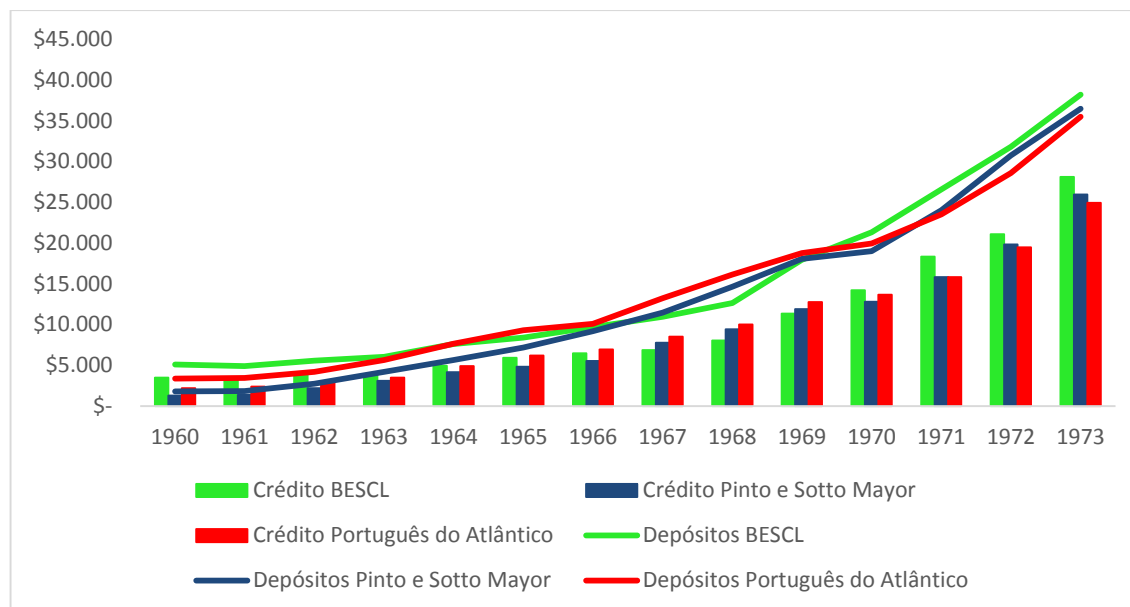
Elaboração Própria. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Em 1960, aquele que apresenta o maior volume de Capital e Reservas é o *Fonsecas e Burnay* com 550 milhares de contos, e em seguida o BESCL com um volume de 426 milhares de contos. No final da década de 60, aquele com o maior volume de Capital e Reservas passa a ser o *Português do Atlântico* com 1035 milhares de contos, em seguida é o *Fonsecas e Burnay* com 1000 milhares de contos e em terceiro lugar está o BESCL, com 869 milhares de contos. Em 1973, o *Pinto e Sotto Mayor* assume o primeiro lugar com 2100 milhares de contos em Capital e Reservas, seguido pelo BESCL que apresentou um Capital e Reservas no valor de 1940 milhares de contos. Comparando o volume de Capital e Reservas do BESCL com os do sistema bancário português podemos afirmar que os aumentos de Capital Próprio por incorporação de Reservas feitos pelo mesmo acompanharam as tendências de investimento feitas pelos outros bancos.

A evolução do volume de Depósitos e Crédito¹¹ do BESCL, e dos seus principais rivais nesta rubrica, o *Português do Atlântico* e o *Pinto e Sotto Mayor*, no período compreendido entre 1960 e 1973, encontra-se no gráfico 5 que se segue.

¹¹ Tabelas 18 e 19 do anexo B: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) e Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Gráfico 5: Volume de Depósitos e Crédito do BESCL, *Pinto e Sotto Mayor* e do *Português do Atlântico*, de 1960 a 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

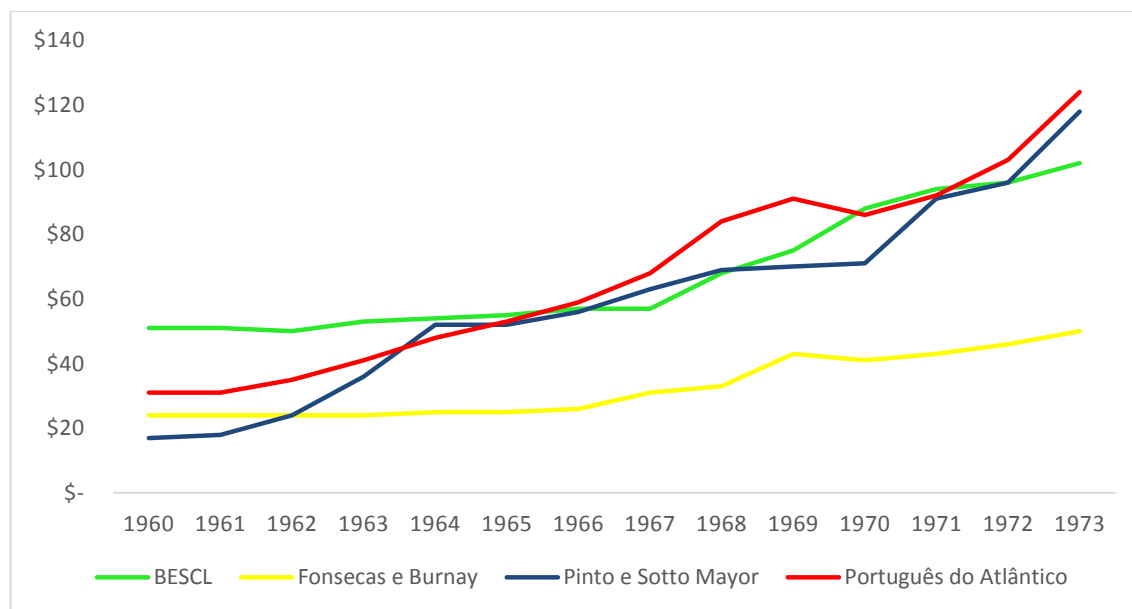
Em 1960, o BESCL apresentava o maior volume de Depósitos, com 5122 milhares de contos, seguindo-lhe o *Português do Atlântico* com 3380 milhares de contos. A distância que o separa dos seus rivais é significativa no início da década de 60, o que indica que, apesar do mecanismo legal desatualizado da época, o BESCL detinha um bom volume de captação de clientes e de depósitos a prazo, cuja expansão geográfica terá sido a principal responsável pelo crescimento de ambas rubricas. No final da década de 60, o *Português do Atlântico* passou para o primeiro lugar com um volume de Depósitos de 18770 milhares de contos, e em segundo estava o *Pinto e Sotto Mayor* com 18063 milhares de contos, deixando o BESCL em terceiro lugar com um volume de 17955 milhares de contos. Não obstante, em 1973, observou-se um aumento significativo do volume de Depósitos em todas as Instituições de Crédito devido ao aumento da procura por serviços bancários, sendo que o BESCL recuperou a liderança neste mercado, com um volume de 38223 milhares de contos, seguido pelo *Pinto e Sotto Mayor* com 36517 milhares de contos.

No que diz respeito ao volume de Crédito, que engloba as rubricas Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados, o BESCL foi aquele que mais distribuiu crédito, no início da década de 60, representado por uma carteira de 3479 milhares de contos, seguido pelo *Português do Atlântico*, com 2211 milhares de contos, e pelo *Borges e Irmão*, com 1826 milhares de contos. No final da década de 60, o BESCL é ultrapassado pelo *Português do Atlântico*, que possuía uma carteira comercial de 12770 milhares de contos, e pelo *Pinto e Sotto Mayor*, com 11889 milhares de contos, exibindo uma

carteira de 11347 milhares de contos. Em 1971, o BESCL recuperou o primeiro lugar no volume de concessão de crédito, atingindo os 18341 milhares de contos, seguido pelo *Português do Atlântico* com 15844 milhares de contos, e pelo *Pinto e Sotto Mayor*, com 15812 milhares de contos. Em 1973, o volume de crédito concedido era o seguinte: BESCL com 28126 milhares de contos, o *Pinto e Sotto Mayor* com 25960 milhares de contos, e o *Português do Atlântico* com 24936 milhares de contos. Ao analisarmos a concessão de crédito feita pelo sistema bancário português, observa-se que a partir de 1969 existe um aumento expressivo nos valores apresentados. Em consonância com os valores apresentados foi introduzido o III Plano de Fomento que deu mais relevo a aspetos relacionados com o financiamento, para além disso, o BESCL, em 1968, desvinculou-se do acordo relativo às taxas legais a aplicar por imposições legais, optando por acompanhar a concorrência na concessão de crédito via dinheiro dos depósitos.

Os Lucros do sistema bancário português¹² do BESCL, e dos seus principais rivais nesta rubrica, o *Fonsecas e Burnay*, o *Português do Atlântico* e o *Pinto e Sotto Mayor*, no período compreendido entre 1960 e 1973, encontra-se no gráfico 6 que se segue.

Gráfico 6: Lucros do BESCL, *Fonsecas e Burnay*, *Pinto e Sotto Mayor* e do *Português do Atlântico*, de 1960 a 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

¹² Tabela 20 do anexo B: Lucros do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Os Lucros do sistema bancário português indicam-nos que o BESCL, em 1960, era aquele que detinha o maior volume de Lucro, de cerca de 51 milhares de contos, estando a frente do *Português do Atlântico*, com 31 milhares de contos, e do *Fonsecas e Burnay*, com 24 milhares de contos. Em 1966, o BESCL apresentou Lucros na ordem dos 57 milhares de contos, perdendo a liderança, para o *Português do Atlântico*, que apresentou resultados de 59 milhares de contos. No ano seguinte caiu para terceiro lugar, uma vez que os seus Lucros se mantiveram constantes, e o *Português do Atlântico* apresentou Lucros de 68 milhares de contos, e o *Pinto e Sotto Mayor* de 63 milhares de contos. No fim da década de 60, o *Português do Atlântico*, apresentou Lucros de 91 milhares de contos, tendo o BESCL apresentado um de 75 milhares de contos.

O BESCL recuperou a liderança no volume de Lucros do sistema bancário português em 1970, com 88 milhares de contos, seguido pelo *Português do Atlântico* com 86 milhares de contos, e pelo *Pinto e Sotto Mayor* com 71 milhares de contos, contudo, em 1973, os Lucros do BESCL deterioraram-se face a OIC que apresentaram os seguintes valores: *Português do Atlântico* (124 milhares de contos), *Pinto e Sotto Mayor* (118 milhares de contos), *Totta Aliança* (109 milhares de contos), *Borges e Irmão* (105 milhares de contos), e o BESCL (102 milhares de contos). De acordo com Damas e Ataíde (2004), o fim da década de 60 é marcado pelo elevado incumprimento por parte dos clientes de crédito, na solvência dos seus compromissos, o que pouco afetou o BESCL que mantinha rigorosos critérios na aprovação da concessão de crédito. Um fator que poderá explicar a queda dos Lucros do BESCL foi o encarecimento dos custos com o pessoal devido a entrada em vigor da Caixa Previdência, porém os autores evidenciam que essa quebra foi colmatada através do aumento do custo dos serviços bancários.

No início da década de 50, aquele que apresentou a maior quota de mercado de depósitos¹³ foi o BESCL com 25%, seguido pelo *Fonsecas e Viana* com 17%, e pelos outros bancos com 16%. Durante esta década, o BESCL foi aquele que apresentou a quota de mercado de depósitos mais elevada, face a OIC, no entanto, foi perdendo quota de mercado ao longo do período em análise, exceto no ano de 1952, em que regista uma ligeira subida para 26%, enquanto a maioria dos seus rivais apresenta uma tendência crescente relativamente as quotas de mercado de depósitos, exceto o *Fonsecas e Viana* e o *Nacional Ultramarino*. Em 1959, o BESCL apresentou uma quota de mercado de depósitos de 22%, seguido por outros bancos com 20%, e pelo *Nacional Ultramarino* com 14%.

¹³ Tabela 21 do anexo C: Quota de mercado de Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

No que concerne as quotas de mercado de crédito¹⁴, aquele que apresentou a maior quota de mercado, em 1950, foi o *Nacional Ultramarino* com 25%, seguido pelo BESCL com 18%, e pelo *Fonsecas e Viana* e pelos outros bancos, ambos com 16%. Nesta década houve alguma instabilidade relativamente à quota de mercado de crédito do BESCL, uma vez que aumentou para 23%, em 1952, caindo no ano seguinte para 19%, voltando a crescer em 1955, para 20%, e diminuindo nos anos seguintes. Em 1959, observou-se que aquele que detinha a maior quota de mercado de crédito era o *Nacional Ultramarino* (20%), seguido pelos outros bancos (19%), que foram os únicos que registaram um aumento expressivo da sua quota de mercado de crédito, na década de 50, e pelo BESCL (18%).

Em 1960 o BESCL tinha a maior quota de mercado de depósitos¹⁵ (28%), seguido pelo *Português do Atlântico* (19%), pelo *Borges e Irmão* (14%), e pelo *Fonsecas e Burnay* (12%). Entre 1964 e 1973, o BESCL perdeu ligeiramente quota de mercado de depósitos para o *Português do Atlântico* e para o *Pinto e Sotto Mayor*, que se constituíram como principais concorrentes, neste período. Em 1964, o BESCL e o *Português do Atlântico* mantinham a liderança, ambos com 23% de quota de mercado de depósitos, seguidos pelo *Pinto e Sotto Mayor* com 17%. Em 1969, o *Português do Atlântico* assumiu a liderança com 22% de quota de mercado, deixando para trás o BESCL e o *Pinto e Sotto Mayor*, ambos com 21%, sendo que, em 1973, o BESCL recuperou o primeiro lugar com uma quota de mercado de depósitos de 22%, deixando para trás o *Português do Atlântico* e o *Pinto e Sotto Mayor*, ambos com 21%.

Relativamente às quotas de mercado de crédito¹⁶ salienta-se que, em 1960, o BESCL era líder na concessão de crédito, com uma quota de mercado de 28%, seguido pelo *Português do Atlântico* com 18%, e pelo *Borges e Irmão* com 14%. Tal como na quota de mercado de depósitos, o BESCL foi perdendo quota de mercado de crédito para os seus principais rivais, nomeadamente o *Português do Atlântico* e o *Pinto e Sotto Mayor*. O BESCL e o *Português do Atlântico*, em 1964, apresentaram uma quota de mercado de crédito de 22%, cada um, e o *Pinto e Sotto Mayor* de 19%. Em 1969, o BESCL foi ultrapassado pelos seus rivais, sendo que o *Português do Atlântico* detinha uma quota de 22%, o *Pinto e Sotto Mayor* de 21%, e o BESCL de 20%. Já em 1973, o BESCL recuperou o primeiro lugar, apresentando uma quota de mercado de 23%, seguido pelo *Pinto e Sotto Mayor* com 21%, e pelo *Português do Atlântico* com 20%.

¹⁴ Tabela 22 do anexo C: Quota de mercado de Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

¹⁵ Tabela 23 do anexo D: Quota de mercado de Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

¹⁶ Tabela 24 do anexo D: Quota de mercado de Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973. Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

Amaral (2013) realça alguns aspetos acerca da concorrência bancária, no horizonte temporal definido, que consideramos importante referir, como é o caso da rivalidade colocada ao BESCL, por dois concorrentes, inicialmente muito menores, mas que provaram ser consideravelmente mais dinâmicos, sendo um deles o *Português do Atlântico*, que aumentou a sua quota de mercado, tanto de depósitos como de crédito, de forma constante desde a década de 50, e o *Pinto e Sotto Mayor*, que começou a ter mais expressão a partir da década de 60. Para além disso, o autor salienta que o declínio acentuado do *Nacional Ultramarino* e do *Fonsecas Santos e Viana* que, em 1950, era o segundo banco mais importante em termos de depósitos e terceiro em termos de crédito, o comportamento interessante e dinâmico do *Borges e Irmão*, inicialmente um banco pequeno, que foi capaz de chegar a uma posição intermédia em 1973, e o declínio do *Lisboa e Açores*, um banco de tamanho intermédio em 1950, que foi mais tarde resgatado pela fusão com o *Totta Aliança*.

O *Português do Atlântico* foi criado em 1942, no Porto, e desde o início da sua atividade tentou expandir-se para Lisboa, tendo conseguido apenas em 1950, através da aquisição de uma instituição local menor. A partir de então o seu crescimento foi constante, inovando com a introdução de novos produtos e serviços, dando especial atenção às remessas dos emigrantes, ao contrário dos seus rivais. O *Pinto e Sotto Mayor* seguiu uma evolução semelhante a partir de 1960, após a compra de uma participação majoritária do seu capital por parte de António Champalimaud (Câmara, 1989), e até então, foi um dos bancos menos ativo no mercado porém, a partir de 1960 o seu crescimento foi constante, com o mesmo tipo de métodos introduzidos pelo *Português do Atlântico*, no entanto dava mais atenção à nova classe média urbana (Amaral 2013).

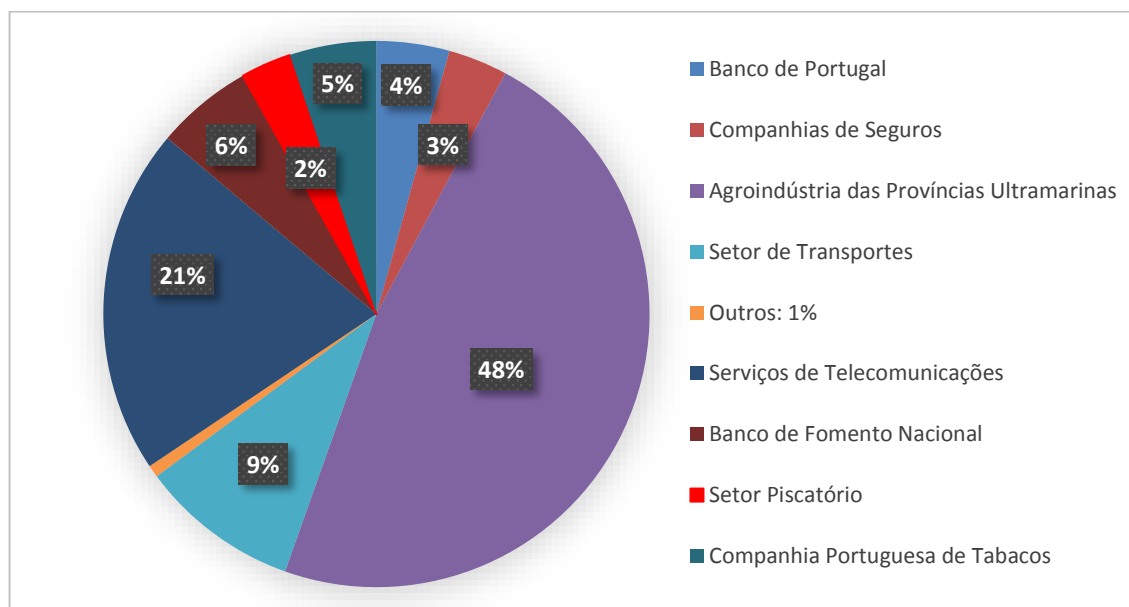
Quando comparamos o BESCL aos demais bancos do sistema bancário português, existem algumas distinções importantes a considerar como o facto de a sua perda de competitividade ser completamente distinta da do *Fonsecas Santos e Viana* e do *Lisboa e Açores*, uma vez que conseguiu manter a liderança em termos de quota de mercado de depósitos, mesmo que a um nível inferior ao do início da década de 50, e o facto de se ter tornado, juntamente com o *Nacional Ultramarino*, pioneiro na expansão geográfica (Damas e Ataíde, 2004). Apesar da feroz concorrência por parte do *Português do Atlântico* e do *Pinto e Sotto Mayor*, o BESCL adaptou-se ao ambiente competitivo e recuperou totalmente a sua liderança em 1973.

5.2. Empreendimentos industriais do BESCL

Ao analisarmos a Carteira de Títulos do BESCL, podemos tirar ilações acerca das suas ações e obrigações que nos permitem perceber qual a intensidade de investimento em cada sector de atividade económica, para tal, agruparam-se as empresas por setor de atividade, em quantidades de obrigações e ações, porque apresentam uma versão mais alargada dos investimentos do banco, permitem perceber qual a sua evolução ao longo de cada década, e se acompanharam as tendências de investimento do País, nomeadamente os Planos de Fomento. Fazemos também alusão à Carteira de Títulos do *Português do Atlântico*, cujos dados foram obtidos nos seus Relatórios e Contas, pois servem de termo de comparação uma vez que, mesmo com formas de atuação distintas, no que diz respeito ao cumprimento das taxas ativas e passivas, os valores das principais rubricas de balanço, de ambos bancos, vão se aproximando ao longo do período em análise.

A Carteira Acionista do BESCL apresenta-se cada vez mais diversificada ao longo do tempo passando de 13 investimentos em empresas diferentes, em 1950, para 20, em 1960, e em 1973, o investimento alargou-se a 38 empresas distintas.

Gráfico 7: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1950 a 1959.

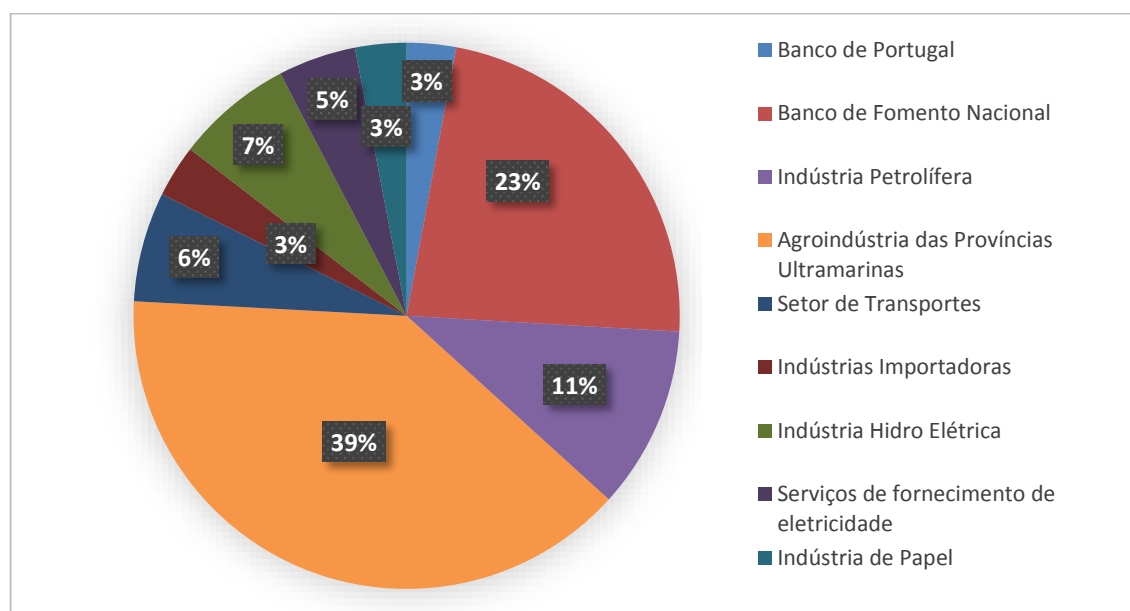


Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1950 a 1959.

O fato que mais se evidencia relativamente aos setores de atividade da Carteira Acionista do BESCL, na década de 50, apresentada no gráfico 7, é a proporção investida na agroindústria das Províncias Ultramarinas (48%), que diz respeito à intervenção do BESCL na *Sociedade Agrícola do Cassequel*,

na *Companhia de Moçambique* e na *Companhia do Açúcar de Angola*. Em seguida destaca-se a sua participação nos serviços de telecomunicações, nomeadamente na *The Anglo Portuguese Telephone*, que representa 21% dos investimentos representativos da década de 50. Para além dos setores acima enunciados o banco diversificou com o setor de transportes (9%), o *Banco de Fomento Nacional* (6%), e a *Companhia Portuguesa de Tabacos* (5%), entre outras com menor intensidade. Apesar de o I Plano de Fomento, que decorreu no período compreendido entre 1953 e 1958, ter feito uma clara distinção entre Portugal Metropolitano e suas Colónias, o seu objetivo era servir de base para uma política económica orientada para a substituição de importações, para o fomento de novas indústrias e do aumento da capacidade fabril das empresas já instaladas. A participação do BESCL no fomento das relações económicas com as Províncias Ultramarinas é bem evidente na sua Carteira Acionista, dando um importante contributo para o fomento da substituição de importações, contudo observa-se que relativamente à indústria, na Metrópole, a sua participação é relativamente reduzida, contribuindo com cerca de 1% na indústria hidroelétrica e na indústria de papel, nomeadamente na *Hidroelétrica do Zêzere*, e na *Companhia Portuguesa de Celulose*, respetivamente, tendo a última sido inserida apenas em 1955.

Gráfico 8: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1960 a 1969.



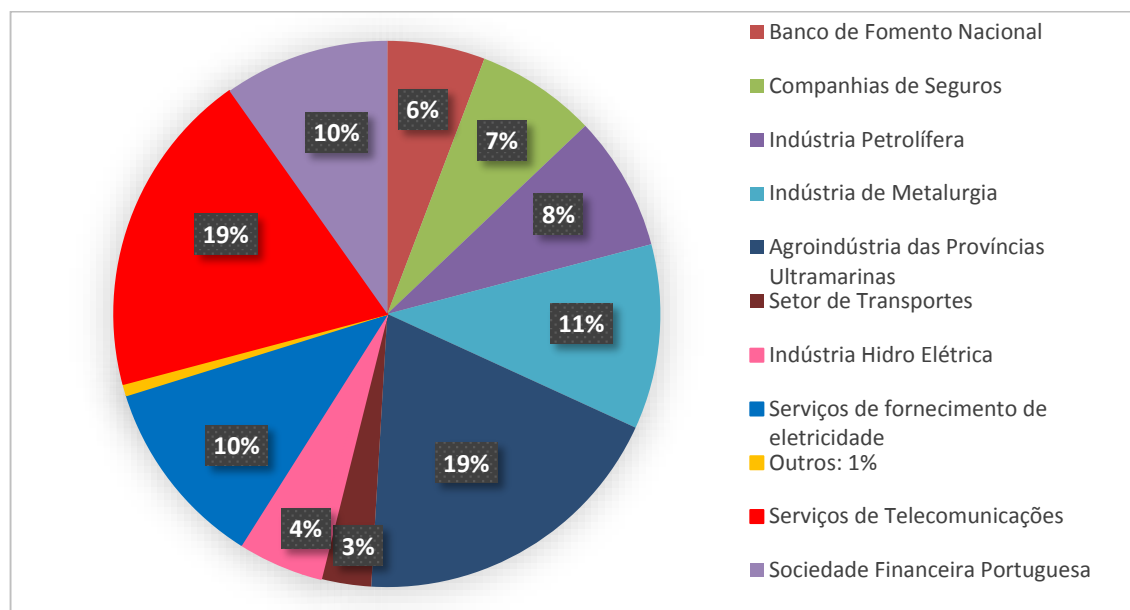
Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1960 a 1969.

Em relação aos setores de atividade da Carteira Acionista do BESCL, na década de 60, apresentada no gráfico 8, podemos observar que as suas áreas de atuação se alteram ligeiramente, sendo que, para além de terem reduzido a proporção de ações investidas na agroindústria das Províncias Ultramarinas para 39%, o *Banco de Fomento Nacional* passa a representar 23% da carteira. A contribuição do

banco para o fomento da indústria torna-se mais evidente, pelo que 11% das ações correspondem à indústria petrolífera, nomeadamente à SACOR e à CIDLA, tendo a última sido introduzida apenas em 1967, 7% das ações eram constituídas por empresas da indústria hidroelétrica, em que para além da *Hidroelétrica do Zêzere*, a partir de 1960 verifica-se a introdução de ações da *Hidroelétrica do Alto Alentejo*, e o setor de transportes que representa 6% da carteira acionista, e que engloba a *Companhia Nacional de Navegação*, a TAP e a *Lisbon Electric Tramways*. Em menor proporção destacam-se as ações relativas ao fornecimento de eletricidade (5%), que dizem respeito à *Companhia Elétrica das Beiras* e à UEP, introduzidas em 1968; ao *Banco de Portugal* (3%), à indústria de papel (3%), e às indústrias importadoras (3%), nomeadamente a *Companhia Industrial de Portugal e Colónias*, e a SIOL que foi introduzida apenas em 1969.

Durante a década de 60 verificou-se uma melhoria contínua dos Planos de Fomento, tendo o II Plano de Fomento decorrido entre 1959 e 1964, no qual se procurava identificar os fatores que impediam o crescimento económico, seguindo-lhe o Plano Intercalar, de 1965 a 1967, que fazia ligação entre as projeções económicas e os programas setoriais e, apesar de em 1968 se ter iniciado o III Plano de Fomento, será abordado mais adiante na análise da carteira da década de 70. Não obstante, as políticas industrialistas passaram a dar mais importância às exportações, uma vez que a adesão à EFTA limitava a intervenção do Estado na economia, criando assim condições favoráveis para as empresas exportadoras. O que se verifica na Carteira Acionista do BESCL é que, apesar de manter uma elevada proporção de títulos associados às Províncias Ultramarinas, apresenta-se mais diversificada e orientada para Portugal Metropolitano, dando maior relevância ao *Banco de Fomento Nacional* e à indústria transformadora, respetivamente a indústria petrolífera, e menor relevância às empresas importadoras, nomeadamente a *Companhia Industrial de Portugal e Colónias*, e a SIOL.

Gráfico 9: Setores de atividade da Carteira Acionista BESCL, de 1970 a 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1970 a 1973.

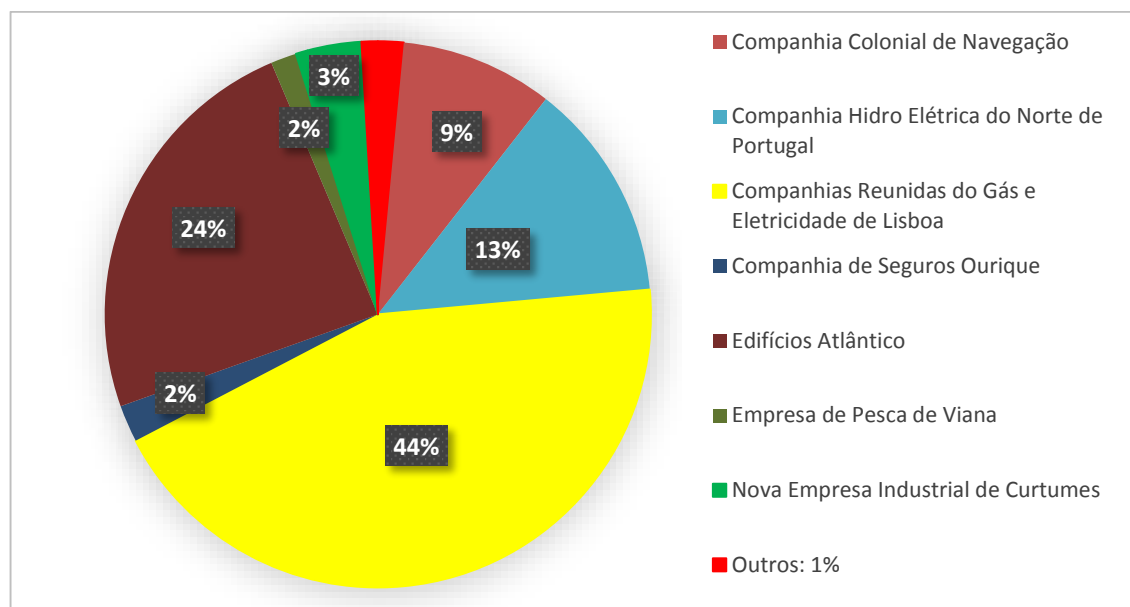
Relativamente ao período compreendido entre 1970 e 1973, podemos observar no gráfico 9, que existem muitas alterações na Carteira Acionista, quando comparado à década de 60, não só nas áreas de atuação mas também na proporção investida em cada setor de atividade. As ações investidas na agroindústria das Províncias Ultramarinas passam a representar 19% da carteira, tal como o setor de telecomunicações, que diz respeito à *Companhia Portuguesa de Rádio Marconi* cujas ações foram introduzidas em 1972, para além do que as ações de empresas relacionadas com a metalurgia representam 11% da carteira do banco, e nele se incluem a *F. Ramada, Aços e Indústria*, e as *Indústrias Metálicas Previdente*, desde 1971, a *Casa Hipólito* e a *CINORTE*, desde 1972. Tanto a *Sociedade Financeira Portuguesa* como as empresas relacionadas com o serviço de fornecimento de eletricidade representam 10% das ações, sendo que o último engloba a *Companhia Elétrica das Beiras*, a *UEP* e a *Companhia Portuguesa de Eletricidade*. As ações investidas na indústria petrolífera foram ligeiramente reduzidas para 8% e, pela primeira vez as Companhias de Seguros assumem uma posição relevante na carteira acionista do banco, em que as ações da *Companhia de Seguros Bonança*, da *Companhia de Seguros Fidelidade* e da *Companhia de Seguros Tranquilidade* representam 7% da mesma.

O III Plano de Fomento, que decorreu entre 1968 e 1973, tinha como objetivo principal investir em setores ligados às áreas produtivas, nomeadamente na indústria transformadora, na indústria da construção para melhorar infraestruturas, no ensino e na saúde, dando maior ênfase aos problemas dos desequilíbrios regionais. Os setores de atividade da carteira acionista do BESCL demonstram

que o banco investiu principalmente na indústria transformadora, uma vez que engloba o setor da metalurgia e da indústria petrolífera, e deu um importante contributo para o melhoramento das infraestruturas através da *Companhia Elétrica das Beiras*, da UEP e da *Companhia Portuguesa de Eletricidade*.

A Carteira Acionista do *Português do Atlântico* apresenta algumas semelhanças relativamente à Carteira Acionista do BESCL, nomeadamente a quantidade de empresas no qual investiram e os setores de atividade, sendo que diferem principalmente na proporção de ações investidas. Em 1950, o *Português do Atlântico* investiu em 13 empresas diferentes, passando para 20 empresas em 1960, e 37 empresas em 1973, no qual optamos por agregar as empresas de Seguros *A Mundial*, *Ourique* e *Tagus* numa só rubrica.

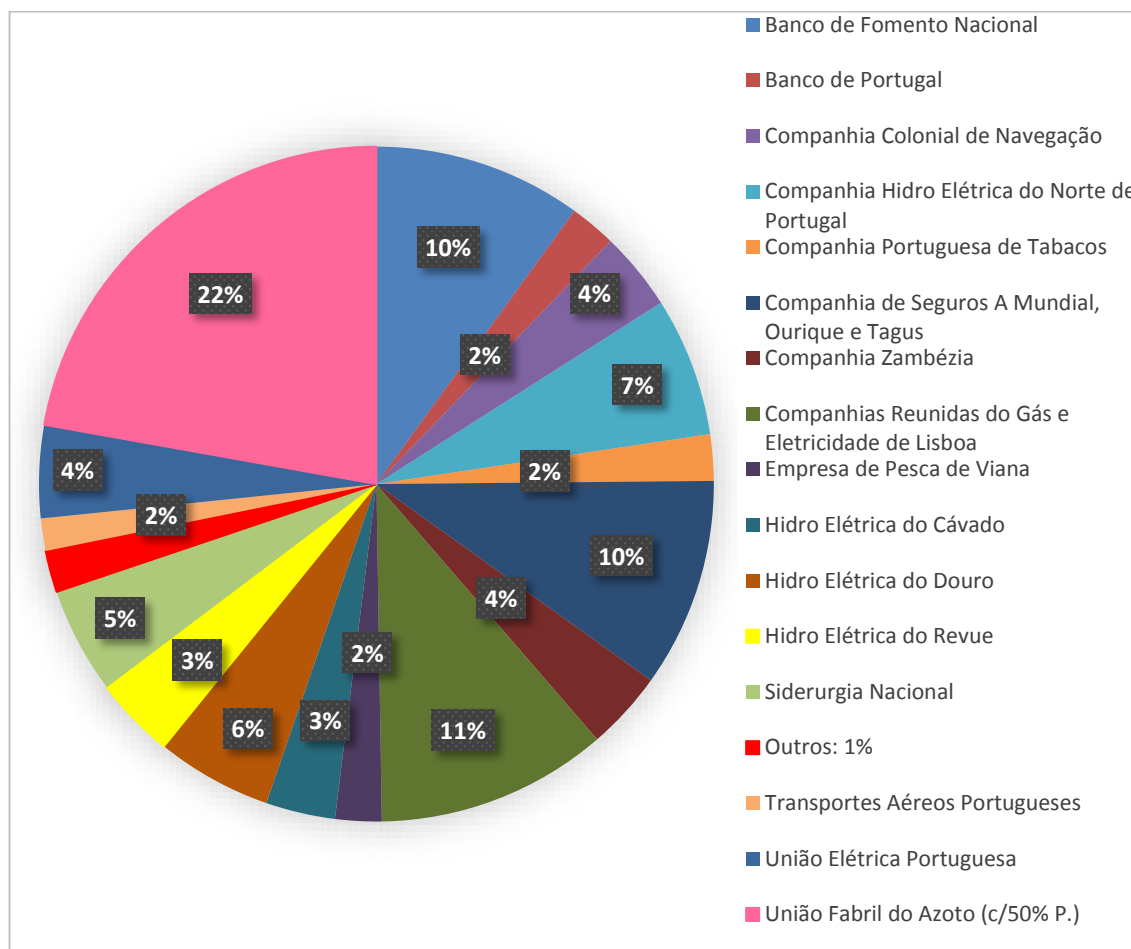
Gráfico 10: Carteira Acionista *Português do Atlântico*, 1950.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1950.

Em 1950, a Carteira Acionista do *Português do Atlântico*, presente no gráfico 10, revelou que 44% das suas ações estavam investidas nas *Companhias Reunidas do Gás e Eletricidade de Lisboa*, 24% nos *Edifícios Atlântico*, 13% na *Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal*, e 9% na *Companhia Colonial de Navegação*; os restantes 9% estavam distribuídos pelo *Banco de Portugal*, pela *Companhia Fiação de Crestuma*, pela *Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça*, pela *Companhia Hidroelétricas do Cávado e do Zêzere*, pela *Companhia de Seguros Ourique*, pela *Empresa de Pesca de Viana*, pela *Nova Empresa Industrial de Curtumes*, e pela *União Elétrica Portuguesa*.

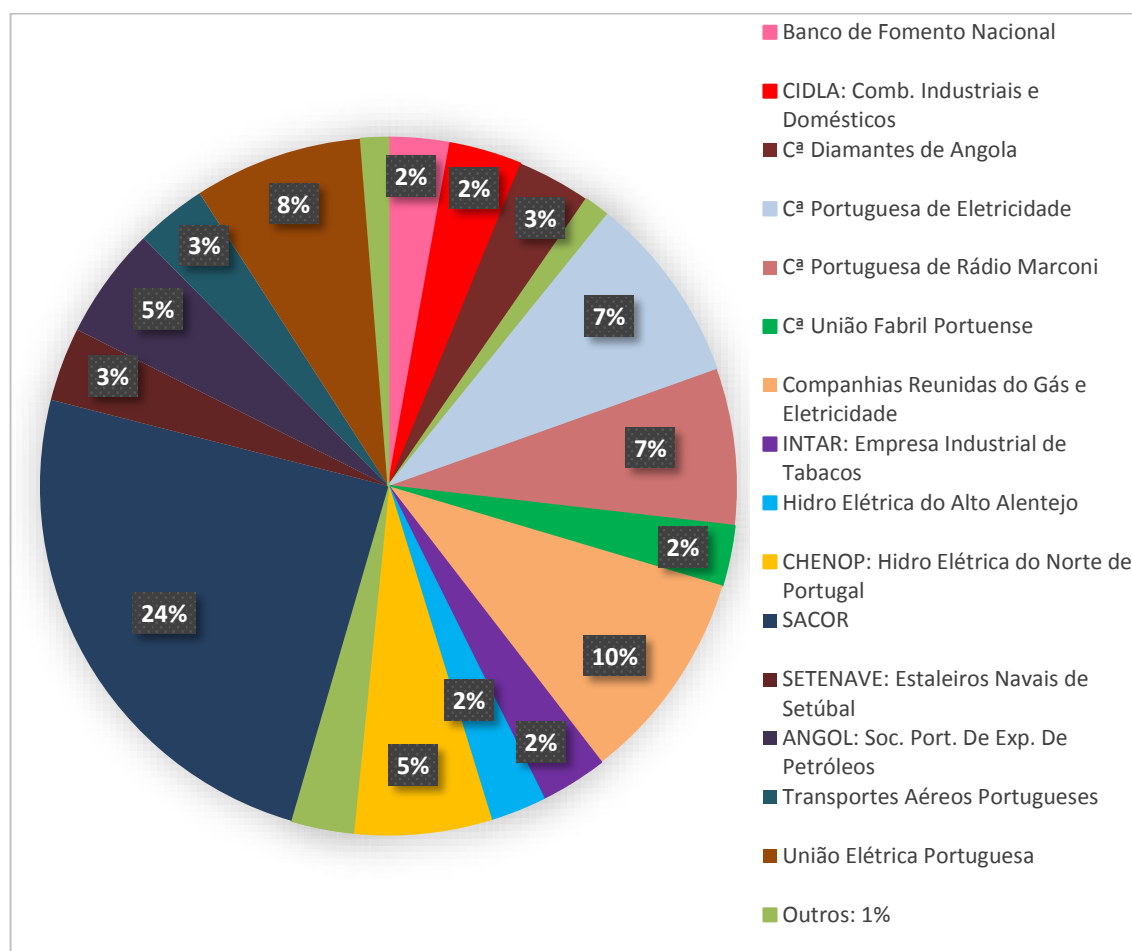
Gráfico 11: Carteira Acionista *Português do Atlântico*, 1960.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1960.

A Carteira Acionista do *Português do Atlântico*, em 1960, apresentada no gráfico 11, demonstrou que existiu uma maior diversificação nesta década, face à anterior, em que 22% das suas ações foram investidas na *União Fabril do Azoto*, 11% nas *Companhias Reunidas do Gás e Eletricidade de Lisboa*, 10% no *Banco de Fomento Nacional* e nas *Companhias de Seguros A Mundial, Ourique e Tagus*, 7% na *Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal*, e 6% na *Companhia Hidroelétrica do Douro*, estando o remanescente distribuído pelo *Banco de Portugal*, *Companhia de Açúcar de Angola*, *Companhia Colonial de Navegação*, *Companhia Portuguesa de Tabacos*, *Companhia Zambézia*, *Empresa de Pesca de Viana*, *Companhias Hidroelétricas do Cávado, Douro e do Revue*, *Nova Empresa Industrial de Curtumes*, *Siderurgia Nacional*, *Sociedade Agrícola do Cassequel*, *SONEFE*, e *União Elétrica Portuguesa*.

Gráfico 12: Carteira Acionista *Português do Atlântico*, 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1973.

Relativamente a 1973, observou-se que a Carteira Acionista do *Português do Atlântico*, presente no gráfico 12, passou a ser constituída por um maior número de empresas, no qual 24% das ações correspondiam à SACOR, 10% às *Companhias Reunidas do Gás e Eletricidade de Lisboa*, 8% à *União Elétrica Portuguesa*, 7% à *Companhia Portuguesa de Eletricidade* e à *Companhia Portuguesa de Rádio Marconi*, e 5% à *Sociedade Portuguesa de Exportação de Petróleos* (ANGOL) e à *Hidroelétrica do Norte de Portugal* (CHENOP). Para além das empresas referidas no gráfico anterior verificou-se que o remanescente corresponde a investimentos em *A Tabaqueira*, *Celuloses do Guadiana*, na CIDLA, na *Companhia de Cimento do Tejo*, na *Companhia dos Combustíveis de Lobito*, na *Companhia de Diamantes de Angola*, na *Companhia Elétrica das Beiras*, na *Companhia Industrial das Beiras*, na *Companhia de Petróleos de Angola* (PETRANGOL), na *Companhia Portuguesa de Celulose*, na *Companhia de Seguros Confiança*, na *União Fabril Portuense*, na *Companhia de Cimentos de Leiria*, na INTAR, na *F. Ramada: Aços e Indústrias*, na *Hidroelétrica*

do Alto Alentejo e da Serra da Estrela, na LISNAVE, na *Movierecord Portuguesa*, na *Radiotelevisão Portuguesa* e na SETENAVE.

Quando analisada a Carteira Obrigacionista do BESCL¹⁷, na década de 50 observou-se que a componente obrigacionista era pouco diversificada, sendo constituída maioritariamente por OT`s, que representavam 92% da carteira, e os restantes 8% estavam distribuídos pelas obrigações da SACOR, das *Hidroelétricas do Zêzere* e do *Cávado*, e da *Companhia Nacional de Eletricidade*. Na década seguinte, as OT`s passaram a representar 95% das obrigações do banco, e as obrigações da SACOR 3%, sendo que os restantes 2% foram distribuídos por diversos setores de atividade desde a metalurgia, a indústria de produção de papel e, numa proporção muito reduzida, em hidroelétricas, nos transportes, nos *Nitratos de Portugal* e no *Banco de Fomento Nacional*. Relativamente ao período compreendido entre 1970 e 1973, a carteira demonstrou que a proporção de OT`s diminuiu para 85%, e o *Empréstimo de 1971 para as Províncias de Angola e Moçambique* correspondem a 13% dos títulos, enquanto o remanescente 2% diz respeito às obrigações acima referidas incluindo as obrigações da *Companhia Portuguesa de Eletricidade*, introduzidas em 1973.

Relativamente à Carteira Obrigacionista do *Português do Atlântico*¹⁸, foi possível constatar que a quantidade de obrigações, em 1950, encontrava-se maioritariamente concentrada na *Companhia Nacional de Eletricidade* (58%) e em Obrigações Consolidadas (28%), sendo que a restante carteira era composta por OT`s (11%), e pelas *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade de Lisboa* (3%). Em 1960, a carteira obrigacionista do *Português do Atlântico* demonstrou que o banco alterou a composição da sua carteira, passando as OT`s a representar a maioria dos títulos (68%), a *Siderurgia Nacional* representava 8% da carteira, e a *Companhia Nacional de Eletricidade* 7%, sendo que os restantes títulos variavam entre o *Metropolitano de Lisboa*, a *Hidroelétrica do Revue*, a *Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos* (SONEFE), as *Hidroelétricas do Zêzere* e do *Cávado*, e as *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade de Lisboa*. Em relação a 1973, observou-se que a carteira obrigacionista do *Português do Atlântico* alterou-se ligeiramente, passando as OT`s a constituir 62% da carteira, o *Empréstimo às Províncias de Moçambique e Angola* 31%, e o *Fomento Ultramarino Angola* 5%, sendo que os restantes 2% encontravam-se dispersos por *Obrigações Consolidadas*, pelo *Fundo de Renovação e*

¹⁷ Anexo E: Setores de atividade da Carteira de Títulos do BESCL constituída por obrigações (em quantidades), da década de 50, 60, e de 1970 a 1973.

¹⁸ Anexo E: Carteira de Títulos do *Português do Atlântico*, constituída por obrigações (em quantidades), em 1950, 1960 e 1973.

Aproveitamento da Indústria de Pesca, pelos Caminhos de Ferro Portugueses, pela Companhia Portuguesa de Eletricidade, pela Hidroelétrica do Revue e pelo Externo-1ª Série.

Na década de 50, a Carteira Acionista do BESCL encontrava-se mais diversificada que a do *Português do Atlântico*, apesar de ambos bancos investirem no mesmo número de empresas, o BESCL estava mais focado na agricultura das Províncias Ultramarinas, nos serviços de telecomunicações, e no setor de transportes. Enquanto o *Português do Atlântico* estava mais direcionado para os serviços vocacionados para o fornecimento de eletricidade e gás e para a indústria da construção, tendo este último apresentado uma produtividade de 16.51%, no período em análise (Aguiar e Martins, 2004). Em relação à década de 60 verificam-se ligeiras alterações às Carteiras Acionistas de ambos bancos, no qual se destacam, por parte do BESCL, a introdução das ações do *Banco de Fomento Nacional*, que passaram a representar a 23% das ações, e das ações associadas à indústria petrolífera, cujo contributo em relação à produtividade da indústria transformadora foi de 16.78% (Aguiar e Martins, 2004). No *Português do Atlântico*, em 1960, as alterações observadas prendem-se com as quantidades investidas no *Banco de Fomento Nacional* e nos serviços associados a seguros, e na indústria das químicas, que passou a representar a maioria das ações, tendo este setor apresentado um contributo em relação à produtividade da indústria transformadora de 16.78% (Aguiar e Martins, 2004). Na década seguinte a Carteira Acionista do BESCL era composta maioritariamente por investimentos no setor agroindustrial das Províncias Ultramarinas, nos serviços das telecomunicações, e em menor proporção na indústria metalúrgica, enquanto a Carteira Acionista do *Português do Atlântico* concentrava-se principalmente nas empresas ligadas à refinação de petróleos e ao fornecimento de eletricidade e gás, e em menor proporção nos serviços de telecomunicações.

No que diz respeito à Carteira Obrigacionista do BESCL, na década de 50, podemos afirmar que se encontrava mais concentrada em OT's (92%), investindo também, em proporções muito reduzidas, na indústria petrolífera, em hidroelétricas e na *Companhia Nacional de Eletricidade*, enquanto o *Português do Atlântico* investiu a maioria das suas obrigações na *Companhia Nacional de Eletricidade* e em Obrigações Consolidadas, deixando uma reduzida parte para as OT's (11%) e para as *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade de Lisboa*. Na década seguinte, o BESCL concentrou novamente a maioria das suas obrigações em OT's e na refinação de petróleos, apesar de a estrutura não se alterar muito em relação a 1950, as áreas de atuação foram ligeiramente distintas pois abrangiam empresas ligadas à indústria transformadora, desde a metalurgia à indústria do papel. O *Português do Atlântico*, em 1960, apesar de concentrar a maioria das suas obrigações em OT's fê-lo em proporções menores que o BESCL, e diversificou a restante carteira, quase nas mesmas

proporções, por diversas empresas ligadas a indústria hidroelétrica, aos transportes públicos e a empreendimentos Ultramarinos. Entre 1970 e 1973, as obrigações do BESCL eram constituídas principalmente por OT's (85%), e pelo *Empréstimo de 1971 às Províncias de Angola e Moçambique* (13%), diversificando com obrigações de empresas relacionadas com a indústria transformadora, com o *Banco de Fomento Nacional*, e a indústria hidroelétrica. Tanto o BESCL como o *Português do Atlântico* diminuíram a sua proporção de OT's, na década de 70, porém o BESCL detinha uma percentagem ligeiramente superior relativamente às OT's. Em relação ao *Empréstimo às Províncias de Angola e Moçambique* ambos possuíam uma percentagem considerável na sua carteira, no entanto o *Português do Atlântico* era aquele que tinha uma percentagem ligeiramente maior. Ambas as carteiras obrigacionistas apresentam semelhanças em relação à década de 70, sendo que o *Português do Atlântico* distinguiu-se nos investimentos no setor piscatório.

5.3. Relação entre a Gestão de Ativo/Passivo e a evolução do PIB Português

Nos capítulos anteriores procedemos a uma análise económico-financeira do BESCL e comparámos o seu comportamento face aos seus rivais, especificamente o *Português do Atlântico*, fazendo um enquadramento da sua performance nas quotas de mercado dos principais bancos comerciais portugueses, analisando os seus empreendimentos industriais e a sua carteira de títulos por forma a perceber qual a sua contribuição nos diversos setores da atividade económica portuguesa. Em seguida analisamos de que forma variaram os indicadores qualitativos, nomeadamente as variações no volume de depósitos, crédito concedido e liquidez do BESCL, com o PIB português, comparando os rácios apresentados pelos bancos comerciais de algumas economias Mundiais, para perceber se o ambiente institucional serviu de estímulo ou inibição ao sistema bancário português.

De acordo com Amaral (2013) existem estudos atuais acerca do ambiente extremamente protegido do sistema bancário, no período compreendido entre 1950 e 1973, relativamente ao seu impacto no comportamento dos agentes económicos e no desempenho do crescimento económico. Como é o caso de Battilossi (2000), que demonstrou como a crescente abertura dos sistemas financeiros ocidentais, durante os anos 60, levou a uma maior concorrência entre os bancos, tanto a nível nacional como internacional. Capie e Billings (2004) e Pueyo (2003) provaram que o ambiente institucional de repressão financeira não foi suficiente para reduzir totalmente a competição, sendo que os primeiros analisaram a banca comercial inglesa entre 1920 e 1970, e o segundo explorou o mesmo para a banca espanhola entre 1922 e 1995. Outros estudos sugerem que a repressão financeira foi

irrelevante para o crescimento económico, como por exemplo Wyplosz (1999), que analisou os casos da Bélgica, França e Itália, concluindo que na Bélgica haviam limites de crédito e a concorrência de preços era quase proibida, no qual os bancos tentaram responder à procura de crédito, com a expansão geográfica, porém na França, os maiores bancos estavam nacionalizados e as restrições eram extremamente elevadas, enquanto na Itália, apesar de a maioria dos bancos ser de propriedade pública o sistema funcionou com muito poucas restrições.

Quando comparamos a regulamentação dos bancos portugueses às da Europa, EUA, Austrália e Canadá, verificamos alguns aspetos relevantes, como por exemplo, o facto de a legislação portuguesa nunca ter imposto a separação total entre a banca comercial e de investimento (como foi o caso dos EUA e da Bélgica), a banca não foi totalmente ou parcialmente nacionalizada (como foi o caso da Itália em 1920, da Alemanha, em 1945, e da França, em 1946) e os bancos nunca foram forçados a manter determinada quantidade de títulos públicos na sua carteira, apesar de haver um quadro jurídico muito restritivo, este tinha muitas lacunas que permitiu aos bancos portugueses contornar as suas restrições e aumentar a competitividade (Amaral, 2013).

Em relação à média das rentabilidades dos bancos comerciais¹⁹ portugueses, no período compreendido entre 1965 e 1973, podemos afirmar que o rácio ROA apresenta uma tendência crescente passando de 4.59%, em 1965, para 4.68%, em 1970, e para 5.32%, em 1973, que se explica pela melhoria dos Resultados Operacionais dos bancos comerciais portugueses uma vez que é evidente que o volume dos Ativos bancários cresceram ao longo do período, devido ao aumento da concessão de crédito e da procura por serviços bancários, porém o rácio ROE decresce ao longo do tempo, passando de 16.51%, em 1965, para 13.57%, em 1970, e para 10.91%, em 1973, devido ao aumento progressivo da rubrica Capital e Reservas.

Quando observamos a evolução da ROA dos bancos comerciais portugueses face a outros países verifica-se que, em 1965, encontrava-se abaixo de quase todos os países da amostra, nomeadamente da Dinamarca (9.92%), dos EUA (8%), da Espanha (6.78%), Finlândia (6.76%), Noruega (6.26%), Bélgica (5.14%) e da Austrália (5.03%). Em 1970, a situação mantém-se idêntica, mantendo-se à frente apenas de determinados países europeus como a Alemanha (3.55%), a França (2.62%) e a Itália (2.12%). A ROA portuguesa melhora relativamente a sua posição no ranking das rentabilidades em 1973, ficando atrás apenas da Dinamarca (9.83%), Finlândia (6.44%), Espanha (7.55%), EUA (5.77%), Noruega (5.7%) e da Suécia (5.43%).

¹⁹ Fonte: Apêndice Estatístico de Amaral, Luciano (2013), “*Imperfect but Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)*”. Nova School of Business and Economics, Working paper number 575, p. 42-43.

Relativamente ao rácio da ROE, Portugal apresentou-se em quarto lugar, em 1965, atrás da Itália (40.34%), da Alemanha (19.21%), e do Canadá (18.38%). Na década seguinte, a ROE dos bancos comerciais portugueses deteriorou-se perdendo posição relativa no ranking, sendo que, em 1970, encontrava-se atrás da Itália (38.56%), do Canadá (33.05%), da Espanha (18.33%), da Austrália (17.32%), dos Países Baixos (15.6%), da Dinamarca (15.57%), e da Noruega (14.39%). Em 1973 volta a cair no ranking, ficando à frente apenas da Suécia (9.4%), da Alemanha (9.47%), da Finlândia (9.55%) e do Canadá (10.79%).

A comparação internacional demonstrou que o comportamento dos bancos portugueses não era muito diferente do de outros países. Por um lado, os bancos portugueses não tinham poder de decisão em termos de taxas ativas e passivas e enfrentavam grandes limitações sobre a utilização de meios alternativos como ações e títulos. Por outro lado, havia uma feroz concorrência relativa aos esforços para atrair novos depositantes, dificuldades inerentes à expansão geográfica e ao aumento do peso dos custos com o pessoal. As comparações internacionais permitem-nos concluir que apesar de todos os problemas envolvidos nestas comparações, os bancos portugueses não viveram no mesmo ambiente restrito e extremamente protegido que as normas internacionais impunham.

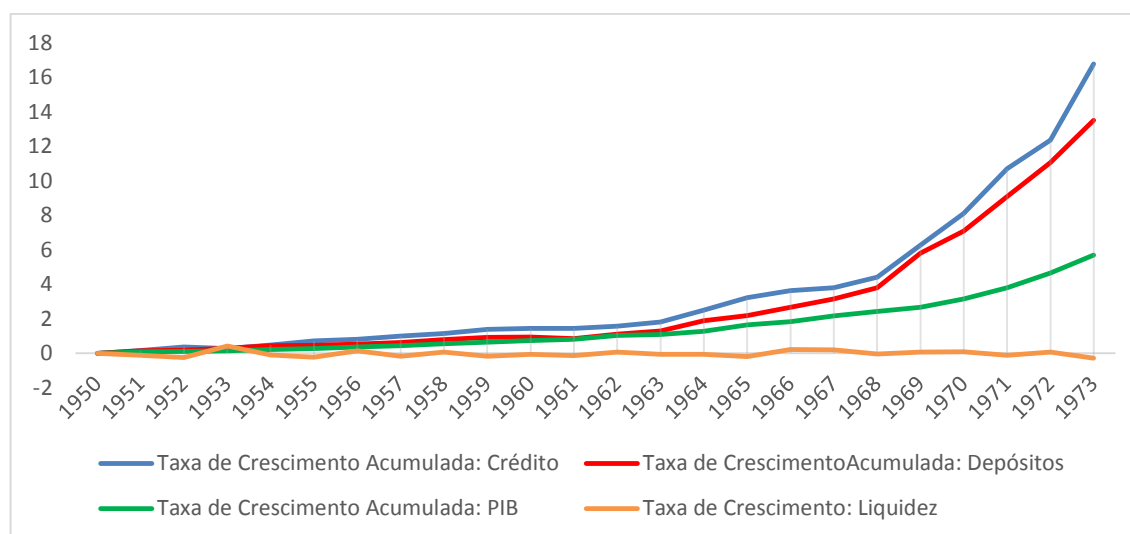
Nunes e Valério (em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005) mencionam duas importantes modificações no sistema monetário português, na década de 60. Uma delas foi a adesão ao FMI, aprovada pelo DL n° 43 338, de 21 de Novembro de 1960, que estava em linha com as práticas monetárias portuguesas, nomeadamente a alteração da definição legal do escudo e do câmbio ao par, desde 1949, que concedia o exclusivo da emissão fiduciária ao *Banco de Portugal*, a partir do DL n° 44 432, de 29 de Junho de 1962, por um período de trinta anos. Outra alteração relevante foi o estabelecimento de uma união monetária com o Ultramar, criado pelo DL n° 44 016, de 8 de Novembro de 1961, e regulado pelo DL n° 44 698 e o DL n° 44 703, de 17 de Novembro de 1962, que consistia na criação de uma zona do escudo com uma unidade monetária comum em todos os territórios sob soberania portuguesa, tendo sido o *Banco de Portugal* aquele que assumiu as funções de banco central de toda a zona escudo.

Os autores defendem que as alterações no sistema monetário se devem, em parte, às guerras contra os movimentos independentistas em Angola, na Guiné e em Moçambique, e ao surto emigratório para países Europeus, uma vez que surgiram saldos negativos nas contas públicas devido às despesas causadas pela guerra, que puderam ser colmatadas através do saldo positivo da balança de pagamentos, especificamente pela sua abundância de capitais. Apesar da abundância de capitais ter permitido atenuar as contas públicas, através das receitas geradas pelas remessas de emigrantes e

pelo surto turístico observado, geraram efeitos inflacionistas, sendo que, em 1973, a circulação monetária era de cerca de 40 milhões de contos, e os depósitos à ordem rondavam os 140 milhões de contos, a taxa de redesconto do *Banco de Portugal* rondava os 5%, e os bancos comerciais praticavam uma taxa de redesconto de 9%, o que permitiu que a taxa de juro real se mantivesse positiva.

Para perceber de que forma variaram os indicadores qualitativos do BESCL com o PIB Português procedemos à análise do comportamento das taxas de crescimento acumuladas das variáveis crédito, depósitos, liquidez e PIB português, que se apresentam no gráfico 19, que se segue. A variável Crédito engloba as rubricas Carteira Comercial, Empréstimos e Contas Correntes Caucionados, Empréstimos a mais de um ano e Devedores e Credores; a variável Depósitos compreende a rubricas Depósitos à Ordem, a Prazo, com Pré-aviso, em moeda nacional e estrangeira; a Liquidez Imediata estabelece a relação entre as rubricas Caixa e Depósitos; e a taxa de crescimento do PIB a preços correntes, em milhares de contos, foi calculada com base no ano de 1950.

Gráfico 19: Taxas de crescimento acumuladas do Crédito, Depósitos e do PIB, e taxa de crescimento da Liquidez Imediata.



Elaboração Própria. Eixo principal: Taxas de crescimento acumuladas de crédito, depósitos e do PIB, e taxa de crescimento da liquidez imediata.

Durante a década de 50, o PIB atingiu as suas maiores taxas de crescimento em 1956, 1957 e 1958, face ao seu período homólogo, de cerca de 6.87%, 6.16% e 6.65%, respetivamente. Em relação a 1956 verificou-se um ligeiro abrandamento do consumo privado e da formação bruta de capital fixo que foi suficiente para colmatar as diminuições verificadas nos restantes indicadores. Em 1957, observou-se um aumento em todos os indicadores económicos com especial destaque para a variação de existências que cresceu 66.31%, e para as exportações líquidas que cresceram 37.76%. Em 1958,

a expansão económica deveu-se ao aumento do consumo privado e público e da formação bruta de capital fixo. Coincidentemente a expansão do PIB foi acompanhada por aumentos na taxa de crescimento da Liquidez que passou de (-21.75%) para 14.34%, em 1956, e de (-16.53%), para 7.71%, em 1958, face aos anos anteriores, consequência do aumento dos valores em Caixa do BESCL. A taxa de crescimento do crédito apresentou valores pouco expressivos nesta década, diminuindo 7.06%, em 1953, face ao ano anterior, e registou abrandamentos de (5.26%), em 1956, e de (7.58%), em 1958, e curiosamente verificou-se que a desaceleração da taxa de crescimento do crédito coincidiu com os anos em que o PIB e a liquidez apresentaram as suas maiores taxas de crescimento. A taxa de crescimento dos depósitos registou a sua maior expansão em 1951, de (13.96%), e em 1954, de (12.47%), face aos anos anteriores, e um abrandamento significativo, em 1952, de 3.53%, e em 1955, de 0.71%, sendo de realçar que, o início da década de 50, coincidiu com aumentos da concessão de crédito, nomeadamente da Carteira Comercial.

No período compreendido entre 1960 e 1969, o PIB atingiu taxas de crescimento de cerca de 12.24%, em 1962, de 16.34%, em 1965, e de 12.02%, em 1967, face aos anos anteriores. O crescimento expressivo do PIB, em 1962, deveu-se sobretudo ao aumento do consumo privado, enquanto, em 1965, verificou-se um crescimento em todos os indicadores económicos que o PIB contempla, e em 1967, observou-se um aumento do consumo privado e público e das exportações líquidas. Apesar de a taxa de crescimento da liquidez ter acompanhado o crescimento económico de 1962 (de 6.54%, face a 1961), devido ao aumento da rubrica Caixa do BESCL, o mesmo não se verificou nos anos de 1965 e 1967, uma vez que a taxa de crescimento da liquidez diminuiu 18.89%, em 1965, porque houve uma redução dos valores em Caixa e um aumento do total de depósitos, enquanto, em 1967, verificou-se um abrandamento da liquidez de 1.97%, face ao ano anterior, porque a variação no total de depósitos foi superior à variação dos valores em Caixa. Relativamente à taxa de crescimento do crédito verificou-se, em 1961, uma redução de 0.01%, e um abrandamento significativo de 3.41%, em 1967, contudo a concessão de crédito cresceu a ritmo mais acelerado do que na década anterior, chegando atingir uma taxa de crescimento de 33.98%, em 1969, face ao ano anterior. No que concerne a taxa de crescimento de depósitos, observou-se um crescimento a um ritmo constante, excluindo o ano de 1961, em que diminuiu 4.41%, face ao ano anterior. O maior acréscimo nos depósitos é alcançado em 1969, de 41.82%, face a 1968, principalmente devido ao aumento dos depósitos a prazo, na década de 60.

Foi na década de 60 que se iniciou a criação de empresas parabancárias, reguladas pelo DL nº 46 302 de 27 de Abril de 1965, em que se distinguiram quatro tipos de instituições, as sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário/imobiliário, as de gestão de carteira de títulos, as sociedades de

financiamento de vendas a prazo e as de cobrança de créditos a terceiros, e foram criadas novas regras no setor bancário, introduzidas pelo DL nº 46 492 de 18 de Agosto de 1965, que estabelecia limites máximos para as taxas de juro ativas e passivas, e os critérios a levar em consideração na abertura de novos balcões.

A década de 70 foi marcada pelo aumento gradual da taxa de crescimento do PIB. Em 1970, o PIB cresceu cerca de 12.82%, devido ao aumento de todos os indicadores económicos, com especial destaque para o aumento da variação de existências em 268.85%. Em 1971, o seu crescimento em cerca de 15.73% deveu-se ao crescimento do consumo privado e público, e da formação bruta de capital fixo, em 1972, cresceu 17.98%, derivado ao aumento de todos os indicadores económicos, e em 1973, cresceu 18.23%, porque se verificou um crescimento do consumo privado e público, da formação bruta de capital fixo e das exportações líquidas. A taxa de crescimento da liquidez variou de forma inversa ao PIB nos anos de 1971, em que se verificou uma diminuição de 12,04% causados pelo aumento dos depósitos, e em 1973, diminuiu 27.96% devido à redução dos valores em caixa. A taxa de crescimento do crédito foi significativa nesta década devido sobretudo à expansão dos Empréstimos a mais de um ano e ao aumento da Carteira Comercial, que tiveram um papel preponderante nas taxas de crescimento apresentadas em 1971 (28.5%), e em 1973 (33.1%). Em relação à taxa de crescimento de depósitos podemos afirmar que é nesta década que se apresentam resultados mais consistentes devido ao facto de o aumento dos depósitos a prazo ter sido acompanhado por acréscimos nos depósitos à ordem que atingiu um crescimento de 24.75%, em 1971, e de 20.15%, em 1973, face aos anos anteriores.

O início da década de 70 ficou marcado pela introdução de um novo meio de pagamento, o cartão de crédito, segundo o regime estabelecido pelas portarias nº 644/70 e 360/73 (Nunes e Valério em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005), e pelo DL nº 180/70, de 25 de Abril de 1970, e consequente Portaria 217/70, que pôs termo à desordenada concorrência e aproximaram as taxas de juro passivas e ativas da dos mercados internacionais.

De acordo com Lopes (em *“História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX”* de Lains *et al.*, 2005), o período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, foi caracterizado pelo equilíbrio orçamental das contas públicas através da diminuição das despesas e de uma carga fiscal moderada. A partir de 1947, a despesa pública começou a expandir-se com rapidez devido ao desenvolvimento económico que aumentava a procura de serviços do Estado, à evolução do nível salarial dos funcionários públicos, aos gastos militares que equivaliam a cerca de 6% do PIB, aos encargos com a Segurança Social, e aos gastos públicos com os investimentos enquadrados

nos Planos de Fomento contudo, quando enquadrados no contexto Europeu verificou-se que, em 1973, a despesa pública portuguesa correspondia a 20% do PIB (15% do PIB em 1950) e a média Europeia rondava os 38%. Tal dinamismo económico permitiu o equilíbrio das contas públicas por causa do aumento das receitas, que chegaram a crescer a taxas superiores às do PIB, conseguido através da criação do imposto de transações, no início da década de 60, para compensar o declínio das cobranças alfandegárias, e da reforma dos impostos diretos que entrou em vigor entre 1958 e 1965. Apesar do rápido crescimento das despesas e receitas do Estado, o seu peso na economia nacional pouco ou nada se alterou durante o “*período de crescimento de ouro*” da economia portuguesa.

A evolução das receitas públicas portuguesas, durante o século XX, era sobretudo proveniente dos impostos, uma vez que as receitas não fiscais como, a participação Estatal em empresas públicas e outros ativos do Estado, variavam entre os 15% e os 20% da receita efetiva total. Em termos de tendência de longo prazo, o crescimento dos impostos, em termos reais, foi elevado desde o fim da II Guerra Mundial até 1973, devido às necessidades financeiras impostas pelas guerras coloniais, à promoção do desenvolvimento económico e à possibilidade de uma maior tributação em virtude da rápida expansão do PIB. O peso da dívida pública em relação ao PIB não se agravou no período decorrido entre 1960 e 1973 devido ao rápido crescimento económico observado, tendo-se situado nos 0.4% do PIB, no final desse período. Estes resultados obtidos nas finanças públicas devem-se, em parte, às reformas efetuadas por António de Oliveira Salazar enquanto Ministro das Finanças, nomeadamente pelo facto de a dívida flutuante ter sido amortizada ou reconvertida por substitutos que se enquadravam melhor na conjuntura económica, e devido ao cancelamento da dívida de guerra do Reino Unido, em 1933, fazendo com que a dívida externa caísse para metade, para além da emissão de empréstimos que serviam para absorver uma parte da liquidez excedentária originada pelos elevados saldos da balança de pagamentos, com o objetivo de moderar a expansão da massa monetária e as pressões inflacionistas (Lopes em “*História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX*” de Lains *et al.*, 2005).

Conclusão

Com a realização do presente trabalho foi possível elaborar um quadro analítico que permitiu aprofundar a análise da gestão de ativo e passivo do BESCL, no período compreendido entre 1950 e 1973, através do seu enquadramento na atividade bancária portuguesa. A principal motivação subjacente à realização deste estudo relacionou-se com a oportunidade de analisar as principais rubricas do balanço do banco e entender como fora efetuada a sua estratégia de gestão, explorando a sua carteira de títulos e os seus empreendimentos industriais. Este trabalho incidiu essencialmente na análise de rácios económico-financeiros, e da forma como variaram as quotas de mercado dos principais bancos portugueses, nomeadamente do crédito e dos depósitos, e na comparação entre a Carteira de Títulos do BESCL e a do *Português do Atlântico*. No que diz respeito à regulamentação fizemos um breve enquadramento na atividade bancária Mundial, analisando a rentabilidade do Capital Próprio e do Ativo dos principais bancos comerciais.

O período decorrido entre 1950 e 1973 é considerado por vários autores como o “*período de crescimento de ouro*” da economia portuguesa, uma vez que o desenvolvimento económico se baseou em políticas industrialistas, na abertura ao exterior, e em condições internacionais favoráveis às exportações e à emigração. Na década de 50, o crescimento assentou essencialmente na acumulação de capital, tendo a Lei da Eletrificação e a Lei do Fomento e Reorganização Industrial, servido como base de uma política económica orientada para a substituição de importações, para o fomento de novas indústrias e do aumento da capacidade fabril das empresas já instaladas, enquanto a década de 60, caracteriza-se pelo crescimento da produtividade total dos fatores, porque a adesão à EFTA forçou a limitação da intervenção estatal na economia, tendo sido a Lei do Fomento Industrial que desempenhou um papel preponderante, uma vez que as políticas industrialistas passaram a dar mais importância às exportações.

O setor bancário português ficou marcado pelo desequilíbrio entre o constante aumento das oportunidades de expansão de crédito e o volume daquele que as instituições concederam, devido ao problema das taxas de juro, que fixadas em níveis baixos, originavam margens operacionais relativamente pequenas, para além do que observou-se uma concorrência descontrolada porque alguns bancos não atuavam no estrito cumprimento da Lei, no que diz respeito ao cumprimento das taxas ativas e passivas instituídas. Para contornar os problemas inerentes ao enquadramento legal do crédito, os bancos renovavam sucessivamente o crédito comercial, que fora utilizado como crédito agrícola e industrial, para contornar as barreiras institucionais existentes, nomeadamente, os requisitos altos de Capital e Reservas e a autorização discricionária por parte do Governo.

Em relação ao BESCL podemos afirmar que se destacou essencialmente pela sua expansão geográfica, de 1937 até 1950, e posteriormente na década de 60, que constituiu uma das principais vantagens competitivas do banco e um forte mecanismo de captação de depósitos, visível na sua liderança na quota de mercado dos Depósitos, de 1950 a 1964. O aumento do quadro de pessoal, especificamente a contração de quadros universitários, foi acompanhado por uma elevada rotatividade dos funcionários por todos os setores do banco, levando à progressão na carreira dos mais aptos, e em 1969, o BESCL inovou criando o projeto de gerências de zona, que serviam de intermediárias entre a Direção e as gerências dos balcões. A década de 60 é marcada por diversas inovações no organismo do banco como por exemplo, em 1965, a revisão da política de comunicação leva a que o BESCL retorne a fazer publicidade aos seus serviços, em 1967, através do processador UNIVAC 1004 (sistema de pagamento de cheques) é permitido aos clientes fazer levantamentos fora do balcão de domicílio da conta, e em 1968, opta por acompanhar a concorrência, concedendo crédito via dinheiro dos depósitos ao invés de utilizar os Fundos Próprios (Capital e Reservas). Para além destas destacam-se também as modalidades de crédito implementadas como o *Cheque de Viagem*, utilizado como meio de pagamento seguro para viajar, e o *Cheque Bilhete-Postal*, utilizado para transferir montantes para qualquer ponto do país.

As relações internacionais do BESCL concentraram-se principalmente nas Províncias Ultramarinas, uma vez que representavam um enorme potencial de desenvolvimento e uma fonte de matérias-primas, sendo de realçar os seus investimentos na *Sociedade Agrícola do Cassequel*, na *Sociedade Agrícola do Incomati*, na CADA e na *Companhia do Buzi*. Para atrair investimento estrangeiro aliou-se ao *Chase Bank* através da participação numa fábrica de pneus inaugurada em 1960, e em 1961, começou a participar em transações do mercado internacional. Por intermédio da subscrição do Capital Social da *Firestone Portuguesa* prestou uma fiança de cinquenta mil contos à *Siderurgia Nacional*, e nos mesmos moldes serviu de intermediário no empréstimo de cinco milhões de dólares, do *Kredietbank Luxembourgeoise* à SACOR, e do empréstimo, no mesmo valor, da *Manufactures Hanover Trust Company* à *Hidroelétrica do Cávado*, contudo, foi apenas em 1972 que orientou e participou no *Libra Bank* cujo objetivo era financiar os países da América Latina, e em 1973, através da associação ao *Libra Bank*, que criaram o BIU, em Angola.

A década de 50 ficou marcada pela elevada liquidez do BESCL, e por ter apresentado uma maior eficácia na utilização do Ativo. A ROE e a ROA apresentaram uma tendência crescente ao longo desta década, porém, este acontecimento é justificado pelo crescimento do Ativo e do Capital Próprio em proporções superiores ao crescimento dos Lucros. Relativamente à Rentabilidade de Exploração podemos afirmar que o lucro gerado pelo BESCL não acompanhava na mesma proporção o valor

líquido do banco. O Ativo Líquido e o rácio (CC/DO) indicam que a concessão de crédito terá sido efetuada via Fundos Próprios (Capital e Reservas), no qual o principal concorrente foi o *Nacional Ultramarino*, que liderou ao longo desta década, deixando o BESCL em segundo lugar. Em relação à quota de mercado de depósitos o BESCL manteve a liderança ao longo desta década. Os Relatórios e Contas apresentam-se de forma sucinta e utilizam uma linguagem simples sem grandes referências a conceitos económicos, referindo sobretudo a necessidade em movimentar recursos que os Planos de Fomento exigiam. A Carteira Acionista do BESCL encontra-se mais diversificada que a do *Português do Atlântico*, nesta década, apesar de ambos bancos investirem no mesmo número de empresas, o BESCL estava mais focado na agricultura das Províncias Ultramarinas e no serviço de telecomunicações, enquanto o *Português do Atlântico* estava mais direcionado para os serviços vocacionados para o fornecimento de eletricidade e gás e para a indústria da construção. No que diz respeito à Carteira Obrigacionista do BESCL podemos observar que se encontra mais concentrada em OT's, investindo também na indústria petrolífera, em hidroelétricas e, em proporções muito reduzidas, na *Companhia Nacional de Eletricidade*, enquanto o *Português do Atlântico* investiu a maioria das suas obrigações na *Companhia Nacional de Eletricidade* e em Obrigações Consolidadas, deixando uma parte reduzida para as OT's e para as *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade de Lisboa*.

A década de 60 é aquela em que se observa uma maior expansão dos lucros, do Ativo e do Capital Próprio do BESCL, por essa razão, os rácios de Rentabilidade, tanto de Exploração como do Capital Próprio e do Ativo, apresentaram uma trajetória decrescente, porque as rubricas mencionadas aumentaram em proporções superiores ao crescimento dos lucros. É de realçar que houve um crescimento expressivo dos depósitos a prazo nesta década, especificamente nos anos de 1964 e 1967, como nos indica o rácio (CR/Dep), para além do que, na primeira metade da década de 60, o BESCL era aquele que detinha o maior volume de lucros, tendo sido ultrapassado em 1966, pelo *Português do Atlântico*. O rácio (CC/DO) demonstra que a concessão de crédito do BESCL terá sido efetuada por via dos Fundos Próprios (Capital e Reservas), apesar de em 1968 ter optado por acompanhar a concorrência sacrificando a sua liquidez, tal só terá ocorrido a partir de 1970. Relativamente à quota de mercado dos depósitos, o BESCL caiu para segundo lugar em 1964, tendo sido ultrapassado pelo *Português do Atlântico*, e em relação à quota de mercado do crédito, o BESCL manteve-se em terceiro lugar, ficando atrás do líder *Português do Atlântico*, e do *Pinto e Sotto Mayor*. Os Relatórios e Contas apresentaram uma linguagem mais cuidada e precisa em relação aos conceitos económicos utilizados, face aos Relatórios da década anterior, e abordaram assuntos inerentes à economia nacional como, o desenvolvimento industrial do país, o ajustamento da tributação, os efeitos restritivos das relações com as Províncias Ultramarinas, a ligeira recessão na produção

industrial, em 1968, compensada por dois bons anos agrícolas, a progressão dos salários e o aumento do nível de preços. A partir de 1966 os Relatórios e Contas mencionam o mercado internacional, fazendo referência às diferenças nas taxas de juro nacionais e internacionais, à desvalorização da libra esterlina e as suas repercussões nas exportações, e à especulação da valorização do marco e a desvalorização de outras moedas. Nesta década verificam-se ligeiras alterações às Carteiras Acionistas de ambos bancos, no qual se destacam, por parte do BESCL, a introdução das ações do *Banco de Fomento Nacional*, que passaram a representar quase a maioria das ações, e a quantidade de ações associadas à refinação de petróleos. No *Português do Atlântico* as alterações observadas prenderam-se com as quantidades investidas no *Banco de Fomento Nacional* e nos serviços associados a seguros, e na indústria das químicas, que passaram a representar a maioria das ações. Relativamente à componente obrigacionista, o BESCL concentrou as suas obrigações em OT`s, na indústria petrolífera e na metalurgia, apesar de a proporção não se alterar muito em relação à década anterior, as áreas de atuação são ligeiramente distintas pois abrangem várias empresas ligadas à indústria transformadora. O *Português do Atlântico* apesar de concentrar a maioria das suas obrigações em OT`s, fá-lo em proporções menores que o BESCL, e diversifica a restante carteira, quase nas mesmas proporções, por diversas empresas ligadas à indústria hidroelétrica, aos transportes públicos e aos empreendimentos Ultramarinos.

A partir de 1970, os lucros invertem a sua tendência, começando a regredir face ao comportamento anteriormente observado, para além do que, como as rubricas do Ativo e do Capital Próprio continuaram a crescer, a Rentabilidade do BESCL diminuiu. No início da década de 70, observou-se um ligeiro abrandamento no crescimento dos depósitos o que originou uma diminuição nas disponibilidades de Caixa e nos Fundos Flutuantes do BESCL. Ao contrário de OIC, o BESCL aumentou a concessão de crédito neste período, chegando mesmo a ultrapassar a fasquia de segurança do rácio (CC/DO), em 1973, levando à necessidade de proceder a dois aumentos de Capital por incorporação de Reservas, devido à política de concessão de crédito via Fundos Próprios (Capital e Reservas) levada a cabo até cerca de 1970. Salienta-se que em 1972 houve um agravamento das Despesas com o Pessoal com a entrada em vigor da Caixa Previdência, tendo sido colmatada através do encarecimento das condições de crédito e de outros serviços prestados. O BESCL recuperou a liderança na quota de mercado de depósitos e de crédito, em 1973, ultrapassando os seus rivais, *Português do Atlântico* e *Pinto e Sotto Mayor*. Os Relatórios e Contas apresentaram uma evolução face às décadas anteriores, uma vez que contêm gráficos da evolução das principais rubricas bancárias, publicidade, e mapas de expansão geográfica, para além dos conceitos económicos que passaram a ser amplamente utilizados. No que diz respeito à economia nacional destacaram a legislação promulgada relativa a emissão de obrigações convertíveis em ações, a criação de

operações de *Leasing*, as pressões inflacionistas e a contração da liquidez na banca. Apesar de se ter verificado um clima de expansão, foi acompanhado por inflação e instabilidade cambial devido à crise monetária internacional, e elevadas taxas de juro que originaram uma menor atratividade na emissão de obrigações e maior atratividade na emissão de ações. A Carteira Acionista do BESCL, entre 1970 e 1973, era composta maioritariamente por investimentos no setor agroindustrial das Províncias Ultramarinas, nos serviços de telecomunicações e, e em menor proporção, na indústria metalúrgica, enquanto a Carteira Acionista do *Português do Atlântico* concentrava-se principalmente nas empresas ligadas à indústria petrolífera e ao fornecimento de eletricidade e gás, e em menor proporção nos serviços de telecomunicações. A Carteira Obrigacionista do BESCL era constituída principalmente por OT's e pelo *Empréstimo de 1971 às Províncias de Angola e Moçambique*, diversificando com obrigações do *Banco de Fomento Nacional*, da indústria hidroelétrica, dos transportes públicos e da indústria transformadora. Tanto o BESCL como o *Português do Atlântico* diminuíram a sua proporção de OT's, na década de 70, porém o BESCL detinha uma percentagem ligeiramente superior relativamente às OT's, para além disso, em relação ao *Empréstimo às Províncias de Angola e Moçambique*, ambos possuíam uma percentagem considerável na sua carteira, no entanto o *Português do Atlântico* foi aquele que deteve uma percentagem ligeiramente maior, destacando-se pelos investimentos no setor piscatório.

Em relação ao desempenho do BESCL face à concorrência podemos afirmar que o rácio (CC/DO) demonstrou que o BESCL fazia a sua concessão de crédito maioritariamente através da utilização dos seus Fundos Próprios (Capital e Reservas), enquanto a concorrência recorria à utilização do dinheiro dos Depósitos, o que está bem presente na distância entre os valores apresentados pelo mesmo e os dos seus rivais, sendo que, apenas na década de 70, é que o rácio (CC/DO) do BESCL se aproximou das OIC. No que diz respeito ao Capital e Reservas, Depósitos, Crédito e Lucros constatou-se que o BESCL disputou o mercado principalmente com o *Pinto e Sotto Mayor* e o *Português do Atlântico*, mantendo-se em terceiro lugar na década de 60, e apenas ultrapassou os valores dos seus rivais nos depósitos e crédito na década de 70. Apesar de não ter sido aquele que apresentou o maior volume de Capital e Reservas, os valores entre o mesmo, o *Pinto e Sotto Mayor* e o *Português do Atlântico* foram semelhantes. Relativamente aos Lucros exibidos na década da 60, constatou-se que os valores apresentados pelo BESCL foram superiores ao dos seus rivais, até 1966, porém na década de 70, ficaram muito aquém daquilo que era esperado, porque o BESCL apresentou-se em quinto lugar de entre o sistema bancário português. No que concerne as quotas de mercado de depósitos, o BESCL foi aquele que apresentou a quota de mercado mais elevada do período compreendido entre 1950 e 1973, excluindo o período de 1964 e 1970 em que foi ultrapassado pelo *Português do Atlântico*. Em relação à quota de mercado de crédito, na década de 50, aquele que

liderou foi o *Nacional Ultramarino*, seguindo-se o BESCL, em segundo lugar, porém entre 1960 e 1966, o BESCL assumiu-se como detentor da maior quota de mercado de crédito, tendo sido ultrapassado pelo *Português do Atlântico*, em 1966, e pelo *Pinto e Sotto Mayor*, em 1969, e voltaria a recuperar a sua posição de líder na quota de mercado do crédito, em 1973. A perda de competitividade do BESCL foi diferente da do *Fonsecas Santos e Viana* e do *Lisboa e Açores*, uma vez que conseguiu manter a liderança em termos de quota de mercado de depósitos, mesmo que a um nível inferior ao do início da década de 50, para além disso foi pioneiro na expansão geográfica juntamente com o *Nacional Ultramarino*, o seu principal rival no mercado de crédito, na década de 50.

O crescimento económico durante o “*período de ouro*” da economia portuguesa caracterizou-se pelo equilíbrio orçamental das contas públicas, através da diminuição das despesas do Estado, do aumento das receitas públicas, e da carga fiscal que possibilitava uma maior tributação em virtude da rápida expansão do PIB. Em relação à dívida pública destaca-se o facto de a dívida flutuante ter sido amortizada ou reconvertida, o cancelamento da dívida de guerra do Reino Unido, e a emissão de empréstimos destinados a absorver a liquidez excedentária causada pelo elevado saldo da balança de pagamentos. Apesar da abundância de capitais da balança de pagamentos, as contas públicas começavam a ser prejudicadas pelas guerras nas Províncias Ultramarinas, pelo que foi através das receitas geradas pelas remessas de emigrantes e pelo surto turístico observado que foi possível atenuar as contas públicas. Durante a década de 50, o PIB apresentou as suas maiores taxas de crescimento no período compreendido entre 1956 e 1958, devido ao aumento registado nas variações de existências e nas exportações líquidas. A liquidez do BESCL aumentou nesses anos devido ao crescimento da rubrica Caixa, no entanto, a concessão de crédito desacelerou e verificou-se um abrandamento nos depósitos. Na década de 60, o PIB atingiu as suas maiores taxas de crescimento em 1962, 1965 e 1967, originado pelo aumento do consumo privado e público e das exportações líquidas. A liquidez do BESCL diminuiu nesses anos devido ao aumento dos depósitos, nomeadamente dos depósitos a prazo, e verificou-se um aumento da Carteira Comercial, das Contas Correntes e Empréstimos Cauçionados, e dos Empréstimos superiores a um ano. Entre 1970 e 1973, o PIB apresentou as mais elevadas taxas de crescimento, do período em análise, causadas pelo aumento das variações de existências, da formação bruta de capital fixo e das exportações líquidas. A liquidez do BESCL diminuiu substancialmente neste período devido à redução da rubrica Caixa e ao aumento dos Depósitos, para além do que, a concessão de crédito atingiu os valores mais elevados do horizonte temporal em análise, no qual se destacam o aumento da Carteira Comercial e dos Empréstimos superiores a um ano.

A comparação internacional dos rácios de rentabilidade dos bancos comerciais demonstrou que, apesar de não haver poder de decisão sobre as taxas ativas e passivas, das dificuldades inerentes à expansão geográfica, dos aumentos com os custos com o pessoal, e das limitações sobre meios alternativos como ações e títulos, a média dos rácios de Rentabilidade do Ativo permitiram concluir que os bancos portugueses não viveram no mesmo ambiente restrito e extremamente protegido que as normas internacionais impunham, uma vez que os rácios de Rentabilidade do Ativo aumentaram ao longo do tempo, devido ao crescimento do volume de Ativos bancários e da melhoria dos Resultados Operacionais, contrariando as tendências Mundiais em que se verificou uma diminuição gradual do respetivo rácio.

O propósito deste trabalho diferiu na medida em que o seu objetivo foi o de tentar encontrar uma explicação fundamentada que justificasse a adoção das estratégias de gestão do BESCL, no maior período de crescimento económico português. No entanto, a análise realizada poderá servir para fornecer pistas para trabalhos posteriores que se debrucem sobre um estudo mais aprofundado dos efeitos da gestão de ativo e passivo dos bancos comerciais, no crescimento económico português, e na análise da dimensão da economia política presente na relação entre o Governo e os bancos. Para além do que, ainda se encontra por fazer uma análise acerca da relação entre a banca e os sectores de atividade económica, e ao nível regional para averiguar até que ponto a banca serviu de estímulo ao desenvolvimento local.

Bibliografia

- Aguiar Á., Martins M. (2004). *O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no Século XX*. CEMPRE: Centros de Estudos Macroeconómicos e Previsão, (145), Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Amaral L. (1998). *Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra*. *Análise Social*, 33 (148), 741-776.
- Amaral L. (2013). *Imperfect but Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)*. Nova School of Business and Economics, Working paper (575).
- Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Relatórios e Contas de 1950 a 1973.
- Banco Português do Atlântico, Relatórios e Contas de 1950, 1960 e 1973.
- Banco Totta-Aliança (1968). Lisboa: ed. Própria.
- Barreto A., Preto C., Ferrão J., Rosa M., Mónica M., Lopes J., Carreira H., Nascimento H. (1996). *A situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Battilossi S. (2000). *Financial Innovation and the Golden Ages of international banking, 1890-1931 e 1958-1981*. *Financial History Review*, 7 (2000), Cambridge University Press, United Kingdom.
- Birge R., Judice P. (2013). *Long-term bank balance sheet management: Estimation and simulation of risk-factors*. *Journal of banking and finance*, 37, 4711-4720. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.07.040>
- Brick R. (2012). *Asset-Liability Management: Theory, Practice, and the Role of Judgment*. USA: Michigan State University: Brick & Associates, Inc.
- Briguglio L., Cordina G., Farrugia N., Vella S. (2006) *Determinants of Economic Growth and Resilience in Small States*. Building the Economic Resilience of Small States, Islands and Small States Institute, University of Malta, Malta.
- Caiado A., Caiado J. (2006). *Gestão de Instituições Financeiras*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Câmara J. (1972). *O Banco Lisboa & Açores. 1875-1979*. Lisboa.

Câmara J. (1985). *História do Banco FONSECAS & BURNAY*. Lisboa.

Câmara J. (1989). *Banco Pinto e Sotto Mayor, 1914-1989*. Lisboa.

Capie F., Billings M. (2004). *Evidence of Competition in English Commercial Banking, 1920-1970*. Financial History Review, 11 (1).

Cetorelli N., Peretto P. (2000). *Oligopoly banking and capital accumulation*. Federal Reserve Bank of Chicago, (12).

Choudhry M. (2007). *Bank Asset and Liability Management: Strategy, Trading, Analysis*. United Kingdom: John Wiley & Sons.

Confraria J. (2001). *Desenvolvimento Económico e Política Industrial – A economia portuguesa no processo de integração europeia*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Damas C., Ataíde A. (2004). *O Banco Espírito Santo, uma dinastia financeira portuguesa (1869-1973)*. Vol. I. Lisboa: Banco Espírito Santo, Centro de Estudos da História do BES.

Gonçalves C. (1998). *Emergência e consolidação dos Economistas em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Horrigan J. (1968). *A Short History of Financial Ratio Analysis*. The Accounting Review, 43, 284-294.

Jayaraman K. (1998). *Offshore Finance Activities in Vanuatu: an Empirical Study of Determinants and Growth*. Banking and Finance in Islands and Small States, London: Printer a Cassell Imprint.

Lains P. (1994). *O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990*. Análise Social, 29 (128), 923-958.

Lains P., Silva Á., Veiga T., Amaral L., Freitas M., Mateus A., Soares F., Aguiar Á. e Martins M., Nunes A. e Valério N., Lopes J., Afonso Ó. e Aguiar Á., Ferreira M., Dias J., Confraria J., Garoupa N. e Rossi L., Garrido Á. (2005). *História Económica de Portugal, 1700-2000, Século XX*. Vol. III, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Leite J. (2006). *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973*. Documentos de trabalho em Economia, (E/nº38/2006), Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro. <http://ideas.repec.org/p/ave/wpaper/382006.html>

- Lopes J. (1996). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, Lda.
- Lopes J. (2002). *A Economia Portuguesa no Século XX*. Panorama da Cultura Portuguesa no século XX, Vol. I, Porto: Afrontamento e Fundação Serralves.
- Martins O. (1955). *A circulação fiduciária*. Lisboa: Guimarães e C^a Editores.
- Mata E., Valério N. (1993). *História Económica de Portugal, uma perspetiva Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mateus A. (1998). *Economia portuguesa: crescimento no contexto internacional, 1910-1998*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Mateus A. (1988). *Economia portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Mendes J. (1984). *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento regional, 1867-1927*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Mendes J. (2002). *A empresa bancária em Portugal no século XX: Evolução e Estratégias*. Gestão e Desenvolvimento, 11, 39-56.
- Mitra G., Schwaiger K. (2011). *Asset and Liability Management Handbook*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
<http://dx.doi.org/10.1057/9780230307230>
- Monnet E. (2012). *Financing a planned economy. Institutions and credit allocation in the French Golden Age of Growth (1954-1974)*. Paris: School of Economics.
- Novickyte L., Petraityte I. (2013). *Assessment of banks asset and liability management: problems and perspectives (case of Lithuania)*. Procedia: Social and behavioral sciences, 110, 1082-1093, Contemporary Issues in Business, Management and Education.
- Pereira R. (1953). *A estrutura bancária portuguesa*. Revista de Economia, 6 (2), Lisboa.
- Petersen M., Rajan R. (1995). *The effect of credit market competition on lending relationships*. The Quarterly Journal of Economics, 110, United Kingdom: Oxford Journals.
- Pueyo J. (2003). *Oligopolio y competencia en la banca española del siglo XX: concentración económica y movilidad intra-industrial, 1922-1995*. Revista de Historia Económica, 21 (1), Espanha: Universidad Carlos III de Madrid.

Raadschelders B. (1992). *Definitions of Smallness: A comparative Study*. Public Administration in Small and Island States, USA: Kumarian Press, 26-33.

Reis J. (1995). *Portuguese Banking in the Inter-War Period: Banking, Currency, & Finance in Europe between the Wars*. European Association for Banking History, United Kingdom: Aldershot, Ashgate.

Reis J. (1999). *The Emergence of Modern Central Banking from 1918 to the Present*. European Association for Banking History, United Kingdom: Aldershot, Ashgate.

Romão A. (1983). *Portugal face à CEE. Uma avaliação global do processo de integração económica (1960-1980/2)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos F. (1994). *Convertibilidade Cambial: O último a aderir ao padrão-ouro, Julho-Setembro 1931*. Lisboa: Banco de Portugal, 231-247.

Sérgio A. (1990). *O sistema bancário e a expansão da economia portuguesa, 1947-1959*. Lisboa: Banco de Portugal, 59.

Sousa F. (1984). *Banco Borges & Irmão. 1884-1984. Uma Instituição centenária*. Porto: ed. do Banco Borges e Irmão.

Tejero J. (1978). *As características operativas de las instituciones bancarias y de ahorro como factores relevantes en la determinación de las tasas de interes*. Madrid: Cofederación Española de Cajas de Ahorros.

Valério N. (2010). *História do Sistema Bancário Português*. Da Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central à União Monetária Europeia (1931-1998), Vol. II, Lisboa: Banco de Portugal.

Wallich H. (1951). *The financial System of Portugal*. Lisboa: Banco de Portugal.

Wyplosz C. (1999). *Financial restraints and liberalization in the postwar period*. CEPR: Centre for Economic Policy Research, (2253), Switzerland: Graduate Institute of International Studies.

Anexos

Anexo A

Banco FONSECAS e Burnay depois da fusão, em 1967, dos Bancos FONSECAS, Santos e Viana, e Burnay.
Banco Totta e Açores depois da fusão, em 1970, dos Bancos Totta-Aliança e Lisboa e Açores.

Tabela 16: Rácio (CC/DO) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1973.

| | BESCL | Português do Atlântico | Pinto e Sotto Mayor | Fonsecas e Burnay | Lisboa e Açores |
|------|-------|------------------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| 1950 | 38% | 58% | 66% | 21% | 58% |
| 1951 | 42% | 64% | 79% | 26% | 61% |
| 1952 | 57% | 59% | 86% | 29% | 71% |
| 1953 | 44% | 62% | 70% | 35% | 70% |
| 1954 | 47% | 64% | 71% | 36% | 78% |
| 1955 | 57% | 69% | 71% | 33% | 85% |
| 1956 | 56% | 76% | 69% | 35% | 82% |
| 1957 | 56% | 79% | 74% | 53% | 84% |
| 1958 | 60% | 81% | 78% | 70% | 80% |
| 1959 | 63% | 83% | 82% | 64% | 83% |
| 1960 | 69% | 79% | 90% | 64% | 74% |
| 1961 | 76% | 85% | 100% | 77% | 78% |
| 1962 | 71% | 89% | 140% | 82% | 81% |
| 1963 | 71% | 81% | 99% | 81% | 82% |
| 1964 | 76% | 82% | 100% | 83% | 74% |
| 1965 | 83% | 85% | 114% | 84% | 77% |
| 1966 | 75% | 75% | 89% | 80% | 103% |
| 1967 | 79% | 73% | 95% | 65% | 86% |
| 1968 | 78% | 75% | 94% | 74% | 89% |
| 1969 | 72% | 83% | 104% | 82% | 84% |
| 1970 | 91% | 108% | 121% | 82% | 100% |
| 1971 | 95% | 119% | 120% | 79% | 112% |
| 1972 | 99% | 122% | 126% | 88% | 134% |
| 1973 | 124% | 126% | 131% | 82% | 123% |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 308.

Anexo B

Capital e Reservas, Depósitos, Crédito e Lucros do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973, em milhares de contos.

Banco Totta-Aliança depois da fusão, em 1961, dos Bancos Aliança e José Henriques Totta.

Banco Fonsecas e Burnay depois da fusão, em 1967, dos Bancos Fonsecas, Santos e Viana, e Burnay.

Banco Totta e Açores depois da fusão, em 1970, dos Bancos Totta-Aliança e Lisboa e Açores.

Tabela 17: Capital e Reservas do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973.

| | BESCL | Borges e Irmão | Totta Aliança | Fonsecas e Burnay | Lisboa e Açores | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico |
|------|-------|-------------------|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1960 | 426 | 142 | | 550 | 180 | 110 | 202 |
| 1961 | 430 | 150 | 150 | 600 | 188 | 165 | 232 |
| 1962 | 437 | 158 | 152 | 600 | 194 | 175 | 243 |
| 1963 | 495 | 166 | 169 | 600 | 200 | 200 | 263 |
| 1964 | 513 | 176 | 221 | 680 | 248 | 280 | 291 |
| 1965 | 618 | 243 | 229 | 700 | 259 | 380 | 371 |
| 1966 | 636 | 271 | 382 | 720 | 320 | 565 | 648 |
| 1967 | 666 | 450 | 396 | 852 | 330 | 650 | 717 |
| 1968 | 832 | 589 | 430 | 1000 | 361 | 744 | 901 |
| 1969 | 869 | 625 | 483 | 1000 | 367 | 843 | 1035 |
| 1970 | 1175 | 662 | 864 | 1000 | | 942 | 1334 |
| 1971 | 1210 | 975 | 1204 | 1000 | | 1107 | 1353 |
| 1972 | 1325 | 1463 | 1209 | 1000 | | 1817 | 1544 |
| 1973 | 1940 | 1508 | 1235 | 1075 | | 2100 | 1571 |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Tabela 18: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973.

| | BESCL | Borges e Irmão | Totta Aliança | Fonsecas e Burnay | Lisboa e Açores | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico |
|------|-------|-------------------|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1960 | 5122 | 2595 | | 2168 | 1872 | 1820 | 3380 |
| 1961 | 4896 | 2570 | 1290 | 1785 | 1690 | 1849 | 3460 |
| 1962 | 5586 | 3086 | 1523 | 1554 | 2066 | 2742 | 4213 |
| 1963 | 6056 | 3707 | 2005 | 1724 | 2468 | 4216 | 5657 |
| 1964 | 7598 | 4717 | 2541 | 1797 | 2771 | 5656 | 7638 |
| 1965 | 8409 | 5792 | 3480 | 1957 | 3187 | 7201 | 9308 |
| 1966 | 9686 | 6546 | 4223 | 1917 | 3719 | 9190 | 10079 |
| 1967 | 10950 | 8269 | 5382 | 3876 | 4335 | 11481 | 13240 |
| 1968 | 12661 | 10334 | 6228 | 4447 | 4542 | 14638 | 16126 |
| 1969 | 17955 | 12670 | 7847 | 5752 | 5220 | 18063 | 18770 |
| 1970 | 21321 | 13597 | 14071 | 6746 | | 19009 | 19955 |
| 1971 | 26597 | 16007 | 16044 | 8291 | | 24043 | 23527 |
| 1972 | 31812 | 18374 | 20050 | 10841 | | 30774 | 28610 |
| 1973 | 38223 | 22456 | 24422 | 15163 | | 36517 | 35532 |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Tabela 19: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973.

| | BESCL | Borges e Irmão | Totta Aliança | Fonsecas e Burnay | Lisboa e Açores | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico |
|------|-------|-------------------|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1960 | 3479 | 1826 | | 1433 | 1449 | 1296 | 2211 |
| 1961 | 3430 | 1706 | 728 | 1295 | 1376 | 1363 | 2374 |
| 1962 | 3848 | 2134 | 841 | 1220 | 1601 | 2176 | 2852 |
| 1963 | 3867 | 2680 | 1020 | 1290 | 1793 | 3109 | 3484 |
| 1964 | 4943 | 3370 | 1444 | 1262 | 2094 | 4157 | 4923 |
| 1965 | 5945 | 3955 | 2278 | 1324 | 2422 | 4845 | 6195 |
| 1966 | 6466 | 4286 | 2946 | 1377 | 2822 | 5547 | 6957 |
| 1967 | 6861 | 5348 | 3652 | 2369 | 3094 | 7762 | 8502 |
| 1968 | 8061 | 7099 | 3806 | 2811 | 3379 | 9439 | 10020 |
| 1969 | 11347 | 8584 | 5390 | 3856 | 3641 | 11889 | 12770 |
| 1970 | 14227 | 9252 | 8670 | 4104 | | 12799 | 13684 |
| 1971 | 18341 | 11269 | 11399 | 4823 | | 15812 | 15844 |
| 1972 | 21102 | 12231 | 14977 | 6517 | | 19845 | 19473 |
| 1973 | 28126 | 15898 | 18535 | 9730 | | 25960 | 24936 |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Tabela 20: Lucros do BESCL face a OIC, de 1960 a 1973.

| | BESCL | Borges e Irmão | Totta Aliança | Fonsecas e Burnay | Lisboa e Açores | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico |
|------|-------|-------------------|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------|------------------------------|
| 1960 | 51 | 16 | | 24 | 21 | 17 | 31 |
| 1961 | 51 | 17 | 18 | 24 | 19 | 18 | 31 |
| 1962 | 50 | 17 | 19 | 24 | 19 | 24 | 35 |
| 1963 | 53 | 23 | 20 | 24 | 19 | 36 | 41 |
| 1964 | 54 | 31 | 25 | 25 | 20 | 52 | 48 |
| 1965 | 55 | 43 | 27 | 25 | 25 | 52 | 53 |
| 1966 | 57 | 44 | 28 | 26 | 25 | 56 | 59 |
| 1967 | 57 | 48 | 31 | 31 | 23 | 63 | 68 |
| 1968 | 68 | 55 | 34 | 33 | 20 | 69 | 84 |
| 1969 | 75 | 57 | 35 | 43 | 22 | 70 | 91 |
| 1970 | 88 | 57 | 46 | 41 | | 71 | 86 |
| 1971 | 94 | 58 | 45 | 43 | | 91 | 92 |
| 1972 | 96 | 74 | 80 | 46 | | 96 | 103 |
| 1973 | 102 | 105 | 109 | 50 | | 118 | 124 |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 311.

Anexo C

Quota de mercado (depósitos e crédito) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959.

Tabela 21: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959.

| | BESCL | Borges e Irmão | Fonsecas e Viana | Lisboa e Açores | Nacional Ultramarino | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico | Outros Bancos |
|------|-------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------|
| 1950 | 25% | 7% | 17% | 9% | 15% | 5% | 4% | 16% |
| 1951 | 25% | 7% | 19% | 9% | 15% | 4% | 5% | 14% |
| 1952 | 26% | 6% | 16% | 9% | 15% | 5% | 5% | 15% |
| 1953 | 25% | 6% | 17% | 8% | 15% | 4% | 6% | 16% |
| 1954 | 25% | 6% | 15% | 8% | 15% | 4% | 7% | 17% |
| 1955 | 24% | 7% | 13% | 8% | 14% | 5% | 8% | 19% |
| 1956 | 23% | 8% | 12% | 8% | 14% | 5% | 9% | 18% |
| 1957 | 23% | 8% | 12% | 8% | 14% | 5% | 10% | 19% |
| 1958 | 23% | 9% | 10% | 7% | 14% | 5% | 11% | 19% |
| 1959 | 22% | 9% | 8% | 8% | 14% | 5% | 12% | 20% |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

Tabela 22: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Caucionados) do BESCL face a OIC, de 1950 a 1959.

| | BESCL | Borges e Irmão | Fonsecas e Viana | Lisboa e Açores | Nacional Ultramarino | Pinto e Sotto Mayor | Português do Atlântico | Outros Bancos |
|------|-------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------|
| 1950 | 18% | 5% | 16% | 9% | 25% | 5% | 4% | 16% |
| 1951 | 19% | 5% | 13% | 9% | 26% | 5% | 5% | 16% |
| 1952 | 23% | 5% | 12% | 9% | 24% | 5% | 4% | 15% |
| 1953 | 19% | 6% | 14% | 9% | 24% | 4% | 5% | 16% |
| 1954 | 19% | 6% | 12% | 9% | 22% | 5% | 7% | 16% |
| 1955 | 20% | 6% | 9% | 9% | 23% | 5% | 7% | 17% |
| 1956 | 19% | 7% | 9% | 8% | 22% | 5% | 8% | 18% |
| 1957 | 18% | 7% | 9% | 8% | 22% | 4% | 9% | 18% |
| 1958 | 18% | 9% | 9% | 7% | 21% | 5% | 10% | 18% |
| 1959 | 18% | 9% | 8% | 8% | 20% | 4% | 10% | 19% |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 310.

Anexo D

Quota de mercado (depósitos e crédito) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973.

Tabela 23: Depósitos (à ordem e a prazo, em moeda nacional e estrangeira) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973.

| | BESCL | Português do Atlântico | Pinto e Sotto Mayor | Lisboa e Açores | Fonsecas e Burnay | Totta- Aliança | Borges e Irmão |
|------|-------|------------------------------|---------------------------|--------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| 1960 | 28% | 19% | 10% | 10% | 12% | 7% | 14% |
| 1964 | 23% | 23% | 17% | 8% | 6% | 8% | 15% |
| 1969 | 21% | 22% | 21% | 6% | 7% | 9% | 14% |
| 1973 | 22% | 21% | 21% | 0% | 9% | 14% | 13% |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

Tabela 24: Crédito (Carteira Comercial e Empréstimos Cauçionados) do BESCL face a OIC, em 1960, 1964, 1969 e 1973.

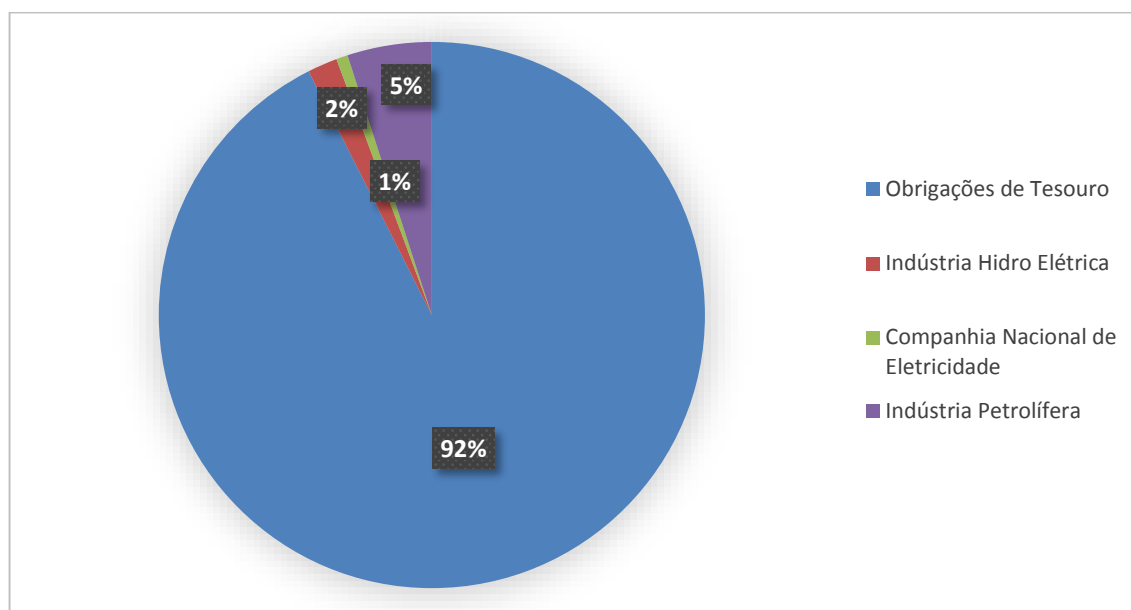
| | BESCL | Português do Atlântico | Pinto e Sotto Mayor | Lisboa e Açores | Fonsecas e Burnay | Totta- Aliança | Borges e Irmão |
|------|-------|------------------------------|---------------------------|--------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| 1960 | 28% | 18% | 10% | 12% | 12% | 6% | 14% |
| 1964 | 22% | 22% | 19% | 9% | 6% | 7% | 15% |
| 1969 | 20% | 22% | 21% | 6% | 7% | 9% | 15% |
| 1973 | 23% | 20% | 21% | 0% | 8% | 15% | 13% |

Fonte: Apêndice Estatístico de Damas e Ataíde, 2004, Vol. I, p. 312.

Anexo E

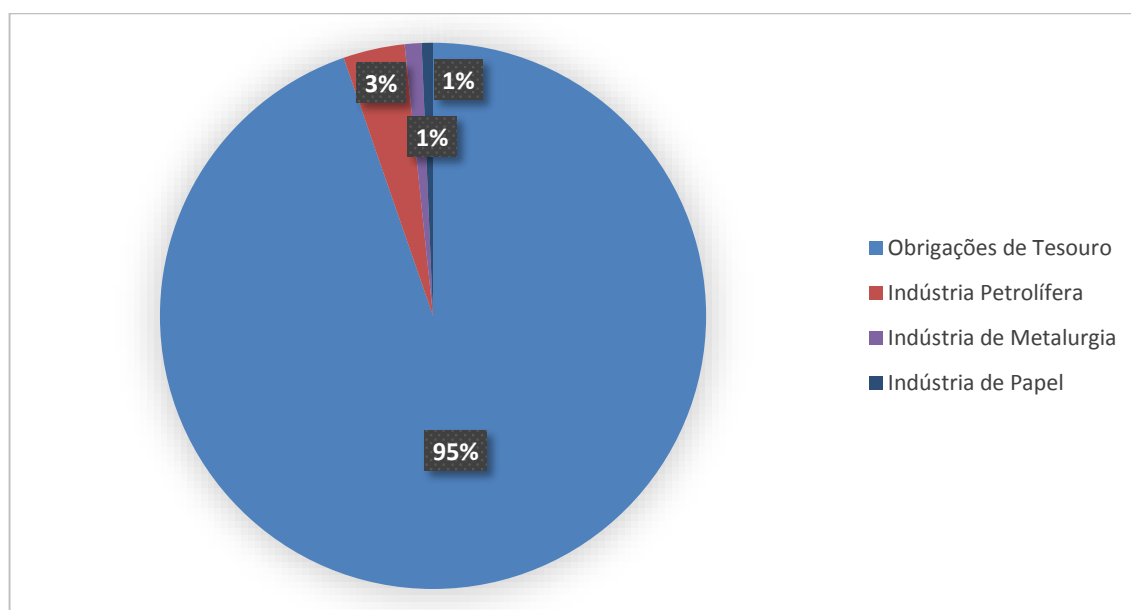
Somatório das obrigações da Carteira de Títulos do BESCL (em quantidades), agrupadas por setor de atividade económica, na década de 50, 60 e de 1970 a 1973.

Gráfico 13: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, de 1950 a 1959.



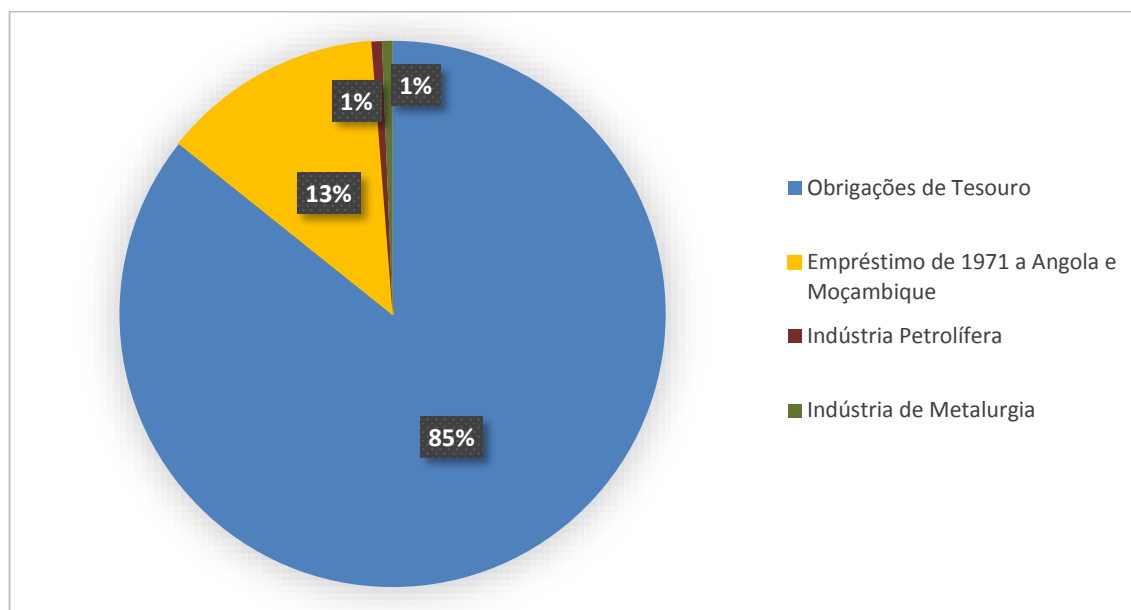
Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1950 a 1959.

Gráfico 14: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, de 1960 a 1969.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1960 a 1969.

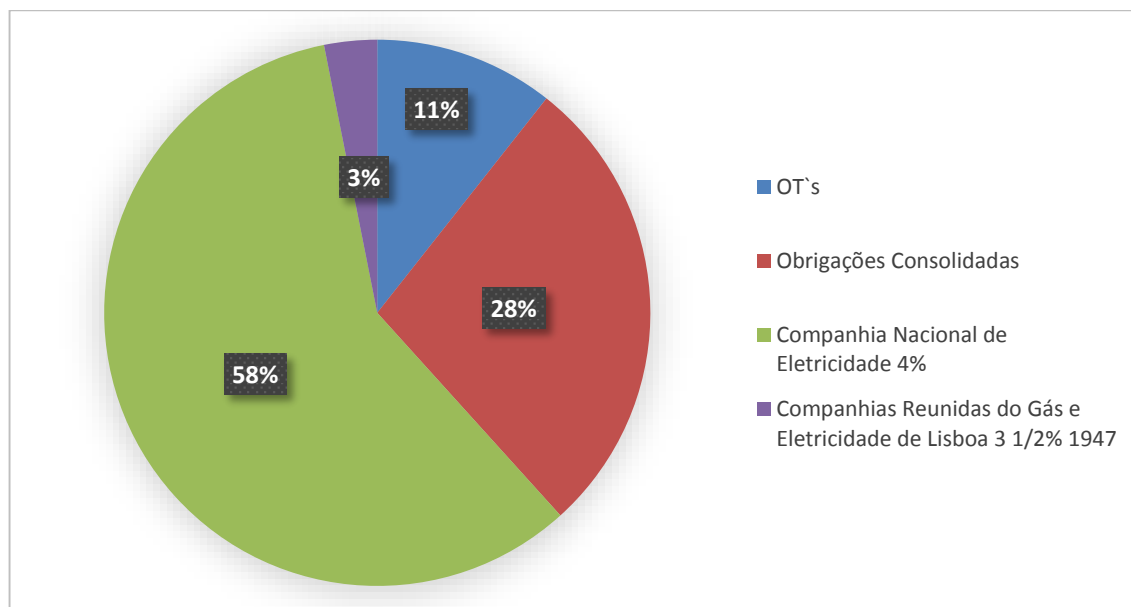
Gráfico 15: Setores de atividade da Carteira Obrigacionista BESCL, de 1970 a 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do BESCL, de 1970 a 1973.

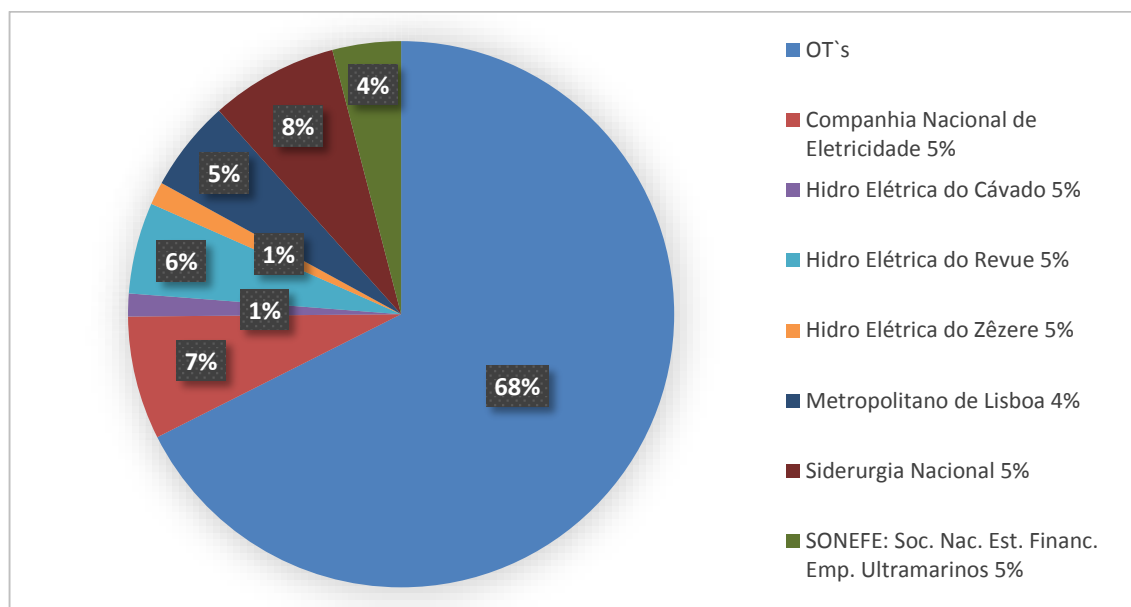
Carteira de Títulos do Banco *Português do Atlântico*, constituída por obrigações (em quantidades), em 1950, 1960 e 1973.

Gráfico 16: Carteira Obrigacionista *Português do Atlântico*, 1950.



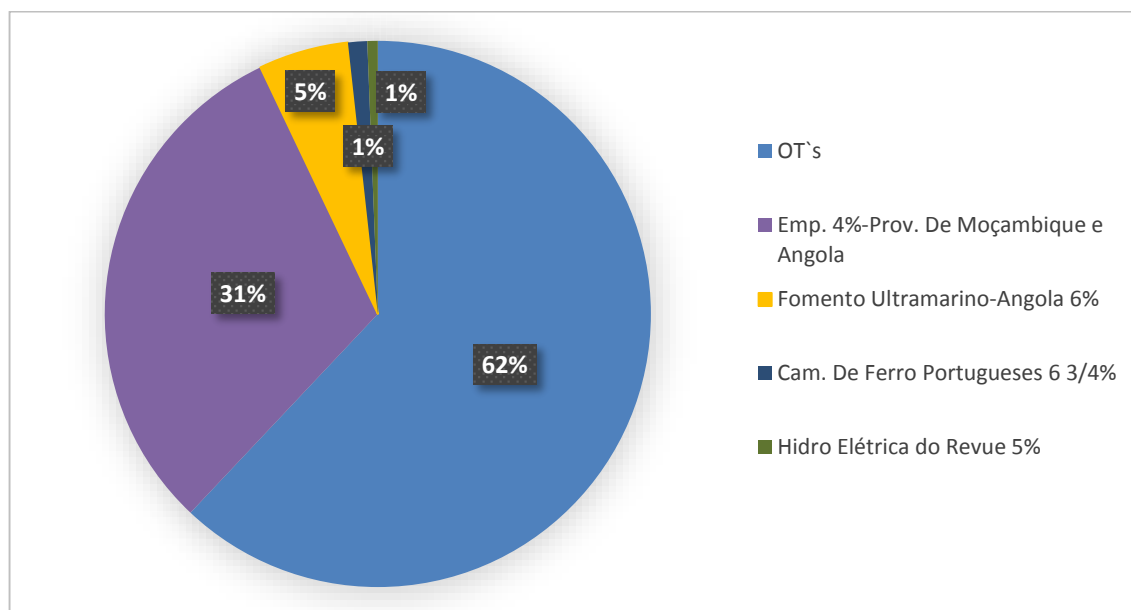
Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1950.

Gráfico 17: Carteira Obrigacionista *Português do Atlântico*, 1960.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1960.

Gráfico 18: Carteira Obrigacionista *Português do Atlântico*, 1973.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios e Contas do *Português do Atlântico*, 1973.